

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**LAZER, TRABALHO E EDUCAÇÃO:
PRESSUPOSTOS ONTOLOGICOS DOS ESTUDOS
DO LAZER NO BRASIL**

KÁTIA OLIVER DE SÁ

**Salvador - Bahia
2003**

KÁTIA OLIVER DE SÁ

**LAZER, TRABALHO E EDUCAÇÃO:
PRESSUPOSTOS ONTOLÓGICOS DOS ESTUDOS
DO LAZER NO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Celi Nelza Zulke Taffarel

Salvador - Bahia
2003

KÁTIA OLIVER DE SÁ

LAZER, TRABALHO E EDUCAÇÃO:
PRESSUPOSTOS ONTÓLOGICOS DOS ESTUDOS DO LAZER NO BRASIL

Dissertação para obtenção do título de Mestre em Educação.

Salvador, 30 de maio de 2003.

Banca Examinadora:

GAUDÊNCIO FRIGOTTO _____

Doutor em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)
Universidade Federal Fluminense (UFF)

MÁRCIA CHAVES _____

Doutora em Educação, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

CELI NELZA ZULKE TAFFAREL _____

Doutora em Educação, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
Universidade Federal da Bahia

Dedico esta dissertação a todas e todos os educadores que acreditam em seu poder de resistência, perenemente instaurada pela força do trabalho educativo para e pelo lazer, e que põem limites ao processo de sua alienação, quando se apercebem das estratégias patronais de domesticação dos trabalhadores.

AGRADECIMENTOS

Diferentemente do que muitos pensam, este não é um trabalho solitário e individual. Trata-se de uma obra coletiva, onde muitas pessoas e instituições se tornaram parte das reflexões, das construções teóricas e das conclusões.

Os momentos teóricos mais significativos aqui alcançados são, em grande parte, provenientes da Linha de Estudos e Pesquisa em Educação Física, Esporte e Lazer (LEPEL), espaço de projetos, buscas, olhares, encontros, crises, mergulhos, indagações, alegrias, determinações, realizações e, principalmente, de muito estudo.

Pelos momentos de tranquilidade e incentivo para envolver-me nos diálogos com os teóricos com os quais constitui uma eterna aliança, agradeço aos meus filhos, Claudia Virgínia e Marcus Vinícius.

Aos mestres da Faculdade de Educação/UFBA, com quem dialoguei e nos quais tive oportunidade de identificar as potencialidades intelectuais de quem pensa e realiza a universidade pública, *sem medo de ser feliz*, meus cordiais e sinceros agradecimentos.

À minha querida orientadora, Profa. Celi Taffarel, pelos ricos momentos de convivência, afeto e aprendizagem, onde descobri o verdadeiro sentido do trabalho em Educação e o diálogo prazeroso com teóricos que não encobrem, nem fantasiam a realidade, meus sinceros e eternos agradecimentos; também agradeço por essa trajetória que demarca mais uma passagem na minha vida, na qual firmo o meu empenho em contribuir para uma sociedade distinta da que vivemos, partindo das possibilidades objetivas, criadas pelas contradições da sociedade capitalista.

Às pessoas que não têm acesso ao universo de conhecimento do qual me apropriei, por conta da cruel realidade social da sociedade capitalista, ficam meu desespero e meu compromisso em contribuir para a mudança dessa realidade. Este compromisso se traduz na devolução, à sociedade, do conhecimento gerador da minha força de trabalho intelectual, em resposta ao que conquistei no meio acadêmico de uma universidade pública.

A liberdade não se revela ao homem além das fronteiras da necessidade, como um campo autônomo *independente* em face do trabalho; surge do trabalho, como de um pressuposto necessário. O agir humano não está dividido em dois campos autônomos, um independente do outro e reciprocamente indiferentes, um que é a encarnação da liberdade e outro que é o campo de ação da necessidade. A filosofia do trabalho como agir humano objetivo, no qual em processo necessário são *criados* os reais pressupostos da liberdade, é, assim, ao mesmo tempo, também uma filosofia do não-trabalho. O agir humano objetivo que transforma a natureza e nela inscreve significados, é um processo *único*, cumprido por necessidade e sob a pressão de uma finalidade exterior, mas que *ao mesmo tempo* realiza os pressupostos da liberdade e da livre criação. A divisão deste processo único em duas esferas, *aparentemente* independentes uma da outra, não decorre da “*natureza das coisas*”; é um produto historicamente transitório. Enquanto a consciência é prisioneira desta divisão, isto é, enquanto não lhe percebe o caráter histórico, ela *opõe* o trabalho à liberdade, a atividade objetiva, à imaginação, a técnica à poesia, como dois modos independentes de satisfazer as aspirações humanas.

Karel Kosik, 1995

RESUMO

Este estudo investiga as relações e determinações entre trabalho – lazer - educação, partindo da análise da produção científica publicada nos últimos três anos. Busca discutir os nexos e as contradições evidentes nas concepções de sociedade e projeto histórico, subjacentes nos estudos teóricos sobre lazer, no Brasil. Integra a Linha de Estudos e Pesquisa em Educação Física, Esportes e Lazer (LEPEL), da Faculdade de Educação, da Universidade Federal da Bahia, cujo foco são as problemáticas significativas que envolvem a formação de professores, a produção de conhecimento, a prática pedagógica e as políticas educacionais. Tem como objetivos levantar na literatura diferentes abordagens sobre as categorias que estabelecem nexos e contradições entre lazer, trabalho, educação e formação de professores; reconhecer o que vem sendo discutido sobre formação de professores no Brasil, na última década, para localizar, no contexto dessa discussão, os interesses delimitados que convergem para o não-confronto dos trabalhadores com as novas características do processo produtivo alienante, situando análises sobre a formação do trabalhador de lazer, a partir da formação do professor de Educação Física; e ainda, discutir os pressupostos ontológicos, a partir da concepção de sociedade e de projeto histórico, que vêm se configurando na produção do conhecimento do lazer, produzida no Brasil. A conclusão da pesquisa evidencia que: a) em sociedade de classes, estruturada a partir da exploração do trabalho humano e onde essas classes se confrontam, o lazer assume, hegemonicamente, a característica de lazer alienado; b) na perspectiva de manutenção da reificação da consciência dos trabalhadores, a formação de professores de Educação Física corrobora com o processo de alienação na organização do trabalho e do lazer; c) os pressupostos referentes à concepção de sociedade e projeto histórico desconsideram a caracterização e os nexos que contraditoriamente não estabelecem com radicalidade, as referências sobre projeto histórico superador do capitalismo, comprometendo assim a perspectiva teleológica – o vir a ser – no processo de formação humana. Com isso, indica-se um desafio para a produção do conhecimento sobre lazer na formação de professores, o que significa fazê-lo com base na possibilidade histórica, além do capital.

Palavras-chave: 1. Alienação no Lazer; 2. Trabalho e Educação; 3. Formação de Professores; 4. Lazer e Educação.

ABSTRACT

The study it is placed enters the ones that investigate the relations and determination between work – leisure - education, leaving of the analysis of the production of the scientific knowledge published in last three years. Search to argue evidentes nexuses and contradictions in the conceptions of society and historical project that subjazem the theoretical production on leisure in Brazil. It is part of the matricial research of the Line of Studies and Research in Physical Education, Sports and Leisure - LEPEL of the FACED/UFBA, that it approaches problematic significant of the formation of professors, production of knowledge, practical pedagogical and educational politics. It presents the following objectives: to raise in the production of the knowledge leisure, as the categories are boarded that establish nexuses and contradictions between leisure, work, education and formation of professors; to recognize what it comes being argued on formation of professors in Brazil, in the last decade, stops in the context of this quarrel, to locate the interests delimited who converge to not the confrontation of the workers to the new characteristics of the alienator productive process, pointing out the analyses on the formation of the leisure worker, from the formation of the professor of Physical Education; e still, to argue the ontológicos estimated ones, from the conception of society and historical project that come if configuring in the production of the knowledge leisure, produced in Brazil. The conclusion of the research if established in the explanation of that: a) it has evidences that in a society of classrooms, structuralized from the exploration of the human work, where the classrooms if collate, the leisure it assumes the characteristics of mentally ill leisure hegemonicamente; b) in the perspective of maintenance of the reificação of the conscience of the workers, the formation of professors of corrabora Physical Education with the process of alienation in the organization of the work and the leisure, what it can be identified in the current production of the knowledge of the area; c) estimated referring to the conception of society and the historical project they disrespect the characterization and the nexuses that contraditoriamente do not establish with radicalidade, the references on superador historical project to the capitalism, committing itself thus the teleologic perspective - coming to be - in the formation process human being. With this, a challenge for the production of the knowledge is indicated on leisure in the formation of professors, what it means on the basis of to make it the historical possibility for beyond the capital.

Key-words: 1. Alienation in the Leisure; 2. Work and Education; 3. Formation of Professors; 4. Leisure and Education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Esquema Paradigmático de Organização da Pesquisa	125
----------	--	-----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Trabalhos e Artigos sobre Lazer por Área de Formação dos Autores (1999-2002)	85
Tabela 2	Trabalhos e Artigos sobre Lazer por Equipes Multiprofissionais (1999-2000)	86
Tabela 3	Artigos sobre Lazer por Fontes de Investigação (1999-2002)	141
Tabela 4	Trabalhos e Artigos sobre Lazer por Regiões e Estados do Brasil (1999-2002)	141
Tabela 5	Trabalhos e Artigos sobre Lazer por Área Profissional (1999-2002)	142
Tabela 6	Trabalhos e Artigos sobre Formação de Profissional de Lazer por Campo Investigativo (1999-2002)	143
Tabela 7	Trabalhos e Artigos sobre Trabalho e Lazer por Campo Investigativo (1999-2002)	143
Tabela 8	Trabalhos e Artigos sobre Lazer e Educação por Campo Investigativo (1999-2002)	144

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Características da Abordagem Funcionalista em Trabalhos sobre Lazer	98
Quadro 2	Características da Abordagens em Lingüística e Semiótica em Trabalhos sobre Lazer	99
Quadro 3	Características da Abordagens em Conflito Social em Trabalhos sobre Lazer	101
Quadro 4	Trabalhos e Artigos sobre Lazer por Campo Investigativo (1999-2002)	127
Quadro 5	Trabalhos e Artigos sobre Lazer com enfoque em Diferentes Concepções de Sociedade (1999-2002)	128
Quadro 6	Trabalhos e Artigos sobre Lazer com Enfoque em Sociedade Funcionalista	129
Quadro 7	Trabalhos e Artigos sobre Lazer com Enfoque em Conflito Social	137
Quadro 8	Trabalhos e Artigos sobre Lazer com enfoque em Lingüística e Semiótica (1999- 2002)	138

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	TEMA, PROBLEMA, OBJETIVOS, HIPÓTESES	14
1.2	MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO	22
1.3	MÉTODO DE EXPOSIÇÃO.....	25
2	REALIDADE SOCIAL E RELAÇÃO TRABALHO-LAZER	28
2.1	SOCIEDADE CAPITALISTA E LAZER	29
2.2	TRABALHO ALIENADO	34
2.3	LAZER ALIENADO	39
3	REALIDADE SOCIAL: TRABALHO, LAZER, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES	49
3.1	POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES	50
3.2	POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA	60
3.3	EDUCAÇÃO PARA E PELO LAZER	65
4	PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NO CAMPO DO LAZER	73
4.1	AS FONTES	74
4.2	SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS	77
4.3	ANÁLISE DOS DADOS	79
4.3.1	Locais de Promoção do Conhecimento sobre Lazer.....	79
4.3.2	Distribuição da Produção por Regiões e Estados do Brasil	84
4.3.3	Campo de Formação dos Autores dos Trabalhos	85
4.3.4	Equipes Multiprofissionais	86
4.3.5	Formação do Profissional de Lazer	87
4.3.6	Trabalho e Lazer	89
4.3.7	Lazer e Educação	90
4.4	OS PRESSUPOSTOS ONTOLÓGICOS: CONCEPÇÃO DE SOCIEDADE E DE PROJETO HISTÓRICO	92
4.4.1	Quadro Geral da Produção do Conhecimento sobre Lazer e seus Enfoques de Sociedade – os achados	97
5	CONCLUSÃO	106
5.1	POSSIBILIDADES EXPLICATIVAS	107
5.2	PROPOSIÇÕES SUPERADORAS	111

5.3	INDICAÇÕES PARA NOVOS ESTUDOS	112
	REFERÊNCIAS	117
	APÊNDICES	124
	APÊNDICE A – Esquema Paradigmático de Organização da Pesquisa	125
	APÊNDICE B – Produção de Conhecimento sobre Lazer por Campo Investigativo	126
	APÊNDICE C – Tabelas Quantitativas sobre Distribuição de Trabalhos e Artigos Analisados	140
	APÊNDICE D – Banco de Dados da Pesquisa	145
	ANEXO – Programa do IV Seminário Lazer com Qualidade e VI Jornada Pedagógica do CBCE	148

1 INTRODUÇÃO

1 TEMA, PROBLEMA, OBJETIVOS E HIPÓTESES

O presente estudo pretende contribuir com o debate teórico que vem sendo produzido, historicamente, a partir da necessidade de se pensar sobre o lazer na sociedade capitalista, onde a lógica societal do capital gerado pelo respectivo sistema criou o trabalho assalariado e fetichizado. Neste regime de trabalho, não é possível compatibilizar trabalho alienado¹ com tempo verdadeiramente livre para o lazer. Em alguma medida, a esfera fora do trabalho estará comprometida pela desefetivação² que se dá no interior da vida laborativa (ANTUNES, 2001, p. 175) . Portanto, não se pode perder de vista para que tipo de mundo este lazer está sendo colocado. No caso da realidade brasileira, não podem ser desconsideradas, para efeito deste estudo, as desigualdades que registravam, desde 1986, que 51,3% da renda total brasileira estava concentrada em 10% da população; dados de 1992 mostram que os 20% dos brasileiros mais pobres ficam com 2,1% da renda e que os 20% mais ricos, ficam com 63% (SODRÉ, 1997, p. 21).

A concentração de renda é um fenômeno não só do Brasil, mas mundial, típico das sociedades capitalistas, que atualmente vivenciam, dentre outros fatores, uma crise no seu

¹ Para maior esclarecimento sobre a palavra *alienação*, *alienado*, buscamos referência em Marilena Chauí (LAFARGUE, 1999, p. 33): são palavras derivadas de um prenome da língua latina, *alienus*, *aliena*, *alienum*, que significa “outro, outra” no sentido de “alheio, alheia”. Sobre *trabalho alienado*, buscamos compreender, através de Marx, segundo as leis da Economia Política, quando estas ocultam a alienação/estranhamento na essência do trabalho, por não considerar a relação imediata entre o trabalhador (o trabalho) e a produção, pois o objeto que o trabalho produz toma corpo alheio ao produtor. Marx afirma que “a alienação do trabalhador em seu objeto se expressa de maneira que quanto mais o trabalhador produz tanto menos tem para consumir, que quanto mais valores cria tanto mais se torna sem valor e sem dignidade, que quanto mais poderoso o trabalho tanto mais impotente se torna o trabalhador, que quanto mais rico de espírito o trabalho tanto mais o trabalhador se torna pobre de espírito e servo da natureza”. (MARX; ENGELS, 1999, p. 149-152).

² Em alemão “entwirklicht”, “literalmente privado da realidade e/ou de efetividade” (MARX; ENGELS, 1999, p. 150). Mais esclarecimentos encontram-se na seção 3 desta dissertação.

modo de produção, motivo pelo qual procuram todos os meios possíveis para promover o reordenamento internacional, de acordo com os interesses dos que detêm a maior parcela do capital.

Neste cenário, no qual pretendemos abordar o lazer como direito social, é o mesmo em que presenciamos populações famintas buscando desesperadamente trabalho, em ondas de migrações inéditas na história, e conflitos de toda ordem. Como o sistema global do capital dos dias atuais abrange a esfera da vida dentro e fora do trabalho e tendo em vista que a universidade é um campo fértil para discutir estas questões, pretendemos trazer à pauta das discussões, elementos fundantes para o estudo do Lazer: 180 milhões de indivíduos encontram-se desempregados, o trabalho apresenta-se precarizado, a exploração da mais-valia relativa e absoluta é maximizada, o capital exploratório aniquila nações, a previdência deixa de ser um direito dos cidadãos, regiões continentais transformam-se em campo de batalha para assegurar impérios.

É preciso que fenômenos dessa natureza sejam denunciados como problemas das relações humanas produzidas pelo capitalismo, na medida que dele emerge a problemática de estranhamento na sociabilidade contemporânea, que conseguiu estendê-lo do processo de produção até a esfera do consumo. Nesta perspectiva, o lazer se constitui em elemento facilmente manipulável pelo capitalismo.

Com toda a possibilidade de arsenal mercadológico e de manipulação das necessidades de consumo do trabalhador que a sociedade capitalista impõe, observa-se em contradição, por parte do trabalhador, a impossibilidade de estabelecer sua realização plena no lazer, gerando formas complexas de estranhamento, assim como ocorre na relação com o trabalho.

Considerando esse universo de manipulação das necessidades, o indivíduo não é levado a ter o suficiente para viver, somente desejando viver para ter. Assim, podemos concluir que a liberdade do trabalhador é só aparente e que expressa um significativo empobrecimento das suas necessidades, devido à redução e homogeneização que sofre como indivíduo/operário/cidadão.

Há, portanto, no plano da produção e reprodução material da sociedade, uma luta do trabalhador contra o estranhamento sobre o capitalismo, denunciado de certa forma pelo lazer. Envolvido na busca de sua sobrevivência, o trabalhador não a percebe. Isto decorre

do modo de produção no qual ele se encontra inserido e da gananciosa extração da mais-valia que o impossibilita de utilizar o tempo disponível para entreter-se e, assim, propiciar seu desenvolvimento pessoal e coletivo, refletir sobre o seu próprio trabalho, isto é, viver um tempo “não-coisificado” pela manipulação do capital.

Considerando que tal modelo de produção adentra todas as relações sociais e que isto não ocorre de maneira mecânica, mas sim por mediações, torna-se imprescindível a análise rigorosa dos elementos constitutivos de tais relações. Um destes elementos estratégicos é o conhecimento teórico produzido e socializado na formação de professores.

A partir destas considerações iniciais e tendo-se que o lazer, como campo de conhecimento, que integra o currículo de formação de professores de Educação Física, a problematização desta pesquisa, eixo do nosso estudo, pode ser representada pela seguinte questão: - quais os pressupostos ontológicos explicitados na concepção de sociedade e de projeto histórico defendidos na produção de conhecimento sobre lazer, no Brasil?

Quanto optamos pela indagação acima, partimos da compreensão de que toda produção científica tem referenciais teóricos produzidos numa determinada sociedade, a partir de uma determinada realidade e de uma dada concepção de mundo e, principalmente, de uma referência de projeto histórico.

O significado de sociedade com que trabalhamos na problematização da pesquisa parte da concepção de Marx (BOTTOMORE, 1988, p. 343), que apresenta três aspectos para esclarecer-lhe o sentido: o primeiro, traz a idéia de que os

[...] seres humanos vivem em sociedade e não envolve uma antítese entre indivíduo e sociedade que só pode ser superada pela suposição de algum tipo de contrato social ou, alternativamente, considerando-se a sociedade como um fenômeno supra-individual.

O segundo aspecto da concepção de Marx é que a “sociedade não se separa da natureza, onde os seres humanos são vistos como parte do mundo natural, que é a base real de todas as atividades”; a terceira característica é marcante, pois trata da noção de tipos de sociedade: “trata a relação entre a sociedade e a natureza como um intercâmbio que se desenvolve historicamente através do trabalho humano e que ao mesmo tempo cria e transforma as relações sociais entre os seres humanos”. Portanto, segundo Bottomore (1988, p. 343) interpretando Marx, “são os níveis de desenvolvimento das forças

produtivas materiais e as relações de produção a ele correspondentes que determinam o caráter dos distintos tipos de sociedade”.

O projeto que buscamos elucidar, anuncia os meios para colocar em prática a consecução de uma possibilidade histórica. Sendo assim, pode-se considerar que há diversos projetos históricos sendo engendrados na sociedade. Na produção de conhecimento sobre lazer, assim como na de outros temas, estará sempre implícito um projeto histórico. Que concepções de sociedade e de projeto histórico vêm sendo anunciados pelos autores dos trabalhos sobre lazer? Esta questão constituiu-se num desafio nesta pesquisa, considerando-se seus pressupostos ontológicos, onde o concreto está atrelado às condições de existência humana e, a partir delas, postula meios e fins que anunciam um tipo de organização social que pretendemos para atual sociedade.

É necessário esclarecer a concepção de lazer desenvolvida ao longo de nossos estudos acadêmicos e que, nesta pesquisa, é determinante como proposta superadora: ele é considerado a partir de seus nexos com o trabalho em geral e, especificamente, com a forma que o trabalho assume no modo de produção capitalista; é considerado também como expressão de mobilização educacional e cultural, como direito e conquista, compreendido no sentido mais amplo e concebido sob o ponto de vista de uma política de reivindicação social, forjada no confronto das relações trabalho-capital. Concebemos, portanto, neste estudo, a manifestação do lazer em uma especificidade própria da classe dos trabalhadores brasileiros, a partir de um tempo próprio, situado nas problemáticas que se estabelecem a partir da sociedade capitalista; consideramos lazer como manifestação situada historicamente, como uma conquista das relações socioculturais e das lutas sindicais dos trabalhadores, principalmente a partir do início do século XX, e que pode (ou não) estar inserido nos processos de educação não-formal, comprometido a partir de fatores sociodemográficos, políticos e econômicos.

Nosso estudo se insere no campo das problemáticas que buscam responder aos desafios relativos à formação acadêmica e profissional, à produção do conhecimento, à prática de ensino e às políticas públicas, desenvolvidas na Linha de Estudos e Pesquisa em Educação Física, Esportes e Lazer (LEPEL), da Faculdade de Educação, da Universidade Federal da Bahia.

Mediante nossa perspectiva de estudar o lazer, a partir da problemática de pesquisa aqui exposta, levantamos as indagações a seguir, cujas reflexões constam nos diferentes capítulos desta dissertação:

- Que contradições da realidade social se estabelecem na relação trabalho e lazer?
- Na sociedade capitalista, o conhecimento produzido sobre este tema ressalta as contradições das relações trabalho-lazer?
- O que significa trabalho e lazer alienados na sociedade capitalista?
- O que vem se discutindo sobre formação de professores nos últimos dez anos? Quais os seus impasses e desafios?
- Na sociedade capitalista, é possível educação para e pelo lazer?
- Como se configura a produção do conhecimento no campo do Lazer no Brasil, nos últimos três anos, considerando a relação trabalho-lazer-educação-formação de professores de Educação Física?
- No que se refere aos pressupostos ontológicos, quais as contradições e desafios que podem ser identificados na concepção de sociedade e de projeto histórico, a partir da produção de conhecimento sobre Lazer?

Diante da problemática e indagações apresentadas, levantamos as seguintes hipóteses:

- numa sociedade de classes, estruturada a partir da exploração do trabalho humano, onde as classes se confrontam, o lazer assume as características de lazer alienado;
- a formação de professores de Educação Física colabora com o processo de alienação, necessária para manter a organização do trabalho e de lazer, alienados, o que pode ser identificado na atual produção de conhecimento da área;
- a concepção de sociedade e de projeto histórico desconsidera a caracterização que o trabalho e, conseqüentemente, o lazer assumem no modo de produção capitalista.

Considerando as leituras e análises levantadas no campo teórico investigado nesta pesquisa, é possível ressaltar de antemão que os estudos não têm atingido o âmago da questão, ou seja, não revelam as contradições em que se inserem as categorias trabalho, lazer e educação na sociedade capitalista; conseqüentemente, a formação dos professores de Educação Física não está situada num contexto crítico, de confronto e enfrentamento, face ao processo de alienação do trabalho e do lazer.

Segundo Lukács (1974, p. 66-67),

A vocação de uma classe para a dominação significa que é possível organizar o conjunto da sociedade em conformidade com os seus interesses de classe a partir desses interesses, a partir da consciência de classe. [...] Portanto o que importa é a questão seguinte: até que ponto a classe em questão realiza ‘inconscientemente’, até que ponto com uma consciência ‘correta’, até que ponto com uma consciência ‘falsa’, as tarefas que lhe são impostas pela história?

Esta é uma reflexão fundamental para esclarecer o papel que o debate teórico sobre lazer vem estabelecendo na sociedade, a partir da efetiva participação da classe trabalhadora na educação, especificamente dos professores de Educação Física que expressam, numericamente, grande representatividade na elaboração e publicação de trabalhos, considerando os estudos levantados nos últimos três anos.

Tendo-se que “o destino de uma classe depende da sua capacidade de discernir com clareza e resolver os problemas que lhe impõem a evolução histórica em todas as suas decisões práticas” (LUKÁCS, 1974, p. 67), nossas inquietações partem não só da análise da literatura pertinente ao nosso objeto de estudo, mas sobretudo da realidade em que se encontra o campo de lazer na cidade de Salvador, onde temos desenvolvido trabalhos e tido a oportunidade de constatar que a atuação dos professores de Educação Física, nesta área de intervenção social, vem sendo construída de forma dissociada de uma fundamentação teórico-metodológica, que leve a uma reflexão mais crítica sobre a realidade social.

Apresentam-se estes profissionais, ora como técnicos, ora como gestores de programas, em ações específicas, em diversos espaços sociais, tais como clubes, meios de hospedagem, turismo, centros sociais urbanos, entre outros. O que esta realidade nos aponta é que é o lazer, na atual sociedade capitalista, acaba por ser consumido de forma acrítica

pela “indústria cultural”³ gerando proposições pragmáticas, apoiadas na realização de eventos pontuais e geralmente tendendo a uma só característica: atividades físico-desportivas, geralmente tratadas na dimensão da formação desportiva.

A clareza para definição do papel social do profissional de lazer, a partir da consideração de um campo teórico delimitado e um currículo que possa privilegiar o lazer na formação de Educação Física, é um grande desafio. É preciso avançar em pesquisas para identificar quais elementos, no currículo de formação dos professores de Educação Física, poderiam estabelecer um perfil comprometido com a transformação da atual realidade social brasileira. Para tanto, o lazer deveria ser considerado em sua natureza dialética, contraditória, que, por incidir nas relações entre trabalho-capital, de um lado reafirmaria a alienação mercadológica do prazer na sociedade capitalista; de outro, evidenciaria uma certa dimensão revolucionária, promotora de desenvolvimento pessoal e social, podendo ser implementado pela não-mediação das relações de mercado, em face ao modelo que vem sendo privilegiado.

O lazer é uma manifestação que vem crescendo na sociedade brasileira, desde a industrialização e urbanização do início do século XX, quando os movimentos sindicais passaram a reivindicar redução na jornada de trabalho. Este fato social vem favorecendo a ampliação cada vez maior deste campo de atuação humana, gerando uma ampla demanda por profissionais, principalmente professores de Educação Física que, como já foi dito, passam a atuar diretamente não só em atividades de lazer, mas principalmente no estabelecimento de princípios, diretrizes e políticas públicas.

Reiteramos, assim, que está localizado nesta demanda social o nosso interesse em apresentar, na economia burguesa do capitalismo, o que vem sendo construído teoricamente sobre esse campo de conhecimento e de que forma ele está contribuindo para a formação dos profissionais de Educação Física.

A partir destas reflexões, inquieta-nos a seguinte questão: o lazer, como manifestação de conquista dos trabalhadores, pode contribuir para reforçar a alienação do

³ Segundo Coelho (1998, p. 27-28), o conceito de “indústria cultural” foi cunhado por Adorno Horkheimer, em 1944, tendo origem no surgimento da imprensa e sofrendo atualização em 1990, quando passou a ser visto em estado avançado de “barbárie cultural”, capaz de produzir ou acelerar a degradação do homem – “essa função seria a alienação, pois ela está nas bases do totalitarismo moderno pelo processo pelo qual o indivíduo é levado a não pensar sobre si mesmo e sobre a totalidade do meio social circundante, transformando-se assim em mero brinquedo e, afinal, em simples produto alimentador do sistema que o envolve.”

trabalho? A produção teórica da área está contribuindo, ou não, para o enfrentamento das contradições e para a sua superação?

Ainda sem muita definição sobre o papel que esses profissionais podem exercer na sociedade, o que se vem verificando na formação dos professores de Educação Física é que os currículos dos Cursos das Licenciaturas apresentam propostas oriundas de iniciativas isoladas de docentes, em forma de disciplina, onde a produção e a organização do conhecimento sobre Lazer estão associadas à recreação. Segundo Pinto (2000, p. 184), “inculca-se o entendimento de recreação/lazer como diversão sem memória, fundada na razão do ter e do viver emoções cada vez mais sensacionalistas e imediatistas, envolvendo entusiasmados consumidores de todas as idades”.

Diante das referências levantadas, julgou-se relevante contribuir com o debate teórico sobre o Lazer e a formação de professores de Educação Física. Para tanto, delimitamos os seguintes objetivos:

- levantar, na produção do conhecimento sobre Lazer, como estão articuladas as categorias que estabelecem nexos e contradições: lazer, trabalho, educação e formação de professores;
- identificar o que vem sendo discutido, na última década, sobre formação de professores no Brasil, para localizar interesses que convergem para o não confronto do trabalhador com as novas características do processo produtivo alienante e, assim, situar as análises sobre a formação do trabalhador de lazer, a partir do professor de Educação Física;
- partindo da concepção de sociedade e de projeto histórico, levantar os pressupostos ontológicos que vêm se configurando na produção do conhecimento sobre lazer no Brasil, nos principais movimentos desenvolvidos em três eventos, realizados nos três últimos anos, e na produção publicada em um periódico científico.

Os caminhos traçados para atingir os objetivos propostos tiveram início com a revisão bibliográfica, onde foram levantadas as problemáticas significativas deste estudo e feito o recorte teórico que atendesse à problematização de pesquisa.

Considerando que este estudo tem a possibilidade de apresentar o lazer como centro de convergência de novos interesses sociais, é necessário apontar no atual contexto da

sociedade capitalista um novo sentido de valorização social que ele pode adquirir na sociedade, a partir das alterações nas relações trabalho-lazer. Para tanto, ao discutir a formação de professores, especificamente dos professores de Educação Física, pretendemos promover a denúncia da luta que hoje travam os trabalhadores da educação pela dissolução do caráter de mercado que assume a força de trabalho advinda da universidade brasileira.

Pretendemos, para atingir os objetivos propostos, efetuar uma revisão e análise do pensamento de diversos autores que situam o lazer no contexto da exploração capitalista, restringindo-o à perspectiva de lucro fácil, decorrente da venda de “pacotes” que promovem o divertimento alienado.

Diante dessa realidade, indagamos também se estas manifestações procuram desviar o cidadão da realidade cruel em que vive, realimentado da lógica capitalista, onde o trabalho alienado vem sendo um fator que contribui para a ampliação da mais-valia relativa. Sendo o capitalismo o único sistema a atingir o domínio do mundo em sua quase totalidade, supõe-se que o lazer, como manifestação, pode estar contribuindo para reforçar a lógica capitalista em que nossa sociedade está inserida.

1.2 MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO

O processo de elaboração da presente pesquisa se efetivou através de revisão da literatura produzida pela comunidade científica nos três últimos anos, onde foi analisado o estado-da-arte do Lazer, na perspectiva aqui problematizada. Para estabelecer o processo metodológico, foram desenvolvidos três passos, estruturados articulada e paralelamente, a partir de elementos estabelecidos como base de organização da pesquisa: pressupostos gnosiológicos e ontológicos. Segundo Kosik (1995, p. 47), a concepção dialética da relação entre a ontologia e a gnosiologia permite reconhecer a falta de homogeneidade e de correspondência entre a estrutura lógica (modelo) por meio da qual se explica a realidade.

No processo organizativo desenvolvido, todos os fatos e grupos de informações se estabeleceram e se elucidaram num movimento recíproco e, assim, a totalidade alcançou sua concreticidade. Essa noção de esquema que elaboramos, supõe a concepção de paradigma, o que permite compreender a lógica reconstituída, ou forma de ver, decifrar e

analisar a realidade. Portanto, no processo de elaboração desta pesquisa, encontra-se implícita um conjunto de elementos articulados que partem de pressupostos que são denominados de gnoseológico e ontológico.

O pressuposto gnoseológico estabeleceu critérios sobre a construção do objeto da pesquisa, que podem ser evidenciados pela maneira com que tratamos o real, o abstrato e o concreto do processo da pesquisa. O Pressuposto ontológico estabeleceu as concepções de homem, de sociedade, da história, da educação e da realidade; este pressuposto expressa a visão de mundo, implícita em toda a produção científica – corresponde a função metodológica integradora e totalizante. Na Figura 1 (Apêndice A), podemos visualizar o processo de integração e totalidade que o movimento dos pressupostos estabelecem na pesquisa. Embora a figura se apresente em forma verticalizada, não há idéia de uma configuração de etapas que se sucedem pois o movimento dialético que elaboramos na pesquisa se converte em uma totalidade de compreensão que busca um percurso escolhido entre outros e sendo assim, os princípios organizativos da pesquisa estabelecem o método escolhido, o que significa a escolha de um caminho seguro, onde se buscou o olhar investigador, ir de encontro a uma via de acesso que permitiu interpretar com a maior coerência possível as questões propostas neste estudo, considerando o objeto abraçado na nossa pesquisa.

O primeiro passo metodológico partiu da aproximação com a temática historicamente elaborada, tendo em vista o recorte estabelecido e associado ao nível de teorização aqui pretendido. Assim, destacamos os seguintes momentos:

- levantamento de dados bibliográficos (fichamento de leituras);
- realização de um seminário, em parceria com o Serviço Social da Indústria (SESI DR BA) e com o Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE/BA), no período de 6 e 7 de dezembro de 2001. (Programa do seminário no Anexo) ;
- levantamento e análise da produção científica sobre Lazer, apresentada, debatida e publicada nos últimos três anos, no Brasil, a partir dos principais eventos realizados por universidades brasileiras que promovem estudos sobre lazer, em seus cursos e departamentos; o material coletado encontra-se registrado em banco de dados, constante do Apêndice D;

O segundo passo se estabeleceu a partir de três momentos:

- levantamento das relações sociohistóricas do objeto, a partir do referencial teórico; para tanto, foi elaborado um quadro teórico de discussão, a partir dos seguintes pontos: a) sociedade capitalista e lazer (análise da realidade, na relação trabalho alienado–lazer alienado); b) formação de professores no Brasil, na última década (impasses e desafios); c) lazer como processo formativo (relação trabalho–lazer e educação–formação de professores de Educação Física); d) educação para e pelo lazer;
- evidência dos traços qualitativos e quantitativos do objeto da pesquisa, através da análise da produção científica apresentada nos principais eventos da área, nos três últimos anos (descritos no primeiro passo), considerando as seguintes etapas: a) leitura do material para identificação dos textos de interesse; b) identificação da produção científica apresentada em forma de artigos e de comunicações, considerando as seguintes procedências: conferências, palestras, comunicações em mesas-redondas, em mesas temáticas, em pôsteres e em painéis de debates; c) leitura do material selecionado e análise de conteúdos; d) organização e síntese dos dados em quadros e tabelas; e) leitura analítica das informações contidas nas tabelas e quadros; f) sínteses explicativas; g) proposições superadoras; h) indicação de novos estudos.

O terceiro passo se concretizou nos momentos em que se estabeleceram os aspectos essenciais do objeto problematizado (fundamentos, conteúdo e forma do objeto, singularidade, generalidades). Para tanto, foi realizada leitura detalhada visando à organização dos quadros e realizada uma relação dialética entre eles, a partir do quadro teórico elaborado. Também aqui foram definidas as categorias, subcategorias e constructos relevantes, com vistas à descrição e às sínteses que contribuiriam para caracterizar o objeto e suas inferências. Neste passo, verificamos as possibilidades indicativas da realidade concreta, na condição de sínteses provisórias, enquanto dados da realidade histórica, que

foram sendo tecidos no decorrer da elaboração dos capítulos e nas considerações conclusivas desta dissertação.

1.3 MÉTODO DE EXPOSIÇÃO

A exposição do conteúdo desta pesquisa enseja articular o todo com as partes, o lógico com o histórico. Supera as contradições e exige explicações e proposições. É o momento de tratar desde a crítica até o conhecimento produzido, contextualizando-os no projeto de transformação social.

Os espaços da produção de conhecimento científico sobre lazer, objeto deste estudo, na perspectiva de análise da realidade, são demarcados por diálogos entre estudiosos que vêm se dedicando a desvelar as contradições da sociedade capitalista, quando discutem o lazer, o trabalho, a educação e a formação de professores.

Como campo empírico de análise, levantamos trabalhos provenientes de eventos científicos e de um periódico, ambos mencionados no item anterior (1.2), especificamente no segundo passo da metodologia desta pesquisa.

A literatura não se distingue das fontes consideradas como espaços multidisciplinares de diálogo, pois ambas encerram produção científica de estudiosos de diversas áreas do conhecimento, que vêm estudando sobre lazer, nos últimos três anos. Esta visão, partindo de um arcabouço teórico consistente, possibilitou a compreensão da totalidade, cuja dependência, face à problemática ontológica da realidade, significou um processo indivisível, em vista do conhecimento do conteúdo objetivo e do significado do fenômeno, cuja função se evidenciou no lugar histórico do corpo social analisado.

Nesta pesquisa, buscamos identificar não só os sujeitos que produzem conhecimento sobre Lazer, mas a formação que possuem, sua titulação acadêmica e, principalmente, o que vêm produzindo. Assim, foi significativo conhecer seus espaços de produção e os enfoques que vêm sendo dados a esse campo do conhecimento, a partir dos pressupostos ontológicos explicitados na concepção de sociedade e projeto histórico.

A teoria desenvolvida a partir das sínteses elaboradas possibilitou a organização de um diálogo de caráter descritivo do estudo, que se estabeleceu conforme segue

Neste **primeiro capítulo**, de caráter introdutório, apresentamos o processo de organização da pesquisa, bem como uma exposição do seu conteúdo, questionamentos e as possibilidades que encerra.

O **segundo capítulo** compreende a revisão de literatura acerca da realidade social, a partir da relação trabalho- lazer, buscando evidenciar as contradições existentes na sociedade capitalista, quando esta anuncia a possibilidade do trabalhador viver o tempo de lazer. Nesta perspectiva, apontamos elementos que caracterizam o trabalho e lazer alienados na sociedade capitalista.

No **terceiro capítulo**, a revisão da literatura apresenta a realidade social, considerando a relação trabalho, lazer, educação e formação de professores.

Consideramos a formação de professores um tema fundante para o reconhecimento dos alicerces das políticas governamentais que mantêm o *status-quo* do neoliberalismo, no campo da educação. Nesta discussão, constam elementos que compõem as bases de um forte movimento de professores, que vem sendo articulado na sociedade, principalmente no meio universitário, fundamentando um projeto de ruptura/mudança da ordem estabelecida.

A partir desta referência, apontamos elementos que dizem respeito à formação dos professores de Educação Física, incorporando o debate sobre o processo de regulamentação profissional e os equívocos que vêm ocorrendo, a partir da criação dos conselhos federal e regionais. Abordar esta questão possibilita-nos descortinar o papel que esses professores de lazer têm a desempenhar, ao se ocuparem de ministrar conhecimentos sobre lazer.

Buscamos ainda, neste capítulo, discutir a educação para e pelo lazer na sociedade capitalista, apresentando possíveis contradições.

No **quarto capítulo**, fazemos uma discussão sobre lazer, a partir do que vem sendo produzido, sistematizado e apresentado nos meios acadêmico-científicos. Essa interlocução com teóricos do campo do lazer, com professores de Educação Física e com profissionais que desenvolvem estudos nesta área de conhecimento, permitiu aproximações significativas sobre o que vem sendo debatido e possibilitou reflexões acerca do nosso objeto de pesquisa.

A diversidade de temas e visões sobre lazer não só permitiu uma análise sobre o que vem sendo produzido e registrado em anais e livros – que refletem a síntese dos

principais eventos da área nos últimos três anos -, como também possibilitou reconhecer as principais questões em debate no meio acadêmico. Dentre os resultados de análise obtidos, pudemos constatar também os enfoques dados pelos autores, a partir dos diferentes modelos de sociedade, tendências e perspectivas desse campo teórico.

Para finalizar este estudo, a título de conclusão (**quinto capítulo**), apresentamos a discussão dos principais resultados, onde as hipóteses foram retomadas e discutidas, em vista do estudo sistemático apresentado no decorrer dos capítulos. São também apresentadas proposições superadoras do *status quo* e possibilidades de novos estudos, incitando novas reflexões sobre lazer e sua relação com o trabalho, a educação e a questão da formação de professores de Educação Física.

2. REALIDADE SOCIAL E RELAÇÃO TRABALHO - LAZER

Este capítulo busca, inicialmente, caracterizar as problemáticas significativas da relação dos indivíduos com o trabalho e o lazer, partindo de uma análise das contradições sobre o surgimento do lazer na sociedade capitalista, a partir da industrialização do Brasil.

Em seguida, são discutidas as categorias que expressam os graus de desenvolvimento do conhecimento e as práticas sociais, extraídas da história do desenvolvimento da ciência e da atividade prática. Isto permite conceber elementos teóricos para discutir a configuração do lazer na sociedade capitalista, assim como apresentar o modelo que está sendo engendrado em seu modo de produção. Portanto, tendo em vista a relação das categorias trabalho e lazer, pretendemos levantar as contradições desta inter-relação e a necessidade de discutir a formação do professor de Educação Física

que atua no campo do lazer, tendo-se que o *corpus* teórico faz emergir limites e possibilidades de alternativas relativas ao mundo do trabalho.

Sobre este desafio, cabe ainda indagar e refletir neste estudo: - Que significado tem o lazer e em que modelo vem sendo viabilizado na sociedade capitalista? A que interesses encontra-se atrelado? Como se efetivam, na vida dos trabalhadores, o trabalho e o lazer? Trabalho e lazer são manifestações que se completam ou são antagônicas, na sociedade capitalista?

Para responder a estas questões e ampliar as discussões sobre trabalho e lazer, buscamos compreender os primeiros movimentos de trabalhadores, ocorridos no século XVIII, em meio ao desenvolvimento industrial europeu e seu legado ao século XIX, caracterizado pela exploração de milhares de trabalhadores. Por esta exploração, Lafargue (1999, p. 79) se refere ao período como o século da exploração do trabalho, da dor, da miséria e da corrupção.

Para falar sobre a relação trabalho e lazer, buscaremos enfatizar as bases históricas e os fatores que geram a cruel realidade brasileira, sustentada pelo capitalismo e que, por questões de caráter social, encontram-se atreladas ao viver do cidadão, inclusive ao lazer como direito constitucional. Sobre os diversos fatores determinantes desta realidade, ressaltamos duas grandes preocupações: a herança da pobreza e, conseqüentemente, sua capacidade de reprodução contínua devido às condições educacionais e socioeconômicas das políticas sociais vigentes; e as desigualdades regionais entre as distintas camadas populacionais, onde direitos sociais são conquistas diferenciadas.

2.1 SOCIEDADE CAPITALISTA E LAZER

A obra clássica que provocou, no século XIX, a discussão sobre o sentido do lazer na sociedade capitalista foi *O direito à preguiça*⁴.

O autor procura sustentar que a classe operária, naquela época, foi acometida por um “dogma desastroso”, uma “estranha insanidade”, caracterizando estes sintomas como “amor pelo trabalho, a paixão moribunda [...]”, capaz de levá-la “[...] até o esgotamento das

⁴ Paul Lafargue (1999), inicialmente, pensou intitular seu manuscrito *O direito ao lazer* e, depois, *O direito ao ócio*. O título original, em panfleto, foi *O direito à preguiça*, assim denominado por refutar as bases das religiões católica e protestante, de 1848.

forças vitais do indivíduo e sua prole” (LAFARGUE, 1999, p. 64). Segundo o mesmo autor, os camponeses proprietários, os pequenos-burgueses e o próprio proletariado, deixaram-se perverter pelo trabalho explorado, na França.

Essa obra é de grande significado para nossas discussões, pois apresenta como pressuposto principal o significado do trabalho no modo de produção capitalista, isto é, na divisão social do trabalho e na luta de classes.

Segundo Marilena Chauí (1999, p. 9), Lafargue, em seu trabalho, teve como inspiração duas idéias de Marx, constantes dos *Manuscritos Econômicos de 1844*: a que discorre sobre o trabalho alienado e a referente à análise do trabalho assalariado, extraída do primeiro volume de *O Capital*.

O Direito à preguiça expressa uma crítica à ideologia do trabalho, colocando em discussão as causas e a forma do trabalho assalariado, características daquele sistema econômico, gerador da sociedade capitalista. A denúncia revolucionária de Lafargue (1999, p. 58-119) apontava a maneira como era vendida a força de trabalho - preço inferior ao trabalho - e esclarecia sobre a maneira como os trabalhadores empobreciam, à medida que as riquezas eram produzidas para a burguesia.

Segundo Marx (2002, p. 211-214), a utilização da força de trabalho é o próprio trabalho que, por ser uma dimensão da vida humana, revela nossa humanidade; é por ele que as forças da natureza são dominadas, que satisfazemos nossas necessidades vitais básicas e é nele que exteriorizamos nossa capacidade criadora e inventiva. No trabalho alienado, ao contrário, o trabalhador não se reconhece como produtor das obras, fato decorrente principalmente da divisão social do trabalho imposta pelo modelo da economia capitalista.

Pela denúncia ao trabalho alienado, Lafargue (1999, p. 112) alerta para a necessidade de que os trabalhadores lutem pelo direito à preguiça. O sentido que foi dado à preguiça, em vista ao contexto histórico da época, diz respeito à possibilidade de que eles estabeleçam uma outra lógica do viver, fora do trabalho. Esta lógica refere-se ao desenvolvimento de uma relativa e determinada criatividade, considerando a vida em família, no bairro, nas diferentes formas de entretenimento e de cultura popular. Essa convivência preencheria, de certo modo, o tempo dedicado ao lazer, assim colaborando para estabelecer oportunidades para emergir a crítica à realidade, bem como para

possibilitar a organização social dos sujeitos, visando à luta pela reivindicação dos direitos de cidadania, de novas condições de trabalho, entre outras aspirações.

É importante destacar que, no processo da evolução da necessidade de legitimar o lazer, as lutas sindicais provenientes dos movimentos organizados dos trabalhadores subjugados pela lógica capitalista, não aconteceram rapidamente ou espaço de tempo que Lafargue concebera. Elas ocorreram não só no chão das fábricas, mas em centros recreativos, através de militâncias organizadas, de ações políticas e reivindicatórias dos trabalhadores. Estas iniciativas geraram, ao longo do tempo, conquistas importantes, que no entanto, encontram-se associadas às redefinições de diferentes formas de exploração do trabalhador, questão que precisa vir à tona.

Sobre a importância do esforço de Lafargue e o que representaram os movimentos militantes dos trabalhadores da época, é necessário destacar que o seu pensamento não sugere uma relação antagônica entre trabalho e lazer. Entretanto, as suas idéias, de certa forma, sofreram uma distorção ao longo da história, onde estas duas categorias de atividade passaram a ser vistas em dimensões opostas. Lafargue, naquele momento histórico, teve a intenção de ressaltar a opressão e a exploração a que os trabalhadores estavam sendo submetidos no processo de industrialização. A referida exploração estava subordinada aos interesses da lógica capitalista que se instalava, estabelecendo configurações avassaladoras à vida dos trabalhadores. Para tanto, ele fez um apelo denunciador sobre o direito ao lazer (por ele, designado preguiça), por parte dos trabalhadores, como uma possibilidade de conquista da liberdade, instigando-os a romper com os limites da opressão do tempo imposto para o trabalho.

Portanto, qualquer referência ao lazer, implica pensá-lo a partir da compreensão do trabalho, mais precisamente da força de trabalho que, segundo Marx (2002, p. 197), pode ser também considerada capacidade de trabalho e compreendida ainda “como conjunto das faculdades físicas e mentais existentes no corpo e na personalidade viva de um ser humano, as quais ele põe em ação toda vez que produz valores-de-uso de qualquer espécie”⁵.

⁵ Segundo Marx (2002, p.57-58), “a riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista configura-se em *imensa acumulação de mercadorias*”. A variedade dos padrões de medida das mercadorias decorre da natureza diversa dos objetos a medir e também de convenção, cuja utilidade de uma determinada coisa faz dela um valor-de-uso, mas que só se realiza com a utilização ou com o consumo. Assim, os valores-de-uso constituem “o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social dela”. Na forma da sociedade capitalista, os valores-de-uso são, ao mesmo tempo, os veículos materiais do valor-de-troca. Sendo assim, um valor-de-uso ou um bem só possui valor, segundo Marx, porque nele está corporificado, materializado, trabalho humano abstrato. Sendo assim, pergunta Marx, “como medir a grandeza

Devido às circunstâncias materiais de vida e considerando que o trabalho constitui a única propriedade que resta ao trabalhador, ele irá aliená-lo ao vendê-la no mercado por um salário. Isto ocorre em função do critério de cálculo do salário e não pela quantidade de trabalho necessário para produzir uma mercadoria, tendo-se que, à luz de uma visão justa, a base de cálculo desse salário deveria constituir-se considerando “o tempo socialmente necessário” para a produção de mercadorias. Marx (2002, p. 201) considera que o tempo de trabalho “socialmente necessário” é o conjunto de todos os tempos de cada trabalhador, individualmente, e do conjunto de todos os trabalhadores. É a partir desta explicação que passamos a compreender porque os trabalhadores formam uma classe social⁶, cuja organização opera na sociedade.

Nas sociedades capitalistas, especificamente no caso do Brasil, a história mostra que as classes trabalhadoras encontram-se geralmente predestinadas à passividade. Isto significa dizer que a organização sob a qual opera a consciência de classe⁷ dos trabalhadores vem estabelecendo uma oscilação inconseqüente entre os seus interesses – quando portadores de uma vontade revolucionária por mudanças no projeto de sociedade – e os interesses da classe dominante.

As mobilizações eventuais que historicamente vem sendo realizadas, por não terem caráter profundo de luta de classe, não alteram as relações de trabalho, não rompem com o estado de dominação. Em conseqüência, o próprio conjunto de condições objetivas que torna possível o domínio do capital sobre o trabalho – completando-o e dando-lhe a forma mais adequada para subjugar toda a sua justificação histórica de dominação – lança a sua base de formação social, que vai se metamorfoseando como forma necessária de “domesticação” do trabalhador.

do seu valor?” E ele mesmo responde: “por meio da quantidade da ‘substância criadora de valor’, nele contida, o trabalho”. (MARX 2002, p. 60).

⁶ Segundo Lukács (1974, p. 59), “no espírito do marxismo, a divisão da sociedade em classes deve ser definida pelo seu lugar no processo de produção”.

⁷ A *consciência de classe*, segundo Lukács, trata-se de problema sociológico “geral”. Contudo, afirma, que “[...] a ação histórica decisiva da classe como totalidade é determinada, em última análise, por esta consciência e não pelo pensamento, etc. do indivíduo.[...] A consciência de classe é, pois, ao mesmo tempo, considerada abstrata e formalmente, uma inconsciência, determinada em conformidade com a classe pela sua própria situação econômica, histórica e social. Esta situação é dada como uma relação estrutural determinada, como uma relação de forma determinada, que parece dominar todos os objetos da vida”. (LUKÁCS, 1974, p. 65) .

Uma das formas mais cruéis desse estado de dominação reside nas lutas pela diminuição da jornada de trabalho, em favor do tempo de lazer, historicamente registradas por leis que prolongam-na compulsoriamente.

A seguir, a citação de Marx (2002, p. 305-306) reflete sobre o quanto a jornada de trabalho é perversa na sociedade capitalista, quando associada ao valor diário pago à força de trabalho:

O dia de trabalho compreende todas as 24 horas, descontadas as poucas horas de pausa sem as quais a força de trabalho fica absolutamente impossibilitada de realizar novamente sua tarefa. Fica desde logo claro que o trabalhador durante toda a sua existência nada mais é que força de trabalho, que todo seu tempo disponível é por natureza e por lei tempo de trabalho, a ser empregado no próprio aumento do capital. Não tem qualquer sentido o tempo para educação, para o desenvolvimento intelectual, para preencher funções sociais, para o convívio social, para o livre exercício das forças físicas e espirituais, para o descanso dominical mesmo nos países santificadores do Domingo. Mas em seu impulso cego, desmedido, em sua voracidade por trabalho excedente, viola o capital os limites extremos, físicos e morais, da jornada de trabalho. Usurpa o tempo que deve pertencer ao crescimento, ao desenvolvimento e à saúde do corpo. Rouba o tempo necessário para se respirar ar puro e absorver a luz do sol. Comprime o tempo destinado às refeições para incorporá-lo, sempre que possível, ao próprio processo de produção, fazendo o trabalhador ingerir os alimentos como a caldeira consome carvão, a maquinaria, graxa e óleo, enfim, como se fosse mero meio de produção. O sono normal necessário para restaurar, renovar e refazer as forças físicas reduz o capitalista a tantas horas de torpor estritamente necessárias para reanimar um organismo absolutamente esgotado. Não é a conservação normal da força de trabalho que determina o limite da jornada de trabalho; ao contrário, é o maior dispêndio possível diário da força de trabalho, por mais prejudicial, violento e doloroso que seja, que determina o limite do tempo de descanso do trabalhador.

Nesse processo de exploração e manipulação da força de trabalho, fica evidente que o empregador capitalista não tem como foco de preocupação a vida do trabalhador, e sim o potencial máximo que ele pode dispor para a produção. Visando a este objetivo, encurta a expectativa de vida do trabalhador e exaure toda a forma de pensar nele próprio como ser social.

O trabalhador, assim dominado pelo interesse alheio, fica desprovido das condições de transformar o tempo disponível em lazer e, conseqüentemente, passa a ser

dominado pela obsessão com o cumprimento do tempo de trabalho, o qual – estranhado – converte-se num forte obstáculo à busca da plenitude do ser. Ele se torna estranho ao produto de seu trabalho e ao próprio ato de produção da vida material, tornando-se estranho frente a si mesmo, ao gênero humano. “O homem se converte em um simples meio para outro homem; um meio para a satisfação de seus fins privados, de sua avidez” (HELLER *apud* ANTUNES, 2000, p. 128). Sobre esse processo, o presente estudo ainda enfatiza que, para Marx, o capitalismo produz necessidades “múltiplas e ricas”, na mesma medida que provoca o empobrecimento dos homens e converte o trabalhador em um ser “isento de necessidades”.

Este é um dos resultados contraditórios – como todo o desenvolvimento do processo de produção do capitalismo – que precisa ser discutido quando pensamos em tempo de lazer, em sociedade com lazer, fruto do trabalho alienado.

Para compreender como essas questões são fundantes para os estudos do lazer, serão apresentados, a seguir, elementos que identificam o significado do trabalho alienado.

2.2. TRABALHO ALIENADO

Inicialmente, vamos caracterizar o trabalho alienado na sociedade capitalista, reforçando a sua problemática a partir do estranhamento que causa ao trabalhador e vamos, em seguida, estabelecer uma discussão a partir da relação do lazer nesta sociedade.

Considerando o capitalismo do século XX, a “problemática do estranhamento do trabalho”, segundo Antunes (2000, p. 131), adquire uma amplitude ainda maior. Lukács (*apud* ANTUNES, 2000 p. 132) considera que a luta de classes teve por objetivo, durante decênios, garantir o mínimo de uma vida humana para o trabalhador, por meio de reivindicações adequadas sobre salários e tempo de trabalho, acrescentando: “com a submissão real do trabalho ao capital, e o predomínio da mais-valia relativa, a luta ganhou um componente inteiramente novo, uma vez que a mais-valia absoluta já não desempenha o papel dominante”⁸. Visando a oferecer mais elementos para a compreensão sobre o

⁸ O predomínio da mais-valia relativa sobre a absoluta, no século XX, segundo Antunes (2000, p. 123-133), significa que os movimentos dos trabalhadores vêm se estabelecendo no sentido da diminuição do tempo de trabalho. Contudo, isso não quer dizer que, no modo de produção capitalista, o trabalhador seja liberto da mais-valia, mas que o tempo disponível para o lazer possa estar favorável ao consumo e que nas relações estabelecidas pelo capitalismo esse consumo torna-se

estranhamento na sociabilidade do trabalhador, no século XX, Antunes mais uma vez cita Luckács:

Hoje, com uma semana de cinco dias e um salário adequado, podem já existir as condições indispensáveis para uma vida cheia de sentido. Mas urge um novo problema: aquela manipulação, que vai da compra do cigarro às eleições presidenciais, ergue uma barreira no interior dos indivíduos, entre a sua existência e uma vida rica de sentido[...]. Por causa dessa manipulação, o operário, o homem que trabalha é afastado do problema de como poderia transformar seu tempo em *otium*, porque o consumo lhe é instilado sob a forma de uma superabundância e vida com finalidade em si mesma, assim como a jornada de trabalho de doze horas a vida era ditatorialmente dominada pelo trabalho (LUCKÁCS, 1969, p. 53-54 *apud* ANTUNES, 2000, p. 131).

O pensamento de Antunes parece-nos interessante para a compreensão da problemática do estranhamento na sociabilidade contemporânea, quando afirma:

[...] se esta se objetiva originalmente no processo de produção – e tem neste momento o seu estatuto ontológico fundante –, o capitalismo avançado conseguiu estendê-la até a esfera do consumo. Com todo arsenal mercadológico e da *mass media*, a possibilidade de manipulação das necessidades de consumo do ser que trabalha o impossibilita, também neste plano, de buscar sua realização, acarretando formas complexas de estranhamento. (ANTUNES 2000, p. 131).

No universo da manipulação das necessidades, a liberdade individual é somente aparente, segundo Heller (*apud* ANTUNES, 2000, p. 131):

[...] o particular elege os objetos de suas necessidades e plasma essas necessidades individuais não em conformidade com sua personalidade, mas sobretudo em conformidade com o lugar que ocupa na divisão do trabalho [...] dado que o fim não é o desenvolvimento múltiplo do indivíduo, o particular se converte em escravo desse conjunto restrito de necessidades.

Sendo assim, o trabalhador vive em função das necessidades para se manter vivo e isso porque pode dispor da sua força de trabalho, na condição de explorado. Daí podermos concluir que a força de trabalho (o trabalho), nas condições capitalistas, não significa uma

alienado. Sobre processo de trabalho e processo de produzir mais-valia, nos respaldamos na leitura de *O capital: crítica*

necessidade para o trabalhador – pois assim ele não o reconhece – uma vez que a divisão do trabalho o reduz à homogeneização das necessidades estranhas a sua pessoa, como sujeito capaz de se realizar.

Para John Holloway (*apud* ANTUNES, 2000, p. 132),

Se a humanidade é definida como atividade – pressuposto básico de Marx – então alienação, significa que a humanidade existe sob a forma de inumanidade, que os sujeitos humanos existem como objetos. O sujeito (homem ou mulher) aliena sua subjetividade, e essa subjetividade é apropriada por outros [...].

Nesta perspectiva, a alienação do trabalhador, a partir do trabalho – entendido no seu sentido mais genérico e abstrato, como produtor de valores de uso – não permite que o trabalhador estabeleça a conquista de suas próprias necessidades. É fundamental compreender que o trabalho alienado define quais as necessidades a serem satisfeitas (que, portanto, deixam de ser individuais), o modo e o tempo de satisfazê-las. Considerando que a materialidade social que institui a consciência encontra-se esfacelada pela divisão do trabalho na sociedade capitalista, esta encontra-se perpassada por interesses contraditórios e mascarada por uma estrutura de ocultação socialmente condicionada, onde o “eu” se elabora em meio às relações que precisam eliminar ou camuflar fatos para se manter. Isso gera no trabalhador uma consciência massificada, onde a possibilidade dessa compreensão se atrofia, tornando-se uma razão cativa que opera com elementos recolhidos pela percepção enviesada do imediato. Esse é o processo considerado a partir da lógica que reduz as unidades de pensamento a sinais e símbolos, cujas leis convertem-se em técnicas de cálculo e manipulação para a produção do trabalho.

Já no século XIX, Hegel (*apud* PALANGANA, 1998, p. 97) afirmava que a estrutura da razão é parte da dominação e que, ao mesmo tempo, pode ser superada, desde que haja uma nova forma de organização da sociedade, em relação ao modo de produção, onde os indivíduos partam da consciência de uma razão cuja competência para pensar em novas possibilidades de projeto histórico de sociedade, dependa de condições teórico-práticas, instituídas a partir das relações de trabalho.

Considerando que esse projeto ainda não se concretizou no Brasil e que, na sociedade capitalista, o trabalho alienado resulta desse processo, ele pode ser compreendido a partir de Antunes:

Há, portanto, no plano da produção e reprodução material, uma dupla dimensão da luta contra o estranhamento sob o capitalismo: aquela que visa o questionamento do próprio modo de produção e extração da mais-valia e aquela que possibilita ao indivíduo que trabalha, utilizar seu horário de não-trabalho, seu tempo liberado, visando a concretização de uma experiência mais cheia de sentido, não coisificado pela manipulação do capital. (2000, p. 131).

Com a reflexão anterior, Antunes indica que a emancipação⁹ do trabalho não se confunde com a conquista do tempo de liberdade para o lazer, mas aponta para uma nova forma de trabalho, onde os meios de produção possam gerar um trabalhador de potencialidade revolucionária para romper com as amarras do capitalismo.

Friedmann (1983, p. 169-170), em suas observações e pesquisas sobre o lazer e as insatisfações dos trabalhadores com relação ao trabalho, afirma que os assalariados buscam, diante das condições geradas pelo trabalho nos moldes capitalistas – fragmentado, rotineiro e alienante – reconquistar no lazer tudo de que vêm sendo privados: criatividade, iniciativa, responsabilidade e, dentre outros valores, a realização. Ao lazer restaria, portanto e em consequência, “compensar” a frustração da relação dos trabalhadores com seus patrões.

O entendimento histórico de que o trabalho é algo penoso, rotineiro, obrigatório, e o lazer, atividade prazerosa e agradável, predestinada a um tempo disponível do trabalho, é culturalmente arraigado no contexto da sociedade. Além disto, o referido entendimento vem sendo assimilado de diversas maneiras ao longo do tempo, sendo consumido numa ótica que atende inteiramente aos padrões do consumo da sociedade capitalista e que não contribui para romper com suas amarras.

É importante destacar que sendo o direito ao lazer no século XX, no Brasil, gerado em espaços de lutas e de mobilização política dos trabalhadores, ele se manifesta fundamentalmente ainda como quebra da rotina do trabalho, alternando a organização temporal das atividades humanas como um todo.

⁹ A emancipação, segundo a concepção marxista entende a liberdade como “eliminação dos obstáculos à emancipação humana, isto é, ao múltiplo desenvolvimento das possibilidades humanas e à criação de uma forma de associação digna da condição do trabalho assalariado”. (BOTTOMORE, 1988, p. 123-124).

Esta concepção histórica vem se constituindo em uma relação de força, de poder, de violência, que subjuga as condições concretas do trabalhador para a conquista do lazer. Para muitos, o lazer se reduz a um tempo disponível, para atendimento de necessidades de caráter material, que passa a ser consumido de forma alienada, pois não estabelece uma relação de equilíbrio. Consumido assim, de forma alienada, o lazer não se estabelece em uma relação enquanto conquista resultante do trabalho, nem como fator de enriquecimento das experiências de vida.

A concepção do ócio como pernicioso aos trabalhadores é outro fator responsável pela agregação de um conceito ideológico ao lazer, que passa a ser concebido como um tempo de privilégio para os mais favorecidos e como uma desvirtuação de caráter, para os trabalhadores que vendem sua força de trabalho.

Desnecessário uma análise mais acurada sobre esta questão para supor que as concepções de valorização de tempo de trabalho e de ócio são elaboradas pela classe dominante da sociedade capitalista. Considerando que as práticas materiais de produção mudam historicamente, que estão localizadas em tempo e em espaços próprios e que as noções a seu respeito podem mudar para atender a interesses, não seria de todo estranho, em se tratando da sociedade capitalista, que estas noções sejam concebidas, de modo a atender aos interesses do capital.

Segundo Padilha (2000, p. 50), quem apresenta contribuições sobre o tempo e a disciplina do trabalho é Tompson (1979), quando expõe sua compreensão sobre a profunda relação entre as diferentes situações de trabalho e as diferentes noções de tempo. Seus estudos apontam indicadores de que as concepções de tempo são criadas através de processos materiais de produção na sociedade.

Quando diminuídas as jornadas de trabalho, em meados do século XX, os trabalhadores foram levados a consumir mais trabalho, no tempo disponível, como forma de suprir suas necessidades materiais. Isto nos leva a concluir que, na sociedade capitalista, a forma sobre a qual se vem construindo a relação de produção do trabalho pode ser um das causas da degeneração intelectual, artística, agonística, estética, geradora de uma visão reducionista da virtualidade do tempo e do espaço para o lazer, uma vez que este é considerado marginal, exterior à condição de direito social.

Esta percepção do trabalhador está submissa, já denunciava Lafargue (1999, p. 94-96) no início do século XIX, à condição de perceber-se integrante de uma classe social, embora veja-se obrigado, a fim de sobreviver, a trabalhar para uma outra classe social – a burguesia – vendendo sua força de trabalho, que é comprada e destinada a produzir mercadorias, alheias ao seu interesse e às suas necessidades. Isto significa que o trabalhador não realiza nenhuma capacidade humana própria da sua condição de suprir suas necessidades, pois cumpre as exigências impostas pelo mercado capitalista, que compra a sua força de produção, a partir de interesses privados.

Vale aqui destacar que enquanto o lazer for concebido como um tempo disponível, resultante de trabalho com caráter de mercadoria¹⁰, constituir-se-á apenas em privilégio de poucos e um meio sutil de promoção de uma certa internalização dominante para o ser humano se situar no mundo, permitindo a sustentação opressora de uma injusta situação.

O pensamento capitalista que domina toda a esfera da vida – e que justifica a dominação – ultrapassa o terreno do trabalho alienado e invade a vida como um todo, em nome do que identifica como ganhos reais para a população. A sociedade da superprodução, ainda que não seja para todos, seduz os indivíduos, induzindo-os a um mundo de esperanças, não outras que as de consumo, que alimentam a máquina da produção capitalista. Em contrapartida, o indivíduo não é mais dono do seu tempo e de nenhum espaço; não é mais dono de sua consciência, nem do direito de fazer projetos de vida, de lutar de forma organizada para mudanças, quer em seus espaços de trabalho, quer naqueles de socialização do lazer. As promessas de liberdade, de justiça e de paz, propagadas nas políticas governamentais, desfalecem mediante a supremacia do poder de manipulação do mercado produtivo, pois a racionalidade do progresso da sociedade capitalista agrava, a cada ano, juntamente com a irracionalidade de sua organização. Em consequência, o grau de opressão do trabalhador e de destrutividade de suas possibilidades de conquista, ocasionado pela repressão, atingiu a maturidade que impregna todas as esferas da vida no trabalho e fora dele.

As barreiras apresentadas às mudanças dessa realidade parecem complicar-se mais e mais, pois o trabalhador, subjugado pela racionalidade instrumental, não se permite

¹⁰ Para o marxismo, a força de trabalho não é uma mercadoria em qualquer sociedade; para existir o trabalho com caráter de mercadoria em uma dada sociedade, o trabalhador dispõe de sua força de trabalho na condição de venda para quem possui os meios de produção: o capitalista (MARX, 2002, p. 219).

conceber seja no tempo de trabalho, seja no tempo de lazer, numa luta de classes para a organização da sociedade, visando a um novo projeto histórico.

Por mais paradoxal que pareça, na base da crise do final do século XX e início do século XXI, quando falamos de lazer, podemos estar denunciando a crise do capital, que, segundo Rummert (2000, p. 11), se mantém e se recupera através de taxas históricas de exploração, sob o ideário neoliberal da desregulamentação e privatização dos direitos sociais conquistados pelos trabalhadores, em diferentes partes do mundo.

Mediante o exposto e em vista das possibilidades que vêm sendo discutidas neste estudo, cabe-nos, ainda, indagar: - É possível pensar o lazer como manifestação libertadora do trabalhador, quando vivemos na base do trabalho alienado? – Porque pensamos que a desalienação do trabalhador se dá pelo lazer? Será isso possível?

Objetivando a elucidação destas questões, a seguir será discutido o lazer alienado.

2.3 LAZER ALIENADO

O homem, alienado pelo trabalho na civilização tecnológica do capitalismo, é infeliz – “ao consumir diversão, procura reprimir a consciência de sua infelicidade. Empenha-se em ganhar tempo e, em seguida, se inquieta em matar o tempo que ganhou” (FROMM *apud* FRIEDMAN, 1971, p. 170).

É perceptível a configuração de uma profunda crise societária, cujo caráter mórbido e de barbárie não permite ao trabalhador desfrutar do lazer, por meio de uma liberdade conquistada pelo trabalho. Nesta perspectiva, o trabalhador não se realiza no e pelo trabalho. Nas suas formas históricas – escravista, servil e assalariado –, o trabalho é sempre repugnante, porque é forçado, imposto ao trabalhador, onde os processos de produção capitalista e os seus produtos assumem uma forma de interesse alheio e incorporam um poder independente do indivíduo.

Falar sobre o lazer alienado implica incluí-lo na discussão sobre o fator trabalho e, para tanto, não podemos deixar de considerar as contradições do século XIX reproduzidas no século XX e que ainda estão presentes na atual sociedade. Também se faz necessário refletir criticamente sobre a lógica da produção e do consumo alienados de bens e de serviços, advindos do que vem se chamando de “lazer na sociedade capitalista”.

Assim, face a um contexto marcado pelo desemprego, pela injusta distribuição de renda, pelo analfabetismo, pela pobreza avassaladora, pela fome, enfim, pela miséria em que vive grande parte dos trabalhadores desse País, não basta a denúncia da alienação gerada pelo trabalho, no modo de produção capitalista. É preciso ressaltar a alienação advinda do lazer, considerado simplesmente divertimento / entretenimento, a ser consumido como fuga ao esforço causado pelo trabalho alienado ou como meio para compensar as frustrações geradas pelas insatisfações ocorridas no cotidiano do indivíduo.

Segundo Camargo (1998, p. 132-136), a redescoberta do lazer na sociedade capitalista do século XX, como um produto fecundo e de mercado promissor capaz de vender ilusões, que geram lucros significativos para aqueles que detêm o poder econômico, vem ocupando, em larga escala, investimentos do setor privado, incentivados em parte pelo governo, onde a área de lazer associada ao entretenimento vem atraindo investimentos consideráveis para os capitalistas.

Isto se deve à ideologia veiculada pela mídia, que induz o ser humano, após anos de dedicação de trabalho, a usufruir o lazer como produto a ser consumido. O que se observa é venda ostensiva dos produtos lazer como atividade cultural, em larga escala, para diferentes faixas etárias e grupos sociais, através dos *shopping centers*, barzinhos, boates, *shows* de toda natureza, clubes, parques temáticos, jogos eletrônicos, cinemas, *resorts*, hotéis-fazenda e pacotes turísticos. Ademais, essas propostas consumistas são projetadas em ofertas tentadoras, que manipulam a subjetividade dos trabalhadores.

Segundo Werneck (2000, p. 70), em busca do prazer estimulado pela fantasia, muitas experiências de lazer estão sendo subjugadas a estratégias de modismos e de homogeneização cultural, altamente lucrativas para a indústria de entretenimento que a cada ano ganha espaço, na mesma medida em que são explorados os ganhos salariais dos trabalhadores.

Não podemos perder de vista que a manifestação do lazer vem sendo construída historicamente e que sua contradição de direito social está alicerçada na condição única de o cidadão poder desfrutar, livre e espontaneamente, momentos lúdicos e enriquecedores do viver, voltados para o seu desenvolvimento pessoal e social, a partir da sua relação com o trabalho. No entanto, concebido pela lógica do mercado capitalista, de forma acrítica,

apenas para promover o entretenimento e a distração alienantes, passa a ser tratado como fuga do tédio e da rotina do trabalho.

Na perspectiva de discutir o papel dos profissionais que atuam no campo do lazer, vale ressaltar a atuação que vêm exercendo, a partir da influência do potencial do sistema produtivo capitalista. Muitos são atraídos pelas possibilidades lucrativas de expansão desse mercado, absorvendo o lazer de forma acrítica. Isto significa, muitas vezes, desconsiderar o que representa o lazer na dimensão humana, como manifestação de valor social, educativo, cultural e político. Nesta concepção, poderia ser implementado na condição de objeto e veículo de educação¹¹, capaz de apresentar novos significados nas relações de classe e nas lutas por uma nova sociedade, não configurada no reordenamento e fortalecimento da sociedade capitalista.

Para avançar na discussão sobre o lazer no contexto de sua alienação, recorreremos a elementos teóricos da década de 80, marcada, nos países de capitalismo avançado, por profundas transformações no mundo do trabalho: as formas de inserção na estrutura produtiva e as formas de representação sindical e política sofreram modificações, consideradas, talvez, a mais aguda crise do século.

No interior destas mudanças, a automação e a robótica – representando um salto tecnológico – invadiram o universo das fábricas, inserindo-se e desenvolvendo-se nas relações de trabalho e de produção do capital (ANTUNES *apud* CORIAT, 1992, p. 61).

Este novo cenário indica que o fordismo e o taylorismo já não constituíam modelos únicos de produção. Configura-se nova divisão do trabalho e também uma nova concepção quanto ao papel do trabalhador na organização, de quem é exigida uma nova lógica na utilização da sua força de trabalho. Segundo Antunes (2000, p. 24), novos processos de trabalho emergem, onde o cronômetro e a produção em série são substituídos pela flexibilização da produção, por novos padrões de produtividade, por adequação da produção à lógica do mercado. Como resultado, são instituídas formas transitórias de produção, cujos desdobramentos geram transformações no que diz respeito aos direitos do trabalhador, ocorrendo inclusive, a substituição de direitos conquistados historicamente.

Neste sentido, as transformações em curso, que atingem de forma desastrosa os chamados países do Terceiro Mundo – com industrialização intermediária e carentes de

¹¹ O sentido de lazer relacionado à educação é abordado por Requiça (1980) e por Marcellino (1987a).

inúmeras condições econômicas, tecnológicas, sociais, políticas e culturais – atingem profundamente o operariado industrial tradicional, principalmente acarretando “metamorfoses” no trabalho¹² (ANTUNES, 2001, p. 209).

A crise atinge o universo da consciência, da subjetividade do trabalho e suas formas de representação, gerando um novo modelo de exclusão, pois o capital financeiro, o monetarismo e o desenvolvimento tecnológico, trazem um novo tipo de concentração privada de riqueza, que dispensa as formas tradicionais de trabalho e de consumo de massa.

Segundo Chauí (1999, p. 51), neste novo modelo que reforça a exclusão, as críticas às calamidades econômicas são dirigidas aos trabalhadores e nenhuma crítica tem como alvo os organismos mundiais privados e a submissão a eles por parte dos Estados.

Enquanto os desempregados e os superexplorados dos países do terceiro mundo se sentirem responsáveis pelo *status quo* e se iludirem com promessas vãs de políticas de amplo emprego, padeceremos de uma estupidez complacente que apenas permite a indignação, mas não nos encoraja a estabelecer estratégias de enfrentamento aos novos ordenamentos do capitalismo, projetados cruelmente no mundo do trabalho.

A grande massa de trabalhadores – denominada por Antunes (2001, p. 217) subproletariado -, juntamente com o enorme contingente de desempregados, marginalizados do processo alienante de criação de valores, poderiam desenvolver, objetivamente, condições de confrontação social contra o capital. Isto se constituiria no uso do tempo compulsoriamente ocioso, como um tempo e espaço para a organização de novas confrontações contra os condicionantes da atual lógica do capital.

Considerando estas reflexões, reafirmarmos a indagação: - Quais as bases da relação trabalho alienado e lazer alienado? – Em que perspectiva de sociedade os trabalhadores excluídos estariam sendo incluídos para desfrutar o lazer?

Na tentativa de elucidar estas questões, convém evidenciar que estamos falando de uma sociedade que não deixou – e nunca deixará – de ser uma sociedade de trabalho, embora esteja distante o modelo de sociedade de pleno emprego para todos. A respeito,

¹² Antunes (2001) esclarece o sentido das transformações do mundo do trabalho, destacando dois processos múltiplos: o da *desproletarização* do trabalho industrial e fabril e uma *subproletarização* do trabalho, em decorrência das formas diversas de trabalho parcial, precário, terceirizado, subcontratado, vinculado à economia informal, ao setor de serviços, o que significa a *heterogeneização, complexificação e fragmentação* do trabalho.

Tiriba (2001, p. 80) alerta que “para aqueles que nunca viveram a sociedade do pleno emprego, trabalho não é sinônimo de emprego”.

Nesta perspectiva, é importante considerar o que significa o lazer como direito conquistado pelo trabalho e pela distribuição da riqueza produzida pelos trabalhadores. É fundante discutir a necessidade de que os trabalhadores tenham condições de usufruir de todos os direitos provenientes de seus bens e prazeres; é necessário considerar que, entre uma atividade e outra voltada para o trabalho, há tempo e atitude para ler, jogar bola, sorrir descontraidamente, passear, conversar, ir à praia, ao cinema, ao teatro, enfim, manifestar o seu estado de realização pelo lazer. Mesmo considerando o aspecto subjetivo desse direito – e suas contradições –, destacamos a necessidade de enfrentar as forças produtivas e as relações sociais instituídas para o lazer, modeladas pelas bases de consumo, que alimentam o capitalismo.

Na complexidade do viver, há trabalhadores que reconhecem que o aumento da produção não está vinculado ao aumento do trabalho, nem à exploração, por parte do empregador. Isto se verifica, conforme Tiriba (2001, p. 79), principalmente entre os trabalhadores mais empobrecidos, que fazem parte do chamado mercado informal, onde “ganhar a vida” é o centro de seu eixo vital. A falta de condição estável de sobrevivência obriga-os a definir uma identidade de sobrevivência que não os deixa ambiciosos com relação ao mundo material. No entanto, quando a sobrevivência ocorre em plano que atende às necessidades básicas, o que fazem “fora” do trabalho circunscreve-se a espaços e atitudes de viver o tempo de forma livre e espontânea, pois não se ocupam em “Ter mais”.

Para estes cidadãos, o trabalho constitui a base necessária à existência, mas nem sempre corresponde às possibilidades de melhoria das bases materiais ou de alimentação do consumismo advindo do lazer. Estes trabalhadores precisam ser reconhecidos como indivíduos produtores, representando força ativa na produção e com direito ao lazer como fator de cultura, historicamente elaborada pela sociedade.

Sobre a divisão do trabalho, que influenciou a segmentação da classe trabalhadora e que diferenciou as condições básicas de direitos, é necessário refletir sobre as bases da economia criadas pelo capitalismo, que mascaram o caráter histórico e humano da vida social, transformando os trabalhadores indiferentes às próprias condições de excluídos dos seus direitos.

Segundo Kosik (1995, p. 207):

[...] a divisão do agir humano em trabalho (esfera da necessidade) e arte (esfera da liberdade) capta a problemática do trabalho e do não trabalho apenas ‘aproximadamente’ e apenas sob certos aspectos”; e ainda acrescenta que, [...] esta distinção parte de uma determinada forma histórica do trabalho como um pressuposto não analisado e, portanto, aceito acriticamente, sobre cujo fundamento se petrificou a divisão do trabalho surgida historicamente, em trabalho físico-material e trabalho espiritual.

Portanto, para Kosik¹³ (1995, p. 208-209), a liberdade não se revela ao homem além das fronteiras do trabalho como de um pressuposto necessário. Sendo assim, para esse filósofo, o autêntico reino da liberdade começa, portanto, além das fronteiras do trabalho, se bem que justamente o trabalho é que constitui a sua base histórica necessária. É no agir laborioso que são criados os pressupostos históricos da liberdade.

É necessário também considerar a perspectiva do tempo disponível para o lazer, anunciado como decorrente do avanço tecnológico e da crise do emprego. Sobre esta crise, caracterizada pelo desemprego estrutural e funcional, pode-se afirmar que ela nega as relações sociais baseadas em atividade de ócio e lazer, como fator de realização.

Nesta perspectiva, vale pensar sobre o significado do desemprego, que gera sentimento de perda da posse de si mesmo nos seres humanos, sensação de carência, de perda da identidade instituída, impedindo a percepção de liberdade ou mesmo a possibilidade de fruir o tempo na conquista de viver plenamente alguma atividade de livre escolha, a qual poderíamos denominar de lazer.

Para que excluídos tenham a possibilidade de conquistar a totalidade de vida pelo trabalho, é necessário reconhecer a necessidade de uma nova realidade social totalitária, de caráter dinâmico, que possa promover de forma revolucionária as relações sociais de produção, onde o capital não prevaleça com domínio sobre o trabalho.

¹³ Segundo Kosik (1995, p. 208-209), a relação entre necessidade e liberdade é uma relação historicamente condicionada e variável. Sob o ponto materialista, Kosik considera que é perfeitamente coerente Marx reduzir o problema da liberdade ao *tempo de trabalho*, isto é, à criação do tempo livre. “[...] O tempo livre, o tempo que está à nossa disposição, é a própria riqueza – [destinada] em parte à fruição do produto, em parte à livre manifestação de uma atividade que não é, como o trabalho, determinada pela coação de uma finalidade exterior, que deve ser cumprida e cujo cumprimento é uma necessidade natural ou um dever social como se queira”. (MARX *apud*, KOSIK, p. 305).

Segundo Mészáros¹⁴ (1997, p. 145), é significativo não esquecer o conceito generalizado por Marx sobre a “força de trabalho”, como personificação do próprio trabalho. A subordinação estrutural do trabalho não é apenas uma exclusividade do sistema capitalista; é fator crucial para manter a dominação do capital, em quaisquer das suas formas conhecidas. Esse conceito é importante para as estratégias que o movimento dos trabalhadores pode e deve realizar contra as “garras” do capital, uma vez que o sistema não reconhece as qualidades do operário como indivíduo, resultando na inserção do trabalhador nas relações do capital, apenas como força de trabalho abstrato e de fácil exploração.

Sendo a força de trabalho concebida pelo capitalista como capital circulante (uma mercadoria como outra, que ele busca comprar pelo melhor preço) e visando a diminuir o preço de revenda de seus produtos, seria necessário que ele compreendesse que se trata mercadoria com um caráter particular, pois que constituída de seres humanos que pensam e têm necessidades a serem satisfeitas.

Um aspecto que vale destacar como valor a ser conquistado e desenvolvido é a solidariedade: ela está para a vida social dos trabalhadores como egoísmo e a concorrência, para os capitalistas.

Diante de tais reflexões, um novo sentido sobre trabalho e lazer tem, como pressuposto, novo horizonte para um projeto histórico, no qual o trabalhador supere a sua condição de mercadoria. Segundo Tiriba, o resgate do “direito de ser proprietário coletivo dos meios de vida” é capaz de levá-lo a “superar a desvinculação entre si e seu produto, controlando o ritmo e o tempo de trabalho”. Isto significa pensarmos, como a referida pesquisadora, na possibilidade de “uma cultura do trabalho que pressuponha a liberdade do tempo livre, a transformação do tempo escravizado em tempo de ócio e tempo para o desenvolvimento da plenitude do homem”.(TIRIBA, 2001, p. 90).

Neste momento, cabe refletir se o trabalho produz o mundo material e se essa condição deveria libertar os sujeitos para viver, dentre outras necessidades, para o lazer; é preciso buscar a essência dessas relações, nos diferentes momentos da história da humanidade, para compreender o significado do trabalho e do tempo livre para o lazer, no

¹⁴ István Mészáros (1997) ressalta que Marx analisou as leis de desenvolvimento e dominação do sistema capitalista como sendo aquelas do próprio capital, ao mesmo tempo em que demonstrou que o capital, como tal, coincide com o desenvolvimento histórico do capitalismo. Sobre a *força de trabalho*, como personificação do capital, o conceito desenvolvido por Marx é importante para as estratégias que o movimento dos trabalhadores pode e deve elaborar, a fim de para escapar do aprisionamento do trabalho alienado.

contexto das relações sociais de produção. Se esse contexto não permite tal possibilidade, é importante que o trabalhador reconheça quais as forças determinantes do caráter opressor; assim, ele poderá lutar por um novo modelo de sistema produtivo e de sociedade, onde as relações trabalho e lazer possam estar em equilíbrio, como condição de conquista de uma nova realidade social.

Portanto, é significativo também refletir sobre o papel da escola e da universidade que educa para a “virtude do trabalho”, que prepara crianças e jovens para o dever do emprego numa sociedade que sofre, como no Brasil, do desemprego pandêmico; onde os conhecimentos são reduzidos a meros fatores de produção, voltados para atender ao mercado e alheios às relações de poder instituídas pelo capital.

Segundo Frigotto (2000, p. 30), “a educação e a formação humana terão como sujeito definidor as necessidades, as demandas do processo de acumulação de capital sob as diferentes formas históricas de sociabilidade que assumir”. Isto significa que estas serão reguladas e subordinadas pela esfera privada.

Numa investigação que requer a explicitação da concepção de sociedade, a análise das relações entre processo de produção e formação humana voltada para o lazer é determinada por fatores como a educação, a economia, o trabalho, a política.

As relações econômicas são, segundo Frigotto (2000, p. 31), relações sociais que engendram todas as demais, onde o indivíduo, ao reproduzir a sua vida material, o faz considerando a sua totalidade (psicofísica, cultural, política, ideológica). O trabalho, afirma ainda o autor, nesta perspectiva de análise não se reduz a “fator”, mas é a forma pela qual o homem produz as suas condições de existência, faz a história, humaniza o mundo. Trata-se, portanto, de “uma categoria ontológica e econômica fundamental”. E a educação, acrescenta o mesmo estudioso, não pode também ser reduzida apenas a fator: é uma prática social, uma atividade humana de caráter histórico, que emerge das relações sociais. Seu embate ocorre a partir das classes sociais e de sua própria forma de se instituir como relação social. A luta, portanto, ainda acrescenta Frigotto (2000, p. 31):

[...] é justamente para que a qualificação humana não seja subordinada às leis do mercado e à sua adaptabilidade e funcionalidade, seja seja sob a forma de adestramento e treinamento estreito da imagem do *mono* domesticável dos esquemas tayloristas, seja na forma da polivalência e formação abstrata, formação geral ou policognição reclamadas pelos

modernos *homens de negócio* (Veblen, 1918) e os organismos que os representam.

Diante destas considerações e em vista do que já foi explicitado neste capítulo, cabe ainda discutir os efeitos da política de educação e, especificamente, o papel que as universidades vêm desempenhando na formação dos professores. Do mesmo modo, convém também reconhecer, no contexto de formação dos professores de Educação Física (a partir da produção de conhecimento sobre Lazer), que espaço social de trabalho vem sendo delineado para esses profissionais, tendo em vista o modelo de sociedade e o projeto histórico vigentes.

Para tanto, faz-se necessário estabelecer um aprofundamento teórico sobre a formação de professores nos últimos dez anos, a partir do que vem sendo publicado no País, visando a identificar as contradições históricas existentes e a estabelecer indicadores que possam ser confrontados com os dados encontrados quando da análise dos trabalhos publicados sobre lazer e formação de professores, nos últimos três anos, no Brasil.

Estamos considerando, portanto, que a análise do produção de conhecimento sobre lazer no Brasil deverá possibilitar a crítica aos pressupostos ontológicos, ou seja, a crítica ao enfoque atribuído à produção do conhecimento, tendo em vista três abordagens possíveis: uma que enfoca a sociedade em um proposta funcionalista; outra, a partir da semiótica e uma outra, a partir do confronto de classes.

3 REALIDADE SOCIAL: TRABALHO, LAZER, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Este capítulo aborda a formação de professores, seus impasses e desafios, compreendendo discussões que permearam as décadas de 80 e 90, chegando até os dias atuais.

Considerando que a problemática de pesquisa envolve a necessidade de levantamento dos pressupostos ontológicos explicitados na concepção de sociedade e de projeto histórico, a partir dos estudos do lazer, foram eleitos para a abordagem pretendida: a) as políticas do governo brasileiro sobre formação de professores (particularmente a de formação dos professores de Educação Física); b) as bases em que estão assentadas nos últimos dez anos; c) e ainda as reflexões que os movimentos docentes têm elaborado na educação para e pelo lazer.

De forma organizada, diferentes instituições e entidades representativas dos professores têm se dedicado a essa questão e vêm produzindo sínteses sobre os debates. Apontaremos alguns elementos que identificam esses movimentos na sociedade e o alerta que fazem, a partir do confronto com as diretrizes do Ministério da Educação e Cultura (MEC).

Desconsiderando a análise da atual realidade das políticas de formação de professores, não é possível promover discussões sobre o lazer e problemáticas que se estabelecem na elaboração do campo teórico, referentes à formação em Educação Física. É preciso, portanto, atenção a estas questões, pois é a partir de uma visão crítica da realidade que poderemos compreender, no atual modelo de sociedade, os condicionantes históricos,

sociais, políticos e econômicos que geram bens e serviços através de políticas públicas, apresentando possibilidades de espaços e programações de lazer de forma diferenciada, para os diversos segmentos sociais, e de forma discriminada e excludente, para as pessoas de baixa renda.

3.1 POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Tendo em vista que estamos inserindo a discussão sobre lazer no âmbito da Educação, pretendemos levantar os elementos que identificam a realidade da política de formação de professores para a Educação Superior, praticada pelo MEC. Isto exige recortes que serão usados como pontos de reflexão. Também será destacado o que vem sendo discutido em relação ao tema, pelas entidades e organizações do movimento docente e estudantil, como a Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior (ANDES), União Nacional dos Estudantes (UNE), União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE), Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino (ENDIPE), Conferência Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), Conselho Nacional dos Secretários Municipais de Educação (CONSED), Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), Fórum Nacional de Diretores de Faculdades/Centros de Educação das Universidades Públicas Brasileiras (FORUMDIR), Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Educação (ANPED). Estas entidades, nas décadas de 80 e 90, articularam-se – como o fazem ainda hoje – em torno do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP).

As reflexões aqui discutidas circunscrevem-se às ações implementadas pelas políticas públicas, no cenário educacional brasileiro, e relacionam-se à compreensão do que se tem materializado, nas propostas para a formação dos professores, especialmente frente aos reordenamentos legais, instituídos para atender a reconfiguração necessária à

reconstituição do processo de acumulação do capital, visando ao fortalecimento da sociedade capitalista.

Dada a situação de crise e de extrema vulnerabilidade em que o Brasil se encontra, frente ao endividamento externo e mediante as imposições do Banco Mundial, este passou a exercer amplo controle sobre as políticas nos últimos 15 anos. Esta situação repercutiu diretamente na Educação, produzindo um reordenamento apoiado na lógica do mercado.

O caráter estratégico da ação do Banco Mundial, bem como o alcance estrutural das políticas educacionais, ocuparão a pauta de nossas atenções e preocupações, pois no seu contexto, segundo Tomasi, Warder e Haddad (2000, p. 11) inscrevem-se as reformas educacionais, necessárias às novas formas de dominação. As referidas reformas podem ser representadas, conforme segue:

- adequação das políticas educacionais ao movimento de esvaziamento das políticas de bem-estar social;
- estabelecimento de prioridades, corte de custos, racionalização do sistema, enfim, envolvimento do campo educativo na lógica e no apoio ao campo econômico;
- subordinação dos estudos, diagnósticos e projetos educacionais à mesma lógica.

Tendo em vista o recorte proposto para esta discussão, é necessário evidenciar a (nova) ordem desejada pelo capital, considerando a intervenção dos agentes financeiros com os quais o Brasil encontra-se comprometido. Ao mesmo tempo, é necessário trazer à tona o processo de amoldamento subjetivo, onde se percebe claramente a perda dos direitos sociais à cidadania e, ao mesmo tempo, a indução ao convencimento de que, no horizonte, há um mundo tecnologicamente mais desenvolvido e com oferta de oportunidades. Esclareça-se, por oportuno, que esta não é a realidade vivenciada pela maioria da população: os dados disponíveis apontam um processo marcante de desemprego estrutural e funcional.

Esta e outras contradições permitem refletir sobre as intenções desse projeto a que o Brasil está a serviço e em que nova ordem o País se insere, no contexto das reformas educacionais, especialmente no que diz respeito à formação de professores. A compreensão

desta realidade se estende à formação do professor de Educação Física, que atua através da prática social do lazer, e tem um significado importantíssimo, a partir da compreensão da formação que parte das universidades e se encontra inserida em um contexto mais amplo.

É importante ainda destacar o vazio epistemológico que advém da exploração convertida em tabu totalitário proveniente da investigação científica das universidades, onde se faz necessário apontar um dos principais problemas da soberania do mundo: a exploração que o trabalho sofre pelas pressões sociais para que não seja revelada a extensão da sua problemática. Diante desta realidade, superar esse desconhecimento na ordem política e na ordem do rigor científico mais elementar, significa evidenciar os condicionantes da política de educação que vêm sendo postos e desnudar, dentre outras questões, a que vem sendo gerada na formação de professores no País.

A política educacional implementada a partir do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, iniciado em 1994, projetou-se num contexto que buscava assegurar a efetiva subordinação da economia do País, ao que hoje se denomina globalização econômica, evidenciando uma aceitação explícita das normas de funcionamento do mercado financeiro, de mercadorias e de serviços.

Diante do contexto da reforma educacional brasileira ocorrida na última década, como se situa a formação dos professores? Para tentar elucidar esta questão, voltaremos no tempo para retomar pontos discutidos por ocasião do Seminário sobre Formação de Professores para a Educação Básica, promovido pela SESU/MEC, de 3 a 5 de agosto de 1994, no marco do Plano Decenal de Educação para Todos (PDE) e, especificamente, da Conferência Nacional de Educação para Todos, ocorrida em Brasília, de 29 de agosto a 2 de setembro de 1994.

Dentre os temas debatidos nestes eventos, destacam-se os desafios à implementação de uma política de formação de professores (salários, estrutura de carreira, habilitação e qualificação), levantados pelas associações de classe ligadas à Educação (ANDIFES, ANFOPE, CNTE), pelos fóruns dos sistemas estaduais e municipais de ensino (CONSED e UNDIME) e por especialistas da área (SEMINÁRIO PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES, 1994).

As sessões de encerramento dos referidos eventos aprovaram o documento *Diretrizes Políticas para a Formação de Professores*, que registra aspectos discutidos,

tendo sido revisado, para sua forma final, pelo Fórum Permanente do Magistério de Educação Básica¹⁵.

As diretrizes aprovadas desdobram-se em linhas de ação que, em uma perspectiva mais geral, podem ser sintetizados conforme segue, para uma leitura mais sintética:

- a) compromisso com a profissionalização e reconhecimento público do magistério, através da fixação de Piso Salarial Profissional Nacionalmente Unificado, vinculado a uma jornada de trabalho que viabilize a qualificação, bem como acesso à progressão de carreira (referenciais para elaboração dos Estatutos do Magistério e Plano de Carreira dos sistemas de ensino);
- b) implementação de medidas capazes de assegurar padrões de qualidade, de disciplinar a expansão dos cursos de formação de professores de iniciativa pública e privada;
- c) política de formação profissional articulada com a formação inicial ou básica e a formação continuada, considerando o tempo (curto, médio e longo prazos), o tipo de articulação (horizontal e vertical) e a modalidade (presencial e a distância);
- d) incentivo a experiências inovadoras e/ou alternativas de formação de professores;
- e) estratégias, por parte do Governo Federal e dos governos estaduais, para incentivar as universidades a assumirem o papel que lhes cabe como centro de formação de pessoal para a rede de ensino fundamental e médio;
- f) elaboração de indicadores educacionais que permitam identificar quem, quantos e como são os professores em atuação nas escolas; as agências responsáveis pela formação; as propostas curriculares, bem como os atores e instituições atuantes nos diferentes níveis e modalidades de formação de professores;
- g) formação de professores para todos os níveis de escolaridade, tendo como pressuposto a indissociabilidade entre teoria e prática, ensino e pesquisa; conteúdo específico e conteúdo pedagógico, de modo a atender a natureza do trabalho educativo;

¹⁵ Este Fórum foi instituído pelo MEC, através do Ministro Murilo de Avelar Hinger, como marco do Plano Decenal de Educação Para Todos, com vigência prevista para 1993 a 2003. É constituído pela representação do Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação, UNDIME, CRUB, Associação Nacional pela Formação dos Trabalhadores em Educação, Associação Nacional pela Formação dos Profissionais de Educação, Conselho Federal de Educação, SESU, Secretaria de Educação Média e Tecnológica, Secretaria de Educação Fundamental, INEP, Fórum dos Conselhos Estaduais de Educação e Comissão de Especialistas de Ensino/ Educação .

- h) professores dos cursos de Pedagogia progressivamente assumindo a Educação Infantil, o Ensino Fundamental de 1ª a 4ª séries, mediante habilitação específica;
- i) formação de professores para Educação Especial ser realizada em habilitações do curso de Pedagogia, especificadamente destinadas às várias áreas de atendimento dos portadores de necessidades especiais;
- j) formação de professores para os Ensinos Fundamental e Médio feita em cursos de licenciatura plena, em articulação com os bacharelados respectivos;
- k) formação de professores para o Ensino Técnico, a partir de cursos de licenciatura ministrados nos Centros de Educação Tecnológicos e nas Universidades;
- l) racionalização e controle dos recursos financeiros, pelas três esferas de Governo, a fim de evitar a sua pulverização e desperdício. Neste sentido, é fundamental a manutenção da vinculação dos recursos assegurados pela Constituição para a Educação, além da criação de fundos e busca de novas fontes de financiamento; cumprimento do dispositivo constitucional que determina a aplicação de pelo menos 50% dos recursos públicos da receita de impostos para a universalização do Ensino Fundamental e privilegiamento das atividades-fim, especificamente ligadas ao trabalho docente.

A leitura atual dos registros que demarcam estes fatos históricos concebe que o alicerce das medidas que vêm sendo engendradas pelos decretos, pareceres e resoluções para regulamentar a LDB, no que se refere à formação dos profissionais de Educação, não consideraram as reivindicações dos movimentos populares de classe, explicitados em estudos, diagnósticos e projetos educacionais. As medidas que foram viabilizadas, tais como as denunciadas por Tommasi (2000, p. 220 - 222), originam-se de mecanismos adotados pelo Banco Mundial para atrair acadêmicos das universidades brasileiras para os seus quadros, visando à realização das pesquisas que sustentaram orientações básicas, garantindo uma “certa legitimidade científica” às diretivas da Lei e buscando, assim, ampliar o raio de convencimento.

Portanto, vamos assistindo a “naturalização” dos significados das reformas a que estamos submetidos, sem levar em consideração as denúncias que estudiosos, como Saviani¹⁶ (2000) e tantos outros, vêm fazendo sobre as transformações condicionadoras do

¹⁶ Dermeval Saviani analisa e interpreta a atual LDB, levantando dentre os aspectos analisados de forma crítica, a formação dos professores, a partir dos capítulos e incisos a que esta se refere.

processo de formação dos professores. Da mesma forma, estamos “desacreditando” na representatividade dos movimentos sindicais, como força de resistência política, advinda dos interesses da classe trabalhadora.

No debate nacional ocorrido depois de 1996, vale destacar os mecanismos oriundos das políticas educacionais da LDB, com caráter de controle e centralidade do Governo, tais como os Parâmetros Curriculares Nacionais, Sistema de Avaliação Educacional Brasileiro (SAEB), o Exame Nacional de Cursos, as Diretrizes Curriculares para o Ensino Superior, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica, adotados para estabelecer adequação às determinações dos organismos internacionais. Isto significa que o Governo vem impondo reformas educacionais para tentar acompanhar a nova ordem mundial e melhorar as estatísticas educacionais (ASSOCIAÇÃO NACIONAL PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES, 2001).

Dentre as inovações referentes à formação de professores, podemos destacar a ênfase na constituição e na popularização de cursos rápidos para docentes, as chamadas “licenciaturas breves” (cursos de caráter pós-médio), que podem determinar uma formação superficial dos docentes.

A aprovação da LDB, em dezembro de 1996, sem dúvida, representou o marco da institucionalização das políticas educacionais que já vinham sendo gestadas e implementadas pelo MEC. Uma análise mais detalhada do seu Título VI (Dos Profissionais da Educação) parece indicar que não falamos (educadores e legislador/órgãos oficiais que orientaram a elaboração da LDB) dos mesmos profissionais, quando nos referimos a profissionais da Educação. Isto decorre de que o texto da Lei reafirma a existência de um profissional que o movimento dos educadores e a própria prática social das escolas públicas já superaram.

Outro ponto a ser considerado é o que se refere ao sistema de Ensino Superior que sofre alterações circunstanciais com a aprovação do Decreto nº 2 027, de abril de 1997, relativas à organização acadêmica dos Institutos Superiores de Educação, podendo estas assumirem diferentes formatos, tais como universidades, centros universitários, faculdades integradas, faculdades, institutos superiores ou escolas superiores. Estas mudanças repercutem profundamente na oferta e na organização dos cursos de pedagogia e licenciaturas, que deixam de receber a devida atenção em decorrência do posicionamento

do foco de debate: a nova estrutura organizacional (Institutos Superiores de Educação). Isto significa o MEC ignorar ou subestimar a capacidade e a responsabilidade das faculdades de Educação e dos seus respectivos cursos que, há dez anos, através de uma participação ativa de muitos de seus membros, vêm desenvolvendo propostas nas várias regiões do País sobre formação de professores.

Dentre estes movimentos de docentes, destaca-se o da ANFOPE que se posicionou, enviando documentos à II Conferência Nacional de Educação (CONED) e também ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), em 1997, no sentido de alertar para o fracasso a que essa rede pode levar, considerando a formação de professores dissociada das iniciativas dos centros produtores de conhecimento, ou seja, colocando os futuros docentes afastados do ambiente acadêmico. Neste contexto, merece destaque o pronunciamento do Fórum de Diretores de Faculdades/Centros de Educação das Universidades Públicas Brasileiras: “formação mais rápida e não a precedência da pesquisa”.

As denúncias recaem, também, sobre a possibilidade de se estar promovendo um retorno à concepção tecnicista do educador, com ênfase em aspectos pragmatistas da formação. O referido Fórum coloca-se, portanto, em posição que alerta para a formação de professores, no sentido de apontar as reais necessidades e mostrar de que forma estão sendo negados os avanços, historicamente construídos pelas políticas educacionais, para a escola, o ensino e o trabalho pedagógico, em suas mais variadas dimensões.

Embora, as exigências oriundas do Conselho Nacional de Educação (CNE) sobre o corpo docente dos Institutos Superiores de Educação (pelo menos 1/3 de mestres, 1/3 de docentes em regime de tempo integral e 50%, com comprovada experiência em Educação Básica) sejam inferiores àquelas determinadas para a constituição/credenciamento de universidades, estas atendem apenas ao princípio da flexibilidade e produtividade do sistema de ensino, para responder às novas e emergentes necessidades de mercado. Assim, apesar da necessidade premente de formação de professores, apontadas desde 1994, cabe questionar a aprovação de medidas que substituem políticas concretas de valorização do magistério e de uma formação mais sólida e competente.

O quadro que caracteriza a necessidade de formação de professores em nível superior é alarmante. Um desafio a ser enfrentado pelo poder público pois, segundo dados

do MEC, publicados em 1998, existem no Brasil 1,38 milhão de professores, dos quais 779 mil não têm curso superior; destes, 124 mil não concluíram o 2º grau e 63,7 mil não concluíram o 1º grau (BRASIL. Ministério da Educação e Cultura, 1998). O número elevado de professores sem formação superior reflete as políticas educacionais formuladas historicamente, descomprometidas com projeto mais amplo e significativo, que atendessem à demanda e às necessidades de uma formação continuada após a formação do magistério.

A gravidade da questão ainda pode ser aquilatada, em anos anteriores, pelos dados do próprio MEC (BRASIL. Ministério da Educação e Cultura, 1996): aproximadamente, 650 mil professores têm formação superior em outra área que não Educação; 546 452 têm licenciatura completa e 22 899 têm outra graduação completa. Conclui-se portanto, que há um grande número de docentes oriundos de outras áreas, sem formação específica de magistério.

As medidas adotadas pela Resolução 02/97, do Conselho Nacional de Educação – que prevê a formação pedagógica para graduados/profissionais de outras áreas que queiram atuar na Educação Básica -, associadas às propostas de criação de centros universitários e de outras modalidades de instituição para o ensino superior, promoveram um grande problema sobre as possibilidades de ampliação e melhoria da formação dos profissionais de Educação, não solucionando devidamente a questão da formação superior dos professores para a Educação Básica.

Outra medida adotada pelo MEC, gerada a partir da nova LDB e que vale destacar, são as *Diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial de professores da educação básica*, que o Ministério remeteu ao CNE em 2000, para apreciação. Após a realização de cinco audiências públicas regionais e reuniões públicas em Brasília, o referido documento foi encaminhado ao Conselho Pleno do Conselho (7 de maio de 2001), para, em última instância, ser apreciado pelo Ministro da Educação. Este documento buscou descrever o contexto global e nacional da reforma educacional no Brasil, o quadro legal que lhe dá suporte e as linhas orientadoras das mudanças dos cursos de formação de professores. Apresenta princípios norteadores amplos e diretrizes para uma política de formação de professores, bem como sua organização no tempo e no espaço, considerando a estruturação dos cursos. A proposta inclui, ainda, os resultados das discussões sobre as

competências e áreas de desenvolvimento profissional a serem implementadas na formação, além de sugestões para avaliação das mudanças.

Prevê-se a aplicação dessas diretrizes em todos os cursos de formação de professores em nível superior, qualquer que seja o tipo de instituição – universidade ou instituto superior de ensino.

Ainda sobre estas diretrizes, é importante considerar o posicionamento da ANFOPE, contrário às posições assumidas pelo MEC. Embora não se pretenda destacar os pontos críticos, é necessário considerar as denúncias feitas na mesa-redonda sobre Formação de Professores, *Formar o Professor para o Século XXI: desafios e propostas*, ocorrida no XV EPENN (ENCONTRO DE PESQUISA EDUCACIONAL DO NORTE E NORDESTE, 2001)¹⁷.

Dentre as questões que vêm sendo consideradas pela ANFOPE, destacam-se as que retratam experiências que tendem ao fracasso, protagonizadas por docentes com formação em nível superior pós-médio (não universitário) ou em licenciaturas breves nas universidades, ou ainda na linha dos atuais Institutos Superiores de Educação. A ANFOPE considera que o processo de formação dos profissionais de Educação, fora do ambiente acadêmico das universidades, limita-se à reprodução de conhecimentos, ao manuseio de materiais didáticos, reduzindo a possibilidade de uma formação voltada para a investigação, condição fundamental para a profissionalização do magistério.

Freitas (2000, p. 118) argumenta sobre a necessidade de considerar que a formação do professor não pode reduzir-se a um aspecto meramente técnico, à adoção de medidas isoladas. A experiência tem demonstrado, no caso das licenciaturas, que as possibilidades de trabalho conjunto, entre faculdades e institutos/unidades das áreas específicas, têm levado à superação de obstáculos organizacionais e estruturais, criando alternativas para atender a diferentes especificidades educacionais.

Neste sentido, é importante reafirmar a concepção dos movimentos de educadores sobre a formação de professores, ao longo da história: é o “trabalho docente” a base da formação do profissional da Educação.

Uma outra questão a considerar é que a idéia de retirar a formação dos professores da ambiência universitária, além de distanciar a referida formação do cerne da questão (isto é,

¹⁷ Este evento nos possibilitou, através de participação presencial, levantar elementos para essa denúncia.

a valorização socioprofissional da Educação) desloca questões fundantes da formação para uma situação artificial, dissimulada em possibilidades forjadas por um modelo neoliberal, carente de alternativas mais consistentes no que diz respeito ao caráter da formação de professores.

Diante deste quadro, o que vem se observando é que o Estado tem reduzido sua expressão como financiador das políticas sociais. Sendo assim, a política oficial de formação de professores não vem recebendo os investimentos necessários.

As alternativas que se delineiam no cenário educacional exigem, mais do que nunca, a conjugação de esforços frente à necessidade de redimensionamento das universidades, quanto às estruturas institucionais para os cursos de formação dos profissionais de Educação. Esta deve ser a luta a ser desenvolvida frente às proposições do MEC sobre as políticas de formação dos profissionais de educação, que exigem, por outro lado, o enfrentamento dos problemas referentes ao trato com o conhecimento teórico, o que implica criticar o conhecimento produzido e as condições de organização do trabalho pedagógico, de modo a permitir a produção de conhecimento científico. As habilidades e competências a serem desenvolvidas por um currículo de formação de professores devem responder aos desafios colocados pela realidade, o que significa considerar os princípios da base comum nacional e a produção de conhecimento específico da área, articulado com o conhecimento pedagógico, associado a uma perspectiva de totalidade do conhecimento produzido, cuja base se encontra nas relações sociais, econômicas, políticas e culturais.

Considerando a perspectiva de discutir, nesta dissertação, questões inerentes à formação, levantamos a seguir a seguinte questão: - Que elementos constituem a política de formação de professores de Educação Física? – Como, em tal política, se situa a questão da consolidação de uma base teórica?

Para tentar elucidar as duas questões, apresentaremos, inicialmente e ainda que em síntese, as contribuições da ANFOPE, apresentadas no seu XI Encontro Nacional, onde são discutidas as recentes mudanças da legislação educacional e alguns elementos que hoje constituem as bases de discussão para a formação dos professores de Educação Física (DOCUMENTO FINAL DO XI ENCONTRO NACIONAL, 2002). Após esse momento inicial, apresentaremos contribuições de estudiosos que vêm discutindo o Lazer e a formação de professores para atuar neste campo social.

3.2 POLÍTICA DE FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

No contexto das políticas educacionais do Brasil, pretendemos discutir a formação do professor de Educação Física, partindo das contribuições da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação. A partir daí, serão situados os elementos das discussões sobre a formação de professores de Educação Física.

A ANFOPE vem realizando debates, onde são confrontados os projetos político-educacionais, e promovendo reavaliação das proposições do movimento, com o objetivo de contribuir para a construção de um projeto coletivo voltado para a formação de professores, que estabeleça, por sua vez, contraposição às atuais políticas do Governo.

As medidas de controle por parte de organismos internacionais, tais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio, estabeleceram, no decorrer da década de 90, exigências que abrangem, dentre outros setores, o campo educacional. Em consequência, moldam-se políticas específicas de financiamento para diferentes projetos educacionais e, de forma bastante reguladora, para a formação de professores. A orientação geral é baseada na redução dos custos, encargos e investimentos públicos, transferindo-os para o setor privado, num processo de desresponsabilização do Estado e privatização da Educação.

Fica evidente que, no contexto dessa política educacional, as reformas no âmbito da escola, do ensino da Educação Básica e do Ensino Superior, acabam se constituindo em elementos fundamentais para atender aos processos de organização da sociedade, no sentido da acumulação capitalista.

A formação de professores, como campo estratégico para instaurar reformas, ganha um papel de grande interesse para atender à lógica mercantilista, onde é claramente perceptível o delineamento de um perfil de profissional, submetido a demandas do realinhamento determinado pelo capital.

Na perspectiva de consolidar esse processo, dispositivos legais vêm sendo implementados, sem considerar as propostas advindas de projetos dos movimentos sociais organizados e de entidades científicas e acadêmicas. Neste sentido, segundo a ANFOPE, destacam-se:

- a formulação de uma LDBN, tecida no eixo de interesses políticos de grupos privatistas, que cria espaços para a reforma educativa proposta pelo Estado;
- a promulgação da Resolução 02/97, que estabelece a possibilidade de complementação pedagógica para qualquer portador de diploma de nível superior que queira atuar na Educação Básica;
- a apresentação de novas organizações institucionais, como os Institutos Superiores de Educação e os Cursos Normais Superiores;
- a regulamentação do Curso Normal em nível médio (apesar do seu caráter transitório e datado, conforme explicitado no LDB/96), sem apontar a política de formação em nível superior dos estudantes que finalizam esse curso;
- as determinações do Parecer 133/2001, que impedem os cursos de Pedagogia das IES, não universitárias, de formar professores de Educação Infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental;
- a regulamentação dos cursos seqüenciais, que concorrem com os cursos de graduação plena;
- a implementação de políticas de avaliação com o intuito de controle, obedecendo ao que é ditado pelo padrão capitalista de produção na atualidade: Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), Exame Nacional de Cursos (conhecido por Provão);
- a insistência na criação de agências centralizadoras para certificação das competências, cuja concepção encontra-se assentada em uma lógica racionalista-mercantilista e pragmática;
- o estabelecimento de Diretrizes Curriculares para a formação de profissional em nível médio, superior, de todas as áreas profissionais;
- a implementação de Diretrizes Curriculares para a formação de professores da Educação Básica, em nível superior (Resolução CNE 01/2002 e Resolução CNE/CP 02/2002), separada das Diretrizes para o Curso de Pedagogia;
- a ênfase no treinamento em serviço, utilizando-se, em várias oportunidades, da modalidade Educação a Distância; esta tem sido implementada, não de forma complementar aos processos de formação, mas em substituição ao modelo de cursos presenciais, alimentando, muitas vezes, políticas clientelistas e

corporativistas de alguns setores, mediante a aceleração e o barateamento da formação inicial e continuada. (DOCUMENTO FINAL DO XI ENCONTRO NACIONAL, 2002).

Esse conjunto de medidas prejudica a formação de professores, inclusive de Educação Física. Outro aspecto a ser considerado é o crescente número de instituições particulares na área de Educação Física que evidenciam a tendência de crescimento do setor privado em detrimento do setor público. Aproximadamente 70% dos cursos de Educação Física, no Brasil, pertencem à iniciativa privada.

A maioria deles apresenta sérios problemas nas condições de oferta do serviço, conseqüentemente comprometendo uma sólida formação teórica, elemento central da base comum nacional para a formação de professores.

Nas últimas décadas, como citado anteriormente, a ANFOPE vem firmando princípios gerais, orientadores da construção de uma base nacional, voltada para a formação dos profissionais da Educação. Os sucessivos encontros por ela promovidos vem aprofundando e ampliando as discussões sobre o tema, inclusive com a perspectiva de superação de antigas dicotomias, expressas tanto nos cursos de Pedagogia (pela divisão do curso em diferentes habilitações, como Orientação Escolar, Supervisão, Administração Escolar), como nas licenciaturas em geral, considerando o sistema de formação conhecido como 3+1, que separa conteúdo específico (comum ao bacharelado) e formação pedagógica (específico da licenciatura, como um complemento no final do curso).

O estabelecimento dessa base comum nacional reflete o posicionamento dos educadores contra a imposição de formações dicotomizadas, principalmente nos cursos de licenciatura. É fundamental frisar que estas reivindicações foram defendidas pela ANFOPE, no documento final elaborado no IX Encontro Nacional, em 1998, encaminhado à SESU/MEC quando da elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Graduação.

No ano de 2000, a ANFOPE reafirmou suas posições, no X Encontro, e ampliou a compreensão de que, para avançar na discussão da formação dos profissionais da Educação, seria necessário considerar, efetivamente, a articulação com os Fóruns de Licenciaturas. Estes se constituem em entidades criadas nas IES, com o objetivo de melhor integrar as diferentes áreas e unidades das instituições responsáveis pela formação dos profissionais de Educação, na busca da superação dos antagonismos presentes nas estruturas curriculares

(bacharelado x licenciatura; conteúdos específicos x conteúdo pedagógico; Pedagogia x licenciatura). Com isto, a ANFOPE defende uma política consistente de formação, que favorece a qualidade da profissionalização e a valorização dos educadores.

Na configuração das licenciaturas, um dos focos de interesse deste estudo, e considerando a licenciatura do campo de conhecimento Educação Física, vale destacar que esta se encontra em um fértil terreno de discussão quanto à questão da regulamentação do profissional. Este tema tem sido muito polêmico para a categoria desses trabalhadores da Educação.

A possibilidade de regulamentação dos profissionais de Educação Física, que vem sendo engendrada desde o final da década de 70, é combatida pela ANFOPE, assim como a regulamentação da profissão em Educação Física (Lei 9 696, de 1º de setembro de 1998) o é pelo Movimento Contra a Regulamentação de Educação Física.

Na década de 90, forças hegemônicas instituídas por um grupo de professores de Educação Física, aproveitando a revogação da Portaria 399/89 (que regulamentava o registro dos profissionais pelo MEC), estruturou o Conselho Federal de Educação Física (CONFEF), que vem intervindo de maneira equivocada na elaboração de Diretrizes Curriculares de Educação Física.

A respeito da formação dos professores de Educação Física, Taffarel e Lacks (2001, f. 3) apontam o confronto de dois projetos: a) um que se explicita a partir da necessidade de assegurar o reconhecimento do valor social dos profissionais de Educação, por meio da docência, considerada assim base da identidade profissional; b) outro, defendido pelo CONFEF, elaborado a partir de interesses do mercado de trabalho.

As posições assumidas pelo CONFEF contrariam a defesa histórica que vem sendo reivindicada nos movimentos de luta pela formação do educador, inclusive pela ANFOPE, tanto em relação às licenciaturas, quanto aos conteúdos que sustentam a formação. As referidas posições se baseiam em velhos paradigmas da aptidão física e na fragmentação da formação em licenciatura e bacharelado. Outros aspectos já superados, e que o CONFEF resgata em sua proposta, dizem respeito à inserção da Educação Física no campo da saúde; à orientação do curso, orientada pela lógica do mercado de trabalho; à extensão do currículo, além da ausência de um eixo articulador do conhecimento, que o fragmenta,

mediante um corpo de disciplinas estanques. Este quadro configura propostas ultrapassadas, apresentadas com novos argumentos.

As evidências do posicionamento assumido pelo CONFEF interferem de forma autoritária, não só na autonomia das universidades brasileiras que promovem cursos de Educação Física, como também diretamente na elaboração de diretrizes curriculares para a graduação e no estabelecimento dos indicadores para o Sistema Nacional de Avaliação. Esta interferência vêm sendo organizada a partir do Fórum Nacional dos Cursos de Formação Profissional em Educação Física (Belo Horizonte, 17 a 19 de agosto de 2000) e praticada pelo CONFEF, por meio de ingerências constantes no próprio MEC e no CNE.

Neste contexto, onde as políticas públicas fragilizam e fragmentam o campo educacional, fica evidente que a criação de conselhos profissionais na área de Educação é uma estratégia que aponta, segundo estudos das ANFOPE (DOCUMENTO FINAL DO XI ENCONTRO NACIONAL, 2002), para a incorporação e a participação compulsória dos profissionais, em entidades corporativistas, com características paraestatais que ignoram a legitimidade e legalidade dos órgãos educacionais públicos, responsáveis pela formação dos profissionais.

Portanto, estes são elementos reais do movimento da política que vem sendo construída, que apontam para o reordenamento legal advindo dos organismos internacionais para a Educação e para o modo como se configuram as exigências de adoção de medidas privatistas e de retirada dos direitos dos trabalhadores, conquistados em lutas históricas.

Por isso, o nosso processo de discussão sobre a política de formação de professores de Educação Física alinha-se à posição da ANFOPE, por acreditarmos tratar-se de um movimento que vem travando uma luta contra a hegemonia da rede de interesses que define a nova ordem mundial, determinada pela lógica de mercado.

As posições defendidas pelo CONFEF estão sendo severamente criticadas a partir de cinco dimensões, segundo Taffarel e Lacks (2001, f. 11):

1. concepção de ciência manifestada em formulações que desconsideram o rico debate acumulado durante décadas anteriores;
2. a concepção de currículo na proposta do CONFEF é formulada por diretores das escolas de Educação Física. Não admitem que o currículo é a relação escola, comunidade, universidade e sociedade e não alguém (diretores) opinando regras;

3. a dimensão política explicitada no questionamento: Quais são as relações entre a formulação do CONFEF, os interesses do Estado Capitalista e o campo de trabalho de uma profissão que discute todos os dias as suas mudanças? O CONFEF obedece e faz seguir cega e arbitrariamente um parecer aprovado numa correlação de forças desigual;
4. a dimensão ética se manifesta no mecanismo de manipulação do imaginário, através do esvaziamento do debate e de mecanismos de cooptação e persuasão, induzindo o terror da perda de emprego dos ‘sem carteirinha’;
5. a dimensão jurídica está questionada, pois o CONFEF não tem autoridade para tirar a autonomia das universidades e das redes de ensino na definição da perspectiva de formação de professores.

Estes pontos evidenciam razões objetivas para se estabelecer o confronto e a necessidade de apresentar uma proposta que estabeleça resistência ao modelo que vem sendo praticado. Para tanto, é necessário resgatar a experiência histórica acumulada, visando a constituir uma base comum nacional para a formação dos professores – e, entre eles, os de Educação Física -, assim como todas as experiências relevantes de formação, nesta área de conhecimento, principalmente referentes à consolidação de uma base teórica, processo que não ocorrerá fora da crítica às atuais concepções subjacentes à produção teórica.

Assim, especificamente, delimitamos a problemática do lazer e suas relações com a Educação; a temática Lazer é um dos campos de estudo que constitui a formação dos professores de Educação Física.

3.3 EDUCAÇÃO PARA E PELO LAZER

Ao introduzir este tema, ressaltamos as limitações, quanto à sua formação, que os profissionais de Educação Física vêm acumulando, ao longo da história, relativas à concepção do Lazer como campo social de trabalho.

Para discorrer sobre o significado do Lazer como fator de educação, recorreremos a estudiosos que, de certa maneira, vêm delineando elementos para uma discussão sobre o tema. Nosso posicionamento, será feito a partir dessa discussão.

O caráter parcial, mercadológico e limitado que se observa sobre o entendimento dos conteúdos de lazer, na sociedade atual, também se reflete na formulação de propostas para a formação de professores de Educação Física. Tais propostas devem levar em

consideração que, na formação humana, qualquer fenômeno social, cultural ou político é histórico e isto promove e causa a legítima coexistência de diferentes abordagens e determinações, a partir de visões filosóficas e sociológicas que precisam ser levadas em consideração e que até então não têm sido devidamente contempladas nas universidades.

Nesta perspectiva, é necessário que os cursos de formação dos professores de Educação Física, instituídos pelas universidades, estejam articulando o conhecimento teórico, no sentido de que possam contribuir para indicar os fundamentos a serem considerados na formulação do conhecimento, que deve integrar os currículos.

Esta problemática pode ser verificada quando são abordadas nesta pesquisa as questões relativas à formação dos professores e à produção de conhecimento sobre Lazer. As abordagens teóricas mais largamente consideradas na área apresentam um caráter acrítico e não oferecem subsídios à superação da visão funcionalista. Sendo assim, não solucionam questões significativas envolvidas na formação de professores. Esta análise pode ser constatada nos trabalhos levantados e analisados no próximo capítulo.

Outro aspecto que vale considerar acerca do conhecimento produzido sobre lazer é a escassa produção no campo das políticas públicas. Observamos limites nas ações dos órgãos públicos, na legislação e, conseqüentemente, no reconhecimento do lazer como direito do cidadão. Esta situação indica a necessidade de proceder-se a uma crítica ao conhecimento até então produzido.

Considerando que todo conhecimento é produzido a partir da realidade e é modelado por determinantes materiais específicos, circunstanciados pelas diversas formas de conhecer, é importante que se estabeleça a crítica a este campo do conhecimento, levando-se em conta a perspectiva da formação do professor de Educação Física que assume o papel de educador de lazer. A expressão “educador do lazer” é apresentada por Marcellino (1987, p. 60-61), referindo-se à possibilidade de um profissional atuar no campo social do lazer, considerando a perspectiva de desenvolver o aprendizado para o uso do “tempo livre”.

Ainda sem uma definição mais concreta sobre o papel social que esse professor possa exercer através do lazer, o que vem se verificando é que, por iniciativas isoladas de docentes, são propostas modificações nos currículos dos cursos de Educação Física, com a inclusão de disciplinas que possam imprimir esse papel aos professores. Contudo, a

produção e a organização do conhecimento sobre Lazer, nos currículos dos cursos, encontram-se agregadas à Recreação, embora sem uma base teórica consistente, que legitime uma proposta pedagógica a ser desenvolvida nos cursos de graduação.

Pesquisas e estudos realizados por Valente (1997, p. 130), sobre o processo de formação de professores em Educação Física e questões referentes à área Recreação e Lazer, como disciplina acadêmica, apontam que as contribuições resultantes de estudos devem ser submetidas a um contínuo e amplo processo de discussão e posterior alteração, a partir da realidade e das possibilidades existentes.

Ainda sobre a formação do professor que atua no campo do Lazer, considerando o professor de Educação Física e reconhecendo as demandas existentes, Taffarel (1999)¹⁸ mostra a necessidade de uma ampla discussão sobre os currículos, buscando sua adequação e atualização, para que o exercício profissional se dê a partir de modificações conjunturais e estruturais que se apresentam nessas demandas e que exigem respostas. Tendo em vista a realidade e as possibilidades, Taffarel (1999, f. 31) afirma que, dentre os “campos de ação” realizáveis no tempo livre, encontra-se a recreação e a prática esportiva. Esta *expert* em currículo ressalta, ainda, que a partir do fórum da UNESCO sobre esporte, realizado em 1994, desenvolveu-se um esforço teórico para reconhecer as demandas e reivindicações específicas para a região Nordeste do Brasil, no campo da Cultura Corporal, resultando no documento *A carta de Sergipe*¹⁹ que considera emergentes, dentre os campos de intervenção sociopedagógicas do profissional, a Educação Física e Esporte, o Lazer/Turismo, Saúde, Treino Corporal e Informação/Comunicação, embora dependentes de políticas públicas para o seu desenvolvimento no Nordeste do Brasil.

Outra grande contribuição sobre a formação do profissional de lazer encontra-se nos trabalhos de Marcellino (1995^a, 1995b, 1987), segundo os quais as práticas de lazer são determinadas por um mercado de bens e serviços, que fomenta e sustenta formas de relação do ser humano com o real e o simbólico. A cultura, sob a égide da tecnologia e da

¹⁸ A autora apresentou à UFPE seus estudos de pós-doutorado realizados nas Universidades de Oldenburg e Vecht, na Alemanha, cujo tema privilegia currículo e formação profissional, considerando as relações trabalho-educação, bem como as problemáticas significativas da prática pedagógica e da política educacional, referentes a Educação e Esportes (TAFFAREL, 1999).

¹⁹ Foi elaborada a partir do fórum da UNESCO (1994), obteve a adesão de mais de mil assinaturas de profissionais da área de Educação Física e foi encaminhada para publicação no periódico *Motrivivência*, em 1999.

informação, transforma significados atribuídos aos “saberes” e aos “fazeres” em espaço público e privado do viver. Sendo assim, é importante estudar, no campo do lazer, a contaminação que se efetiva pela circulação de símbolos em contextos diversos da cultura, principalmente os que são gerados por interesses alheios à sociedade, que os incorpora levada pelo consumismo desenfreado do mercado moldado pelo capitalismo.

Tais estudos nos indicam que o modelo de sociedade e projeto histórico em construção determinam formas de lazer.

Mediante a visão comercializada pela cultura de mercado, é necessário que ocorram investimentos em estudos na pós-graduação que questionem o lazer como objeto e veículo de Educação, conforme mostram os estudos de Marcellino (1987) e a proposta de Renato Requiça (1980), *Sugestões de diretrizes para uma política nacional de lazer*. Portanto, é preciso questionar que Educação se quer, para que sociedade e para qual projeto histórico.

Sobre as discussões que vêm sendo produzidas sobre a Educação para o Lazer e sua absorção como proposta para a práxis, em vista das possibilidades de inserir o conhecimento na formação de professores de Educação Física, é necessário considerar as observações críticas assinadas por Pinto (2001, p. 53-71), onde apresenta rica discussão sobre a formação de educadores para o lazer, seus saberes e competências. A autora ainda chama atenção para as duas tendências que abordam a Educação para o Lazer. A primeira entende o lazer como mercadoria: “nesta perspectiva, o cotidiano deixa de ser considerado como rico em subjetividade possível e torna-se ‘objeto’ da organização social” (PINTO, 2001, p. 59); a segunda, considera a possibilidade de que a educação para o lazer seja concebida como fenômeno social, complexo, contraditório: “[...] componente da cultura historicamente situado e exercício de liberdade na ressignificação de tempos e lugares” (MARCELLINO, 1995a, p. 17). Isto significa a práxis social situada na construção de outro projeto histórico de sociedade.

Os estudos e publicações do sociólogo Joffre Dumazedier (1973, 1977, 1980, 1994, 1999) constituem um valioso e importante suporte teórico para a construção do tecido resultante da discussão sobre a formação do profissional que atua no campo do lazer. Suas obras permitem identificar relações entre Lazer e Educação, o que implica questionar para que projeto histórico de sociedade estamos produzindo conhecimento.

Sobre a possibilidade de uma educação para o lazer, buscaremos apoio, dentre outras, nas reflexões sociológicas de Marcellino (1987, p. 95-105). Este pesquisador indica a possibilidade de tratar o lazer em um amplo processo educacional, a partir da escola e dos espaços sociais denominados de não formais.

Esta perspectiva implica entender o lazer, não como “redenção” de uma situação social injusta que, em sua grande maioria, viveu (e ainda vive) o trabalhador brasileiro, na sua relação diária com o trabalho, mas como um possível canal de realizações, de manifestação cultural, o qual pode levar o trabalhador a um equilíbrio entre as realizações relativas aos meios materiais de sustento, à sua existência e também às lutas contra a exploração a que é submetido, na atual sociedade capitalista.

Mediante tais considerações, pensar um processo de educação, como propõe Marcellino (1998, p. 58) “para o lazer e pelo lazer”, que possa contribuir para tornar o lazer um espaço de vivência cultural, uma expressão de lutas e conquistas, uma abertura à sensibilidade do ser humano, significa pensar o lazer em um modelo de sociedade que permita a circulação do espírito cultural da sociedade, a partir da abolição da luta de classes e de uma sociedade que possa ser favorável a uma maior participação das experiências vividas pelos trabalhadores no lazer. Isto significa pensar o lazer em estreita relação com o trabalho, sem escamotear as relações de alienação a que o trabalhador está sujeito, e considerar o lazer um direito social, como o são a educação, saúde e as demais necessidades sociais.

Para Marcellino (1987, p. 59), é possível pensar o lazer como veículo e objeto de Educação. Contudo, para tanto, é necessário considerar suas potencialidades culturais para o desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos, assim como manifestação que favorece mudanças no plano social, como já explicitado anteriormente.

A partir desta perspectiva, no sentido de contribuir para a compreensão da realidade, as atividades de lazer podem oferecer o reconhecimento das responsabilidades sociais, através do aguçamento da sensibilidade em nível pessoal e coletivo, pelo auto-reconhecimento, aperfeiçoamento e reconhecimento do outro, pelo caráter socializador, pela promoção do sentimento de solidariedade e pela riqueza de possibilidades de viver a experiência humana no plano cultural, manifesta nas artes, nos esportes, nos movimentos

políticos e também nas ações solidárias relativas à vida dos trabalhadores, na militância política, na vida social mais ampla, entre outros.

No sentido de incorporar o lazer no contexto da existência humana, Dumazedier (1999, p. 132) afirma que:

O lazer apresenta-se como um elemento central da cultura vivida por milhões de trabalhadores, possui relações sutis e profundas com todos os grandes problemas oriundos do trabalho, da família que, sob a sua influência, passam a ser tratados em novos termos.

Portanto, o lazer a que nos referimos é uma prática social que, conforme Bonalume (2001, p. 143), é capaz de estabelecer uma construção para a realização humana, considerando certamente oposição à estrutura social vigente e, assim, contribuindo para reconstruir as normas que regem a realidade social, situada em um modelo mais solidário e menos excludente. Sendo assim, a inserção de indivíduos nesse processo de construção/realização pode vir a configurar a possibilidade do lazer vivido, objeto e veículo de cidadania, de conquistas e vivência de espaços públicos compartilhados, que permita apontar condições de superação da sua concepção como produto de consumo, como meio de conformismo e como instrumento de alienação.

Requixa (1980, p. 56) destaca a “importância de ser, o homem, educado para racionalmente preparar para si mesmo uma arte de viver, em que não se perca o equilíbrio necessário entre o trabalho e o lazer, e em que se antecipe a vida de lazer”. Isto significa, para este sociólogo, que o lazer é um aprendizado para o uso de um tempo disponível para o indivíduo ser livre. É importante destacar que sobre a questão do tempo em que se vive o lazer, fala-se de um tempo “conquistado”, ou até “disponível” para o lazer; isto porque se falarmos em “tempo livre”, no sentido da sua totalidade e como possibilidade na atual realidade capitalista, esse tempo é inexistente, ou simplesmente causa, para muitas pessoas, a idéia de viver um tempo ocioso do não-trabalho.

Gaelzer (1979, p. 50), ao discutir a questão da redução da jornada de trabalho, considera importante “[...] o preparo humano para um lazer construtivo, tanto das lideranças recreativas conscientemente capacitadas, quanto da educação para o lazer como um dos objetivos de estudo da escola”. Sob essa consideração, poderíamos, então, dizer que estaríamos nos preparando, na escola, para uma “civilização do lazer”, não antagonista à

“civilização do trabalho”, que abriria espaço [social], sem preconceito ou discriminação, para os indivíduos viverem o lazer, de maneira livre e espontânea, advinda de sua condição material/existencial, fruto da sua relação com o trabalho/obrigações/afazeres, e considerando os indivíduos em várias fases da vida (crianças, jovens, adultos, aposentados/idosos).

Sobre esta questão, Marcellino (1987, p.31) diz que o “tempo disponível” para o lazer, quer no plano da produção, quer no do consumo não conformista e crítico, é necessário, nesta civilização que vivemos hoje, para resgatar o aprendizado referendado na realidade do passado. Para reafirmar sua análise, o sociólogo demonstra a necessidade de rever a história e conhecer como viviam as sociedades tradicionais, sem uma rígida divisão do trabalho, sem lutas de classes, entre a arte, o esporte e outras modalidades de atividades que compõem os conteúdos de lazer na vida cotidiana. E acrescenta que “somente a partir do advento dos conceitos de ‘arte erudita’, ‘esporte de elite’, etc., é que tanto a produção quanto o consumo do lazer, passam a constituir privilégios das chamadas elites, exatamente as classes sociais que têm acesso ao aprendizado”. (MARCELLINO, 1987, p. 31).

Para Bramante (1998, p. 9-17), a conquista de um maior tempo fora do trabalho, embora se evidencie como uma conquista individual, se estabelece como um desafio frente à permanente e quase inevitável tendência à mercadorização deste mesmo tempo. Embora possamos considerar essa tendência no modo de produção e reprodução da sociedade capitalista, a conquista histórica dos trabalhadores, para desfrutar do lazer, não passa apenas pela condição de um tempo disponível ou conquistado, mas por lutas que possam promover mudanças nas relações de trabalho, alterando inclusive seu modo de produção.

Diante desta discussão, onde constam visões de diversos estudiosos do tema, percebemos que não basta a conquista de um tempo liberado/disponível e uma atitude para o lazer dos indivíduos. É necessário constituir um processo de educação para o lazer, onde a crítica ao modelo de sociedade vigente possa apontar as formas de exclusão em que vive a grande maioria dos trabalhadores brasileiros na condição de baixa renda, de miserável ou, ainda, de desempregado, sem trabalho, em cujas vidas não há, mais do que tempo/espaço, disposição para o lazer.

Considerando os autores aqui mencionados, podemos reconhecer como elemento comum às diferentes reflexões a questão do projeto histórico de sociedade, presente tanto nas discussões conceituais sobre lazer, como nas que o relacionam à educação.

Isto nos leva a questionar a respeito deste pressuposto ontológico do ser social – o projeto de sociedade em que nos inserimos – e mais, leva-nos a questionar como ele vem sendo considerado nos estudos sobre lazer no Brasil.

Diante desta discussão e em vista de uma outra concepção, onde se possa abordar o lazer como ponto de convergência dos interesses dos trabalhadores, outras formas de abordagens podem ser implementadas, na perspectiva de pensar uma educação para e pelo lazer. Isto significa pensar sobre o lazer de maneira que ele possa, no contexto da sociedade capitalista, denunciar o modo de produção a que os trabalhadores se encontram submetidos e submissos. É necessário estabelecer, para a sua manifestação, um novo sentido de valorização social, que possa se contrapor ao lucro privado em detrimento das reais necessidades humanas.

Na atual discussão das relações contraditórias entre lazer e trabalho, existe a possibilidade de que a educação, associada ao lazer, contribua para a reflexão sobre a tendência à destruição, própria do capital e do seu modelo de sociedade, sobre a problemática de degradação do mundo e sobre a luta por relações humanas justas, solidárias, na perspectiva de superação das desigualdades sociais próprias da sociedade de classes. Assim, é fundamental refletir sobre o direito à “preguiça”, como meio de superação do trabalho alienado. Tal perspectiva de projeto histórico deveria, portanto, constituir os pressupostos ontológicos explicitados na produção de conhecimento sobre o tema.

4 A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO CAMPO DO LAZER

Os últimos 20 anos têm presenciado crescente produção do conhecimento sobre lazer, através dos variados enfoques sobre a realidade social em que ele se manifesta na sociedade.

Os espaços dessa produção científica, para efeito deste estudo, foram demarcados por três significativos eventos e pela publicação de um periódico.

As fontes consultadas constituem também espaços multidisciplinares que encerram produções representativas no campo acadêmico. Reúnem estudiosos de diversas áreas do conhecimento, que vêm produzindo e publicando nos últimos três anos, sobre a temática Lazer. Buscamos identificar não só quem são os autores, mas principalmente, sob que enfoque teórico orientam suas pesquisas, considerando a questão do projeto de sociedade e projeto histórico.

Os referidos trabalhos científicos são de autoria de docentes, profissionais e estudantes de várias áreas do conhecimento, que vêm desenvolvendo estudos no campo de conhecimento sobre lazer. Muitos deles são integrantes de grupos de estudos e linhas de pesquisa nas universidades; outros são profissionais ligados a entidades, como prefeituras, escolas, clubes e outros órgãos públicos e privados; todos apresentam suas experiências, desenvolvendo sínteses, análises e proposições a partir da prática e de referências sistematizadas em seus espaços de trabalho.

Considerando o volume dessa produção nos últimos três anos, é evidente o seu crescimento anual. Verificamos, também, a ampliação da bibliografia básica, provavelmente em decorrência dos avanços na geração de conhecimentos específicos, tanto nos cursos de graduação (principalmente em Educação Física), como em outras áreas emergentes, principalmente nos cursos de pós-graduação.

A seguir, será explicitado, de forma mais detalhada, o caminho que traçamos para a coleta e análise dos dados encontrados. Para tanto, serão descritos os procedimentos de organização dos elementos técnico-instrumentais. Estes elementos dizem respeito ao processo de coleta, registros, organização das fontes de dados empíricos, tratamento de dados e informações, assim como a apresentação dos dados sistematizados e sua respectiva análise, a qual permitirá, no capítulo subsequente, apresentar e comentar as conclusões a que chegamos.

4.1 AS FONTES

Para a organização das fontes de informação e de dados, tomamos como ponto de referência os seguintes elementos:

- Categorias de análise: lazer, trabalho, educação e formação de professores – nexos, determinações, contradições;
- Políticas públicas referentes à formação de professores no Brasil, que convergem para o não confronto dos trabalhadores com as novas características do processo produtivo alienante;
- Análises sobre a formação do trabalhador da educação e do lazer, considerando a formação a partir do professor de Educação Física;
- Pressupostos ontológicos, a partir da concepção de sociedade e de projeto histórico que vêm se configurando na produção de conhecimento sobre Lazer, no Brasil, considerando os últimos três anos.

Para atender a esses elementos constitutivos, levantamos as seguintes fontes de informação:

- Fontes bibliográficas, onde são discutidas as categorias - lazer, trabalho, educação e formação de professores;

- Seminário, para cujo projeto e realização, contamos com a parceria do Serviço Social da Indústria (SESI, Delegacia Regional da Bahia) e com o Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE/BA). Ocorrido no período de 6 e 7 de dezembro de 2001, intitulado IV Seminário Lazer com Qualidade do SESI/BA & VI Jornada Pedagógica – CBCE/BA. Nossa intervenção teve lugar na mesa redonda *A formação do profissional em lazer*. O evento contou com especialistas no tema, docentes universitários, professores que atuam na área, graduandos em Educação Física e outros profissionais que também trabalham na área. As discussões abordaram tanto a formação do educador de lazer, como questões inerentes à qualidade de vida e a sua relação com o lazer.
- Levantamento e análise de 819 trabalhos científicos apresentados, debatidos e publicados nos últimos três anos, no Brasil, nos principais eventos realizados por universidades brasileiras, cujos cursos e departamentos estão envolvidos com estudos sobre Lazer, sendo eles:
 - a) Ciclo de Debates Lazer e Motricidade (I, II e III), promovido pelo Departamento de Estudos do Lazer, da Faculdade de Educação Física, da Universidade de Campinas, SP, nos anos de 1999, 2000 e 2001, respectivamente. Estes Ciclos deram origem a três livros (*I, II e III do Ciclo de Debates Lazer e Motricidade*), organizados pelo mesmo Departamento, reunindo os textos das apresentações; cada evento contou com um tema associado ao lazer. Os trabalhos resultaram em um periódico anual, publicado pela editora Autores Associados, sob a organização de Heloisa Turini Bruhns e Gustavo Luis Gutierrez, ambos livre-docentes do referido Departamento;
 - b) Seminários O Lazer em Debate (I, II e III), promovidos pelo Centro de Estudos do Lazer e da Recreação (CELAR/UFMG), nos anos de 2000, 2001 e 2002, respectivamente, sob a responsabilidade de Christinanne Werneck e Hélder Ferreira Isayama. Os anais vêm sendo publicados pela própria UFMG e o evento visa ampliar o intercâmbio entre acadêmicos, profissionais e pesquisadores interessados em aprofundar conhecimentos

sobre o lazer. O Seminário do ano de 2000, foi instituído em celebração aos dez anos de existência do CELAR. Os trabalhos selecionados e analisados encontram-se no Tabela 4. É importante destacar que tanto a UNICAMP, quanto a UFMG, vêm contribuindo para os debates científicos sobre o tema, mediante a oferta de Cursos de Especialização nesta área do conhecimento;

- c) Encontro Nacional de Recreação e Lazer (ENAREL, 12º, 13º e 14º), promovido pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI) e pelo Centro de Educação II, Balneário Camboriú, SC, em 2000; pelo Centro de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte, em 2001; e pela Universidade de Santa Cruz do Sul, RS (UNISC), em 2002. Este evento demarca uma trajetória que consolida a dedicação de pesquisadores e profissionais de diferentes áreas do conhecimento (como Educação Física, Turismo, Pedagogia, Sociologia, Antropologia, Filosofia, entre outras) associadas ao campo Recreação e Lazer, que buscam divulgar estudos, pesquisas e experiências, delimitando assim um espaço científico de debates, convergente para diferentes áreas de intervenção desse campo. O ENAREL vem sendo realizado em diversos Estados do País e é assumido a partir do interesse de universidades e do apoio de entidades que desenvolvem políticas de Lazer, tais como SESI e SESC;

- 15 artigos publicados na revista *Licere*, publicados em 2000, 2001 e 2002, pelo CELAR, da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, da UFMG. Lançado em 1998, desde então, o periódico tem saído ininterruptamente. Trata-se de publicação indexada.

A organização dos dados, visualizada no Quadro 4, Apêndice B, corresponde à distribuição dos 819 trabalhos publicados, por campos investigativos, nos anos de 1999 a 2002.

Dos 819 trabalhos que compõem o Banco de Dados desta pesquisa (Apêndice D), destacamos 319 artigos, por apresentarem rigor de conteúdo e de elaboração, identificados a partir dos seguintes elementos: delimitação do objeto, pergunta científica, objetivos,

método, referência teórica, sistematização e análise, discussão de dados e conclusões. Estes elementos, portanto, serviram de base para a análise dos elementos constitutivos desta pesquisa. (Tabela 3, Apêndice C).

As fontes que levantamos e descrevemos nesta pesquisa buscam estabelecer a construção de uma base teórica, que permite apontar contradições que refletem elementos para análise, considerando uma articulação de totalidade concreta, compreendida como o quadro geral que organiza os dados/informações/fatos empíricos e lhes dá sentido.

4.2 SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS

A sistematização de dados, informações e fatos empíricos conduziu o processo da pesquisa para estabelecer elementos que configuram a análise. Para tanto, foram considerados os seguintes momentos:

- leitura de todo o material para identificação das fontes de interesse para o estudo;
- localização e levantamento da produção científica em forma de comunicação (conferências, palestras, trabalhos em mesas-redondas, mesas temáticas, pôsteres e painéis de debates);
- leitura dos trabalhos selecionados, para análise dos conteúdos;
- organização e síntese dos dados e informações em tabelas e quadros, respectivamente;
- leitura analítica das informações contidas nas tabelas e quadros;
- sínteses específicas para atender a demandas diversas deste estudo (argumentações, proposições superadoras e indicações para novos estudos).

Considerando os procedimentos que permitiram organizar as fontes e respectivos dados e informações, necessários à construção e análise do objeto de estudo, apresentamos os seguintes grupos de informações:

- Grupo 1 – localização dos focos de produção de conhecimento sobre Lazer, a partir de Grupos de Estudo, Centros de Estudo e Linhas de Pesquisa, existentes em diversos Estados do Brasil;
- Grupo 2 – distribuição dos trabalhos por regiões e Estados do Brasil;

- Grupo 3 – distribuição de 819 trabalhos por campos profissionais;
- Grupo 4 – distribuição de 26 trabalhos por equipes multiprofissionais, enfocando as áreas de formação dos autores;
- Grupo 5 – apresentação de 819 trabalhos publicados por ano e por campo investigativo;
- Grupo 6 – representação de 319 artigos aqui considerados como campo investigativo, para levantar os pressupostos ontológicos da produção de conhecimento sobre lazer;
- Grupo 7 – distribuição de 319 artigos sobre Formação Profissional, por campo investigativo;
- Grupo 8 – distribuição de 319 artigos sobre Trabalho e Lazer, por campos investigativos;
- Grupo 9 – distribuição de 319 artigos sobre Lazer e Educação, por campos investigativos;
- Grupo 10 – distribuição de trabalhos/artigos, baseados em teorias que enfocam a sociedade a partir de três perspectivas;
- Grupo 11 – apresentação dos títulos dos trabalhos/artigos, baseados em teorias que enfocam a sociedade, na perspectiva da integração social, denominadas funcionalista;
- Grupo 12 – apresentação dos títulos dos trabalhos/artigos, baseados em teorias que enfocam a sociedade a partir da Lingüística e da Semiótica (Semiologia);
- Grupo 13 – apresentação dos títulos dos trabalhos/artigos, baseados em teorias que enfocam a sociedade a partir das contradições de classes e do conflito social.

Considerando a análise mais apurada de 319 artigos, para a sistematização do estudo foram desenvolvidos os seguintes passos:

- leitura do resumo, da introdução e conclusão de cada artigo;
- leitura dos dados bibliográficos dos artigos;
- levantamento e sistematização de elementos explicativos para compor análises, considerando: a) as subcategorias empíricas: lazer–educação, lazer–formação de professor, lazer–trabalho; b) modelos de sociedade, na discussão do Lazer; c)

levantamento de subcategorias de análise, considerando perspectivas diferenciadas de concepção de sociedade—integração social (funcionalista), contradições/conflito social e Lingüística/Semiótica.

A organização de grupos de dados/informações em tabelas e quadros possibilitou uma visão mais detalhada da realidade, além de oferecer elementos quantitativos e qualitativos para análise.

4.3 ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados teve como finalidade identificar os pressupostos ontológicos do Lazer e conseqüentemente a concepção de projeto histórico presente na produção teórica da área.

4.3.1 Locais de Promoção de Conhecimento sobre Lazer

O Grupo 1 compreende os Grupos de Estudo, Centros de Estudo e Linhas de Pesquisa, existentes em diversos Estados do Brasil. Nele constatou-se incipiente número de grupamentos de estudo, principalmente na região Nordeste do País. Considerando a importância da formação científica para os acadêmicos de Educação Física nas universidades – fator que implica na necessidade de ampliação dos núcleos, grupos e linhas de pesquisa, nos departamentos e cursos de graduação e pós-graduação – reconhecemos aqui um aspecto que pode estar comprometendo negativamente a consolidação de uma consistente base teórica.

Por se tratar de um campo de conhecimento muito dinâmico, a atuação na área de lazer requer uma formação profissional consistente e continuada. Entretanto, o que se observa é que esse espaço é ainda reduzido, haja vista o escasso número de cursos de pós-graduação nas universidades brasileiras e a quase inexistência de linhas de pesquisa nos programas de pós-graduação, de forma a obter-se uma massa crítica voltada para a formação continuada, não só de professores de Educação Física, mas das demais áreas que tratam tal conhecimento.

Outro aspecto identificado nas universidades é a inexistência de um conceito consensual sobre lazer entre os estudiosos e os profissionais, o que de certa forma gera dificuldades na formação e na produção do conhecimento. É, pois, um campo aberto à pesquisa, oferecendo amplas possibilidades de investigação.

Segundo Marcellino, o termo lazer, em sua contextualização histórica, expressa preferências e juízos de valor, resultando em duas abordagens: uma indireta, que enfoca um dos seus conteúdos culturais, tais como as que encontram-se agregadas às atividades artísticas ou corporais e esportivas; e uma direta, que enfoca o lazer a partir de sua especificidade, isto é, “entender o lazer em estreita relação com as demais áreas de atuação do homem, o que não significa deixar de considerar os processos de alienação em que ocorrem em quaisquer dessas áreas” (1995b p. 13-14).

Reconhecendo essa especificidade que o lazer apresenta, o mesmo autor considera este campo do conhecimento componente da cultura historicamente elaborada, o que denota a sua compreensão a partir da sua especificidade concreta. Isto, portanto, leva-nos a discutir quão significativa é a ampliação dos espaços científicos para a produção e disseminação de conhecimento, visando a diminuir o distanciamento entre abordagens geradoras de movimentos de cunho ideológico e aquelas que favorecem a ótica do lazer pela do mercado.

Devido as escassas publicações sobre o histórico dos espaços de produção de conhecimento nas universidades, é difícil localizar e temporalizar o seu surgimento. Atribui-se, segundo Pimentel (2000, p. 178) e Werneck (2002, p. 127), que os primeiros grupos de estudos sobre lazer surgiram no Estado do Rio Grande do Sul, a partir do Centro de Estudos de Lazer e Recreação (CELAR), criado em 1973, por parceria estabelecida entre a PUC e a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, através da Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Embora só conseguisse uma existência de cinco anos – extinguiu-se em 1978 – o referido Centro desencadeou uma série de ações, que proporcionaram debates sobre o tema; promoveu eventos, cursos, publicou textos; qualificou profissionais, inclusive em nível de pós-graduação *lato sensu*. Foi dirigido por Zilah Totta, já falecida, e contou com a participação da pedagoga Andréa Bonow.

Outra instituição com o mesmo fim que vale ressaltar – Centro de Estudos do Lazer – foi criada na década de 70, no Estado de São Paulo. Originou-se de cursos e eventos

promovidos pelo sociólogo Joffre Dumazedier (1999, p. 19-24), financiados pelo SESC, não estando mais em atividade, atualmente.

A partir da referências de trabalhos consultados em nosso Banco de Dados da pesquisa (Apêndice D) e do artigo de Pimentel (2000, p. 176-183), foi levantada a existência de outros espaços que desenvolvem estudos no campo do Lazer, na atualidade, que passamos a apresentar:

- Centro de Estudos do Lazer e Recreação (CELAR), criado em 1990, pela Escola de Educação Física/UFMG;
- Linha de Estudos e Pesquisa em Educação Física, Esporte e Lazer (LEPEL), desdobramento do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Educação Física, Esportes e Lazer (NEPEL), foi criado na Faculdade de Educação/UFBA, em 1997. Conta em seu corpo acadêmico com docentes e estudantes pesquisadores, sendo o Grupo de Pesquisa cadastrado no CNPq;
- Departamento de Estudos do Lazer (DEL), Faculdade de Educação Física/UNICAMP. Conta com vários grupos de estudo, contemplando as temáticas Lazer e Cultura, Lazer e Entretenimento, Lazer e Educação, Políticas Públicas de Lazer e Psicologia do Lazer;
- Grupo de Pesquisa em Lazer (GPL), Faculdade de Educação/UNIMED, SP;
- Laboratório de Estudos do Lazer (LEL), Departamento de Educação Física/UNESP, Rio Claro, SP;
- Grupo de Estudos do Lazer (GEL), Centro de Educação Física/FATMAR/CESUMAR, Maringá, PR;
- Núcleo de Estudos do Lazer (NEL), desdobramento do Laboratório de Observações e Estudos Descritivos em Educação Física e Esportes (LOEDEFE)/ UFPE;
- Núcleo de Estudos e Orientação do Lazer (NOEL), Universidade Federal de Viçosa, MG., extinto face à instalação do Projeto da Ludoteca (que reúne acadêmicos e professores dos cursos de Educação Física, Pedagogia e Economia Doméstica).;
- Linha de Pesquisa Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional (Corporeidade e Saúde), Departamento de Educação Física, PPGE /UFRN;

- Núcleo de Estudos do Lazer (NEL), Universidade Cruzeiro do Sul, São Miguel Paulista, SP;
- Grupo de Pesquisa Lazer e Prostituição, Escola de Educação Física e Desporto/UFGRS;
- Grupo de Estudos de Recreação, Aventura e Lazer (GERAL), Universidade Federal de São Carlos, SP;
- Grupo de Estudos em Administração do Lazer e Entretenimento (GALE), UNICAMP;
- Grupo de Estudos em Políticas de Educação Física e Lazer, Faculdade de Educação/UNIMEP, SP;
- Núcleo Lazer, Trabalho e Sociedade, UNISCSUL, RS;
- Núcleo de Estudos Pedagógicos em Educação Física e Lazer, UFSC;
- Centro de Estudos de Lazer e Turismo, Fundação Getúlio Vargas, SP.

A data de criação da maioria dos Centros, Núcleos e Grupos de estudos do Lazer encontrados, não foi levantada foi falta de dados nas referências dos trabalhos.

Além destes, vale destacar os grupos de discussão dinamizados via Internet, tais como o Centro Esportivo Virtual que mantém diversas listas, entre elas a CEV-Lazer (www.cev.org), destinada a troca de experiências, discussões temáticas, informes sobre eventos e divulgação de textos e artigos sobre Lazer.

Ressaltamos ainda, que encontramos indicação da criação de duas listas de discussão na internet:

- lista de Educação a Distância (docentes de várias universidades do País), que promove discussões sobre a formação do professor de Educação Física e estudos sobre Lazer no currículo de formação, sendo por ela responsáveis, dentre outros, Christianne Werneck (UFMG) e Márcia Chaves (UFAL);
- lista de discussão sobre Formação Profissional em Lazer, mantida pela UEL e sob a coordenação de E. M. Peixoto (*listformprof-L*), vem reunindo corpo de docentes de diferentes cursos universitários do País, em Educação Física, Turismo e Hotelaria, para discutir as disciplinas curriculares que enfocam Lazer e Recreação na formação de profissionais.

Encontramos também na presente pesquisa, trabalhos cujas autorias são de estudantes e docentes advindos de cursos universitários, que vêm promovendo formação específica no campo de lazer, com caráter profissionalizante em instituições brasileiras. Os cursos implantados com caráter de bacharelado, no Brasil, são os seguintes:

- Curso de Lazer e Indústria do Entretenimento, Universidade Anhembi-Morumbi, em São Paulo;
- Curso de Gestão do Lazer e Eventos, UNIVALI, localizado no balneário de Camboriú, SC;
- Curso de Gestão do Lazer e do Entretenimento, criado dentro do Centro de Comunicações da Universidade de Sorocaba (UNISO), SP.

Implantados no Brasil nos últimos cinco anos e fruto de modelos importados dos Estados Unidos da América do Norte, esses cursos concebem o lazer como alvo de formação muito específica, fato que nos remete a preocupações epistemológicas, merecedoras de investigações.

Diante de tal questão, ressaltamos a necessidade de retomar os estudos de Marcellino (1995b, p.18-19), que discute a formação a partir da atuação prática: “novo especialista engajado em equipes pluri e multidisciplinares, buscando um trabalho interdisciplinar”. A formação tradicional de novos profissionais deveria estar voltada para a efetiva participação cultural dos cidadãos, o que permite compreender a visão do autor que concebe a educação no campo do lazer como uma política cultural. Marcellino apresenta o Lazer como uma área de conhecimento, área de estudos, situado historicamente na atual sociedade urbano-industrial, recebendo de várias ciências e campos disciplinares, contribuições para o seu delineamento.

Bruhns, citada por Valente (1997, p. 27), não reconhece o Lazer como uma área de conhecimento independente, mas interdisciplinar, na qual outras ciências, como a Sociologia, a Antropologia e a Filosofia, contribuem com suas respectivas análises sobre as manifestações do fenômeno, explicação e compreensão dos movimentos decorrentes.

Admitindo a complexidade dessa discussão, no momento posicionamo-nos de maneira a reconhecer os iminentes riscos que ameaçam a formação de professores, decorrentes das exigências da lógica do mercado e das precárias condições de oferta de cursos no Brasil. Torna-se, portanto, preocupante a instalação destes cursos que, inclusive

em suas nomenclaturas, apresentam denominações ligadas a uma linguagem de *marketing* comercial, muito difundida nos meios de comunicação de massa, os quais se apropriam do entretenimento para veicular venda de pacotes de lazer, como forma de subtrair do trabalhador a possibilidade de um enfrentamento da realidade social de exploração da sua força de trabalho.

A formação de profissionais, desvinculada de uma sólida formação no campo da Educação, compromete negativamente a formação do educador de lazer, frente às exigências do modelo vigente de produção, de acumulação e de alienação do trabalho; compromete a formação do educador, na perspectiva de que este possa criar espaços de experiências de lazer, onde ocorra uma demanda educativa mais criativa e libertária, responsável por auxiliar o desenvolvimento pessoal e coletivo dos cidadãos.

O esforço teórico a ser realizado deve direcionar-se no sentido de ampliar e fortalecer a formação dos professores, e em especial os de Educação Física, que lidam com a cultura corporal; ademais, esses professores vêm tratando da diversidade deste campo de conhecimento ainda com muitas limitações em perspectiva não interdisciplinar.

4.3.2 Distribuição da Produção por Regiões e Estados do Brasil

Quanto à distribuição da produção de conhecimento sobre lazer e a sua localização por regiões e unidades federadas, constatamos que dos 819 trabalhos que compõem o nosso banco de dados constante do (Apêndice D), a região Sudeste apresenta o maior número de trabalho publicados, com um percentual de 51,43%. Deste percentual, há destaque para os Estados de São Paulo 24,62%, Minas Gerais 17,78% e Espírito Santo 0,13%. Seguindo a mesma ordem decrescente, em segundo lugar temos a região Sul, com 31,32%; depois a região Nordeste 10,67%, a região Norte 3,55% e a Centro-Oeste 3,28%. (Tabela 4).

Uma análise mais apurada dessa realidade evidencia uma disparidade muito grande entre as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que indicam um percentual de 17,51% e as regiões Sul e Sudeste, 82,48%. Isto repercute, conseqüentemente, nos cursos de formação de professores de Educação Física, em seus currículos difusos e fragmentados, a-históricos e acientíficos. Provavelmente, isto decorre da inexistência de Programas de Pós-

graduação em Educação Física, no Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil; e, também, da política de Educação Superior na área de pós-graduação e da política de Ciência e Tecnologia, que vêm beneficiando, ao longo dos anos, os centros localizados no Sul e Sudeste do Brasil.

4.3.3 Campo de Formação dos Autores

A distribuição de 819 trabalhos por área de formação de seus autores revela uma variedade de profissionais atuando no campo do Lazer.

Em face à distribuição dos 654 trabalhos selecionados a partir do total de 819 coletados, considerando o campo de formação de seus autores, tivemos a possibilidade de destacar 572 trabalhos e constatar que a área de formação em Educação Física tem representação preponderante, apresentando um percentual de 87,46%. Na Tabela 1, a seguir, pode-se observar os percentuais representativos de cinco áreas de formação profissional, cujos autores vêm publicando maior número de trabalhos na área de lazer.

Tabela 1 – Publicações por Área de Formação dos Autores (1999-2002)

CAMPOS DE FORMAÇÃO	TRABALHOS	%
EDUCAÇÃO FÍSICA	572	87,46
TURISMO	25	3,82
GESTÃO DE LAZER E EVENTOS	23	3,51
EDUCAÇÃO	20	3,05
LAZER E INDÚSTRIA DE ENTRETENIMENTO	7	1,08
PSICOLOGIA	7	1,08
TOTAL	654	100

FONTE: Banco de Dados da pesquisa, 2003. (Apêndice D).

O elevado número de trabalhos publicados por professores de Educação Física – 572 – evidencia o quanto a área requer preocupações para com a formação de seus profissionais. Esta realidade demonstra que o professor de Educação Física tem um papel decisivo na realidade social em que a práxis do lazer ocorre. Por estarem estes professores publicando na área com uma grande representação quantitativa, é possível supor que

também no campo do trabalho ocupem papel de destaque, realizando propostas das mais variadas, que vão desde a própria formação de outros profissionais, até o desenvolvimento de trabalho no campo de lazer em escolas, clubes, academias, praças públicas, centros recreativos urbanos, hotéis, agências de turismo e até hospitais. Diante desta realidade, é importante que as universidades e seus departamentos, que promovem cursos de Educação Física, estejam atentos à produção do conhecimento na área, pois a formação destes professores – instituída de forma alheia à problemática da relação com o trabalho e com a educação – compromete sobremaneira o sentido e o significado do lazer para a sociedade.

4.3.4 Equipes Multiprofissionais

Considerando a importância do lazer, como campo que se articula com a Educação, constatamos que dos 26 trabalhos elaborados por equipes interdisciplinares, 9 são de profissionais da área de diversas licenciaturas e professores de Educação Física e 6 são de profissionais de Pedagogia e professores de Educação Física. É significativo observar que em todos os 26 trabalhos constituídos por grupos multiprofissionais, o professor de Educação Física é sempre um dos componentes, conforme revela a Tabela 2.

Tabela 2 – Trabalhos e Artigos por Equipes Multiprofissionais (1999-2002)

CAMPOS PROFISSIONAIS	TRABALHOS	%
EDUCAÇÃO FÍSICA / DANÇA	1	0,13
EDUCAÇÃO FÍSICA / PSICOLOGIA/EDUCAÇÃO FÍSICA / PEDAGOGIA/ C. SOCIAIS	1	0,13
EDUCAÇÃO FÍSICA / PEDAGOGIA/ PSICOLOGIA	1	0,13
EDUCAÇÃO FÍSICA/LICENCIATURA	9	1,09
EDUCAÇÃO FÍSICA/PEDAGOGIA	6	0,73
EDUCAÇÃO FÍSICA / BIOQUÍMICA	1	0,13
EDUCAÇÃO FÍSICA / SOCIOLOGIA	4	0,48
EDUCAÇÃO FÍSICA / BIOLOGIA	1	0,13
EDUCAÇÃO FÍSICA / FISIOTERAPIA	1	0,13
TOTAL	26	3,21

FONTE: Banco de dados da pesquisa, 2003. (Apêndice D).

Estes dados permitem concluir que, estando o professor de Educação Física em uma representação numérica predominante nas equipes multiprofissionais, há uma exigência de intervenção profissional que, por sua vez, demanda uma consistente base teórica a ser construída na prática de pesquisa sobre Lazer, a partir da formação da graduação.

4.3.5 Formação do Profissional de Lazer

Considerando o Grupo 7 de informações, que trata da distribuição de trabalhos sobre formação profissional, dos 319 artigos, encontramos somente 33 publicados nos anais do ENAREL (12.º, 13.º e 14.º), o que representa 10,34% dos artigos analisados (Tabela 6).

Os dados da literatura que discutem o tema não permitem reconhecer a relevância da reflexão sobre a formação profissional e o lazer. A produção expressa nos artigos analisados evidencia que somente 10,34% tratam do tema.

É importante destacar que o 12.º ENAREL, ocorrido no ano de 2002, estabeleceu para as conferências, mesas-redondas e palestras, a temática *Formação profissional no lazer – perspectivas e tendências*. Esse evento conseguiu reunir sete trabalhos, com destaque nas seguintes abordagens:

- currículo e formação do profissional do lazer;
- currículo e formação profissional do lazer: instituições, ensino superior e enfoque em turismo, entretenimento e políticas públicas;
- enfoques culturais na formação do profissional do lazer;
- enfoques culturais na formação e atuação do profissional do lazer;
- atuação do profissional do lazer no desenvolvimento de políticas públicas;

Neste mesmo ENAREL, ocorreu a inscrição de trabalhos para comunicação oral, cujo tema foi Lazer e Formação Profissional. Nesta fonte, foram encontrados sete trabalhos publicados em anais, cujos temas foram:

- aprofundamento em lazer e currículo de formação de profissionais;
- lazer e formação profissional na UNICSUL;

- recreação e lazer no âmbito dos cursos de graduação em Educação Física da Universidade Estadual de Londrina;
- formação profissional em lazer e a prática;
- grupos de estudos na perspectiva da formação profissional: educação e pesquisa;
- papel da monitoria em Lazer e Recreação na formação profissional em lazer.

Para um campo de conhecimento que vem se desenvolvendo de forma ampla no campo social do trabalho, é muito reduzido o número de publicações que discutem a formação profissional.

Um aspecto que nos chama atenção é não existir preocupação, dentre os estudiosos da área, de apontar estudos em currículo para a formação dos professores de Educação Física. Isto indica a necessidade de um estudo sobre o lazer no currículo de formação dos professores de Educação Física.

Nos trabalhos analisados, fala-se do profissional de lazer, mas não se define as bases da formação específica. Dos 14 encontrados, somente 2 abordam questões inerentes ao currículo e à formação do profissional de Educação Física, considerando discussões que demarcam marcos teórico-conceituais nos estudos do Lazer.

Considerando que a formação na graduação é que estabelece a base da unidade teoria e prática, não está ainda elucidada, a partir dos trabalhos analisados, qual a produção de conhecimento que perpassa a organização curricular do profissional que atua em lazer como campo do trabalho. Sem esta referência, a qualificação humana fica subordinada às leis do mercado e à sua adaptabilidade e funcionalidade, seja sob a forma de adestramento e treinamento restrito, seja na forma da polivalência, generalização e formação abstrata, tão solicitadas pelo mercado.

Outro aspecto sobre os estudos da formação que não está sendo considerado é a incorporação da pesquisa como base da formação, considerando o campo social do trabalho; significa discutir sobre as possibilidades de vivências sobre gestão democrática, desenvolvimento de compromisso social e político da docência em lazer, condições de trabalho nos espaços sociais e, dentre outras questões, a responsabilidades coletiva por um conhecimento construído à luz de um projeto histórico de sociedade.

A formação humana diz respeito ao desenvolvimento de todas as condições humanas (físicas, mentais, estéticas, lúdicas e afetivas do ser), capazes de ampliar a capacidade de trabalho, para a produção de valores de uso, de forma geral, como condição de satisfazer as múltiplas necessidades do humano, considerando o processo de transformação incessante e permanente pela qual as coisas/necessidades se constroem e se dissolvem noutras coisas/necessidades. Por ser o trabalho, o pressuposto principal do devenir humano, criador da realidade, a questão inerente à formação do profissional de lazer tem implicações relevantes para a supressão da relação capitalista que, ao dominar e aprisionar o campo do trabalho, transforma-o em alienador na vida do trabalhador.

Portanto, percebe-se que questões de fundo, relativas a princípios ontológicos, visando à consolidação de uma sociedade justa e democrática, não estão sendo consideradas nas discussões sobre formação do profissional que se prepara para assumir, na sociedade, a difusão do conhecimento sobre lazer; isto se constitui num grande problema, uma vez que gera processos alienantes de conseqüências graves para a realidade social em que o trabalho com o lazer se estabelece na sociedade.

4.3.6 Trabalho e Lazer

O Grupo 8 de informações apresenta a distribuição dos artigos que discutem a relação Trabalho e Lazer. Considerando os campos de investigação das fontes trabalhadas, dos 319 artigos analisados, 3 são provenientes do Ciclo de Debates Lazer e Motricidade; 4, dos Seminários Lazer em Debate; 15, do ENAREL e 2 são publicados no periódico *Licere*. Dos 319 artigos, somente 24 trazem à discussão as questões referentes ao tema Trabalho e Lazer (Tabela 7).

Os dados referentes a esse grupo de informações surpreenderam pela insignificância quantitativa, dada a relevância do tema diante de toda a problemática que hoje vivem os trabalhadores brasileiros.

Discutir a relação Trabalho e Lazer é fundante, pois quanto mais as relações e práticas sociais se instituem em uma sociedade capitalista, mais o trabalho abstrato (estranhado) se sobrepõe ao trabalho concreto. E, nessa relação, o lazer, como dimensão que se efetiva na sociedade em equilíbrio com o trabalho, torna-se alienado. Sobre esta

questão não há literatura suficiente que permita evidenciar o papel a que o Lazer se presta na efetivação da garantia do modelo de sociedade capitalista, com toda a sua exploração do trabalho e exclusão social.

O que podemos levantar como hipótese para discussão é que, em uma sociedade onde o trabalho é alienado, as relações que se constroem no campo do lazer tendem a se configurar como lazer alienado.

4.3.7 Lazer e Educação

Considerando as discussões que apresentamos anteriormente sobre o lazer, como manifestação social de caráter educativo e suas implicações na formação dos professores de Educação Física, vale destacar que o número de trabalhos elaborados nos últimos três anos é muito incipiente.

Através do Grupo 9 de informações, que trata da distribuição dos artigos que abordam o lazer e educação, verificamos que os Ciclos de Debates Lazer e Motricidade, nos três anos, não abordam essa temática. Foram encontrados 02 trabalhos nos Seminários Lazer em Debates; 30, no ENAREL; e 01, no periódico *Licere*. (Tabela 8).

Tendo em vista o grande percentual de professores de Educação Física engajados na produção de conhecimento sobre lazer (76,16%), nos últimos três anos, e o percentual de artigos (19,33%) que discute lazer como fator de educação, podemos deduzir que esse não está sendo um tema de destaque, nos estudos sobre lazer, pelos professores de Educação Física, nem nas universidades, nem nos cursos de graduação.

Considerando as informações colhidas nos 33 artigos, os temas sobre Educação no campo do lazer estão circunscritos às seguintes referências:

- Escola, cultura e saber;
- Educação, meio ambiente e esporte de aventura na natureza;
- Educação e ludicidade no lazer;
- Educação para a corporeidade e o emergente profissional de lazer;
- Lazer na escola: publicizando o espaço escolar;
- Lazer como ação socioeducativa para a cidadania;
- Lazer, educação e grupos sociais: pressupostos teórico-metodológicos;

- Importância do brincar e da educação para o lazer;
- Lazer e educação nos parques públicos de Salvador: encontros de sujeitos em parques de cidadania;
- Brincar no cotidiano da escola;
- Educação estética e animação cultural;
- Corpo lúdico e relações na educação;
- Lazer, educação e ludicidade;

Em vista ao que foi apreendido nos referidos artigos, observamos um certo vazio teórico, portanto, distante do discurso crítico que a Educação deve ter, ao ser considerada como temática nos estudos sobre lazer. A referida lacuna denuncia, também, uma ainda inconsistente fundamentação para explicitar as bases teóricas dos temas tratados. É possível que esta fragilidade observada seja proveniente das características da formação dos professores de Educação Física.

Nos estudos de currículo da graduação em Educação Física, onde foram levantados limites e possibilidades do processo de formação profissional (VALENTE, 1987 p. 125-130), há indicadores da necessidade do reconhecimento do lazer enquanto área do conhecimento, com base numa reflexão mais ampla, epistemológica, sociológica, antropológica, e ainda, numa perspectiva de tratamento do conhecimento em práticas pedagógicas, abertas às experiências. Nessa perspectiva de estabelecer os estudos do lazer no currículo dos professores de Educação Física e aproximar o conhecimento produzido da pós-graduação com o trato do conhecimento na formação, talvez pudesse estabelecer um processo mais comprometido com as questões constitutivas do tratamento epistemológico, ou seja, da sua produção e apropriação do conhecimento no currículo dos cursos de Educação Física.

Nos mesmos artigos, tivemos também a possibilidade de perceber que o caráter de subordinação aos interesses capitalistas não está restrito à escola, a qual, por sua vez, produz, reproduz e preserva a subserviente condição de manutenção das relações sociais de produção alienada. Outros espaços, como por exemplo, o campo de conhecimento sobre lazer e as práticas sociais que aí se desenvolvem – portanto, os locais do discurso e da prática – são demarcados pela referida subordinação. Assim, o lazer, enquanto espaço de

educação, pode estar a serviço dos interesses do capital, ou seja, ele se desenvolve em uma perspectiva alienadora, alienante e alienada.

Considerando as análises feitas e a necessidade de avançarmos para responder a nossa problemática de pesquisa, iremos abordar o Lazer e a concepção de sociedade e projeto histórico implícitos em tal produção. Ao fazê-lo, estamos questionando a perspectiva de prática social predominante nos estudos no campo do lazer.

4.4 OS PRESSUPOSTOS ONTOLÓGICOS: CONCEPÇÃO DE SOCIEDADE E DE PROJETO HISTÓRICO

A análise a seguir parte de posições teóricas assumidas pelos autores dos artigos analisados, com relação às concepções de sociedade e de projeto histórico.

Com esta intenção, analisamos as manifestações do lazer, partindo da categoria sociedade, como propriedade ontológica da realidade, pois a partir da práxis do lazer é possível refletir sobre seus valores mais gerais, suas múltiplas relações com a sociedade, considerando que sua manifestação está vinculada à materialidade da vida social das pessoas com o trabalho.

É importante frisar que a caracterização dos campos teóricos que iremos definir para análise partem da idéia de estrutura social²⁰. Esta observação diz respeito à necessidade de identificar, a partir dos diferentes autores e respectivas produções, as visões de sociedade e de mundo, as ideologias e, principalmente, reconhecer o modelo de projeto histórico que aí se configura.

Dos 819 trabalhos publicados, foram selecionados 319 (38,95%) para compor a análise. Optamos pelos trabalhos mais densos, publicados em forma de textos/artigos, provenientes de conferências, palestras, comunicações em mesas-redondas, mesas e/ou grupos temáticos, painéis, como dito anteriormente. Os trabalhos apresentados em sessões de pôsteres e de temas livres, em eventos científicos (61,05%) não foram consideradas

²⁰ Segundo Bottomore (1971, p. 119-133), a estrutura social é um complexo das principais instituições e grupos da sociedade e, portanto, é um guia que nos diz para onde olhar ao tentar explicar sociologicamente qualquer fenômeno social, isto é, que explicação do fenômeno no social ou parte, ou indivíduo, numa sociedade, deveria ser visto, considerando como uma dada sociedade é organizada.

nesta análise por constituírem conteúdos muito resumidos, fato que não permitiu extrair uma visão mais aprofundada dos temas abordados.

De 319 artigos, 24 são provenientes da publicação dos livros dos Ciclos de Debates Lazer e Motricidade; 33, resultantes dos Seminários Lazer em Debate; 247 artigos constantes dos anais dos ENAREL; e 15 deles constam do periódico *Licere* (Tabela 3). Este foi o universo de análise, que deu origem aos quadros referenciais dos trabalhos, onde se discute o lazer, a partir de teorias que enfocam a sociedade.

Constatamos que o evento anual do ENAREL tem sido o maior espaço científico para apresentação e publicação de trabalhos, tendo se constituído na fonte de dados mais utilizada para esta análise, tendo em vista o volume de trabalhos publicados.

Para precisar ainda mais esse momento da pesquisa, vamos retomar uma questão básica, agregada a nossa problemática de estudo: - quais os pressupostos ontológicos que podem ser identificados na concepção de sociedade e de projeto histórico, a partir da produção de conhecimento sobre lazer, considerando a publicação de artigos e as comunicações científicas, dos últimos três anos, no Brasil?

Para elucidar esta questão, concebemos como base de análise, na construção teórica sobre lazer, o contexto da crise dos paradigmas das Ciências Sociais. Assim, partimos do princípio de que há teorias que se originam com o propósito do debate aberto sobre o alcance dos seus limites, mas que se encontram em um foco, cujo ponto de partida é o fato de a sociedade ser vista como a soma de indivíduos e onde cada indivíduo, por sua vez, é um ser delimitado, unificado, integrado a ela, livre e transparente para si mesmo. Esta abordagem é fruto das ciências que podemos denominar de burguesas, pois são mediadas pela ideologia que naturaliza as relações capitalistas, centrando-se no entendimento e na interpretação das suas funções e disfunções internas e não considerando o que historicamente as produziu e as alimenta. (BOTTOMORE, 1971, p. 64-66).

Estas teorias são denominadas, em sentido genérico, funcionalistas – teorias que enfatizam a integração social de toda a sociedade, sendo a Educação um dos subsistemas integradores, responsáveis pela socialização.

Segundo Malinowski (*apud* BOTTOMORE, 1971, p.65), nesta concepção, “toda atividade social tem uma função em virtude de sua existência, e toda atividade integra-se de forma tão completa às demais que nenhum fenômeno isolado é inteligível, fora da

totalidade do contexto social”. Esta posição talvez explique porque as abordagens funcionalistas têm dificuldade e muitas vezes impossibilidade de dar explicação à mudança social numa sociedade, exceto em termos de influências externas. Estas abordagens preocupam-se mais com a natureza da ordem social do que com as suas mudanças e enfatizam o lado passivo da relação homem-sociedade, ou seja, como a sociedade faz o homem e como o coage. O sistema social, por sua vez, inclui uma pluralidade de indivíduos que interagem entre si. A relação dos indivíduos com as situações da sociedade é definida e mediatizada pelos símbolos do sistema cultural. O símbolo fundamental de desempenho em tais sociedades é a riqueza acumulada.

Nesta perspectiva, a integração social é algo útil e legítima o modo de produção da sociedade capitalista, onde as reformas advindas das questões sociais são apenas corrigidas, adequadas às necessidades de equilíbrio, tanto para atender ao plano econômico, como político e social. Esta concepção de sociedade tende a negar a exploração social e não assume a luta de classes da sociedade capitalista.

Entre os teóricos que embasam esta posição da área da Sociologia e da Antropologia Social, podemos citar Max Weber, Merton, Spencer, Émile Durkheim, Malinowski, Talcott Parsons, entre outros.

Há produções teóricas que se originam com o propósito do debate aberto sobre diferentes campos do conhecimento, que rompem com o racionalismo ocidental, fortemente presente, e que, sobretudo a partir da Segunda Guerra, promovem mudanças conjunturais. Esses impactos, advindos de concepções originadas no final do século XIX, foram desenvolvidas durante a Segunda metade do século XX. Esta “nova corrente”, se assim for considerada, é derivada da Lingüística e da Semiótica – também denominada Semiologia ou, ainda, teoria da semiose. Esta nova ordem busca dar significado aos elementos da realidade e relaciona o sujeito com seu lugar na ordem de outros sujeitos. A ordem imaginária, nesta concepção, é aquela em que o sujeito desenvolve uma consciência autocentrada. O “real” é uma “presença ausente”. Trata-se do referente simbólico e do imaginário, mas que nunca intervém em si por si.

Na ordem imaginária, é estabelecida a realidade do sujeito, produzida nos seus discursos e em outros, o que é denominado de realidade transindividual: o sujeito não

produz o seu próprio significado; as estruturas da significação lhe são sempre proporcionadas de fora, como algo dado.

A linguagem, o mito, a arte e a religião são elementos que caracterizam o universo, onde uma rede simbólica é instituída para assegurar as relações da existência humana. Envolvido em formas lingüísticas, em imagens artísticas de toda ordem, em símbolos míticos ou em ritos religiosos de toda natureza, o sujeito não reconhece na realidade as determinações econômicas, políticas e sociais, pois está envolto em um meio artificial que o consome e o cega. Uma outra característica desta corrente é que nesta ordem instituída existe a ilusão de um eu “pontual” (quando, na realidade, se trata de uma “rede de significantes”, mais do que de um ponto fixo). Esta rede é estabelecida pelo imaginário, onde o sujeito constrói e organiza o mundo centrado em si mesmo, apesar de sua realidade existencial ser radicalmente descentrada e fundada em determinações.

O propósito do debate teórico, nesta perspectiva, é compreender o surgimento da sociedade num campo de discurso correspondente, onde o sujeito não pode enfrentar a realidade de modo imediato, pois não a enxerga de frente ou a enxerga superficialmente

Há uma nova maneira de existência social em que as pessoas são, ao mesmo tempo, transformadas em sujeitos tratados como “coisa”, como objetos do conhecimento, por estratégias de poder que são também estratégias resultantes do conhecimento produzido, tendentes a instituir uma integração do sujeito no mesmo campo. Isto significa conceber a sociedade fragmentada em subculturas, numa ausência de horizontes de causas, de coletivos organizados, assim como da possibilidade de qualquer mobilização global que possa promover mudanças conjunturais. Estuda-se, então, a revolução no cotidiano, como festa, como ritual, como cultura, ao mesmo tempo em que ela é descaracterizada como revolução social, ou seja, ao mesmo tempo em que desconsidera os movimentos gerados pela luta de classes, na sociedade.

Nesta perspectiva, o indivíduo quer ser um mundo em si, ou seja, busca interpretar a informação a que tem acesso por si e para si mesmo; nega a unidade e proclama a pluralidade. Isto significa uma crença no valor absoluto do indivíduo, de seus direitos, de suas expectativas. Vivemos, portanto, um excesso do *ego*, da individualidade, onde há também um excesso de propaganda que se adapta bem ao individualismo extremado: fala-se do corpo, dos sentidos, da vida sadia e de qualidade de vida, como uma necessidade

básica; e, mais, as bases que norteiam as políticas pautadas nesta perspectiva defendem as liberdades individuais, engajadas no sentido de atender ao mercado.

Entre os teóricos mais destacados desta corrente estão Clifford Geertz, Michel Foucault, Nietzsche, Heidegger, Marc Bloch, Lucien Fèbvre, Fernando Braudel, Charles Sanders Peirce, Ferdinand de Saussure, Tzvetan Todorov, entre outros que sustentam as bases epistemológicas em que repousam as concepções denominadas de pós-modernas da história.

Há, no entanto, outras produções teóricas que se originam com o propósito do debate aberto sobre as apreensões das significativas mudanças que ocorrem na materialidade e subjetividade histórica das relações sociais capitalistas, principalmente decorrentes do final do milênio, e que apresentam o legado do referencial teórico do materialismo histórico, como instrumental mais próprio para entender os movimentos da natureza da sociedade e o alcance das mudanças.

Nestas produções teóricas, o indivíduo é visto a partir da luta das classes sociais, sendo, portanto, o sujeito social; o trabalho é considerado como a forma mediante a qual o homem produz suas condições de existência, a história, o mundo propriamente humano, sendo, portanto, uma categoria ontológica e econômica; a vida social é explicada pelas causas fundamentais que escapam à consciência dos indivíduos, e não pela concepção que têm delas; estas produções do conhecimento defendem um enfoque histórico sobre o processo das relações sociais; atacam de forma focalizada a causa dos problemas concretos, a partir dos diferentes âmbitos humano-social, inerentes à forma social capitalista; e promovem denúncias das suas contradições.

As produções teóricas que apresentam esses elementos são constituídas de teorias que enfatizam as contradições das relações sociais e enfocam o conflito social. A perspectiva do conflito deriva, não de uma escolha da vontade, mas da própria materialidade das relações sociais, ordenadas por uma estrutura social classista.

O paradigma do conflito, conforme o nome indica, portanto, enfatiza os processos dissociativos da vida social. Esta teoria não esconde os conflitos existentes na organização da sociedade, mas os encara como problemas que precisam ser resolvidos. Os fatores econômicos são determinantes fundamentais da estrutura social e da mudança. Os elementos básicos desta teoria salientam o caráter histórico, instável, transitório das

sociedades e os conhecedores dos seus princípios teóricos acreditam na possibilidade de transformação radical (revolucionária) da sociedade. Esta visão emergiu a partir do final do século XVIII, quando diferentes sociedades demonstraram fragilidade nos seus sistemas e regimes econômicos e político-sociais. Entre os teóricos de maior destaque citam-se Karl Marx, Friedrich Engels, Antonio Gramsci, Gondon Childe, Althusser, Bourdieu, Passeron, Bowles, Lislie White, Morton Fried e, mais recentemente, István Mészáros.

Reconhecendo que, ao produzir conhecimento, os autores dos artigos que analisamos, discutem o campo do conhecimento Lazer dentro de relações sociais, ou seja, a partir de concepções de sociedade e de projeto histórico para explicar o seu objeto de estudo, buscamos identificar em que abordagem teórica esses conhecimentos produzidos encontram-se sustentados.

Esta possibilidade de análise nos permitiu a compreensão dos elementos determinantes da realidade social na qual o lazer está inserido, construídos e reconstruídos num movimento permanente, considerando que existem nexos entre o lógico e o histórico.

A concepção de realidade que desenvolvemos, como pressuposto ontológico mais geral, está relacionada às concepções de história, de homem, de sujeito, de objeto, de ciência, de construção lógica. Esta concepção nos permitiu definir um fio condutor que nos conduziu a definição dos campos teóricos para análise, para melhor compreensão e explicação da produção sobre lazer, bem como apontar sob que foco o debate vem sendo produzido nas universidades.

4.4.1 Quadro Geral da Produção de Conhecimento sobre Lazer e seus Enfoques de Sociedade – os achados

A organização das fontes de informação que iremos apresentar parte da necessidade de localizar o enfoque privilegiado pelos autores dos trabalhos, com base em três abordagens temáticas: os que se valem da idéia de sociedade, a partir da “integração social”; os que se valem de concepções do campo da Lingüística e da Semiótica; e os que enfocam a idéia de conflito.

Através dos Grupos 11, 12 e 13, que se encontram nos Quadros 6, 7 e 8, podem ser visualizados os títulos dos artigos, organizados a partir dos enfoques das três temáticas que abordam a idéia de sociedade.

Dos 319 trabalhos, 244 apontam o lazer baseado em abordagens que nascem de teorias denominadas funcionalistas, ou seja, teorias que enfatizam os aspectos integrativos da estratificação social; 62 trabalhos integram o Lazer em teorias cujas abordagens enfocam a idéia de sociedade a partir da Lingüística e da Semiótica (Semiologia); e 13 trabalhos apontam o Lazer, com o enfoque na sociedade baseada nas contradições de classes que enfatizam o conflito social. No Quadro 5, consta a distribuição quantitativa destes artigos por enfoques temáticos.

Nos Quadros 1, 2 e 3, a seguir, são apresentados elementos em negrito, correspondentes a enfoques privilegiados pelos autores dos trabalhos, baseados nas três abordagens temáticas.

ENFOQUES DA ABORDAGEM FUNCIONALISTA
<ul style="list-style-type: none">• Foco na sociedade a partir das interações sociais dos indivíduos que o lazer pode proporcionar;• Estudos de lazer associados as expectativas de atender ao mercado;• Formação do profissional com vistas a assegurar níveis de competência associada à inserção de mercado;• Discurso sobre lazer focado na perspectiva de fator emancipador da sociedade sem, contudo, apontar os fatores determinantes;• Lazer apresentado na condição de promissor mercado de serviços para fortalecimento do modo de produção capitalista.• Lazer como fator de sociabilidade (neutralidade de conflitos);• Visão romântica do lazer, como possibilidade de promover equilíbrio das insatisfações oriundas do trabalho na sociedade capitalista;• Lazer como fator de compensação da fadiga do trabalho, no modo de produção capitalista;• Reflexões sobre cultura no sentido de estabelecer explicações para o comportamento dos indivíduos na manifestação do lazer;• Lazer enquanto fator que promove equilíbrio (econômico, político e social);• Lazer como fator de tradição e inovação na sociedade;• Lazer com funções de favorecimento biopsicossocial do indivíduo;• Lazer associado a idéia de participação popular de caráter integrativo e socializador na sociedade;• Lazer como “peça de uma engrenagem” fundamental para a melhoria da qualidade de vida das pessoas;• Lazer como fenômeno social autônomo;• Lazer de aventura, apresentado como possibilidade de reação a uma mecanização imposta pelas sociedades contemporâneas;• Argumentação crítica em defesa do lazer, apresentando a crise de paradigmas;

- Enfoques de políticas públicas voltadas para a sociedade na perspectiva de **“lazer simples e prazeroso”**, estimulando a auto-organização do tempo e do espaço dos indivíduos;
- **Estilo de vida associado ao lazer** e à concepção de manifestação do **tempo de não-trabalho**;
- **Propostas de ofertas de serviços de lazer associadas à idéia de eficiência e qualidade** e instrumentalizadas por *marketing* comercial;
- Produção de conhecimento sobre lazer na linha ecológica, de caráter multidisciplinar, **sem denunciar a agressão da expansão do capitalismo selvagem**;
- Programas de capacitação, enfocando a **qualificação de competências pessoais e profissionais na área de lazer**, com vistas à ampliação de leituras sobre o universo de referências da realidade, onde os projetos se implantam e se desenvolvem para atender ao mercado;
- Propostas de criação de cursos técnicos em Lazer e Recreação, voltados para a **“formação profissional, de qualidade para um novo ramo de mercado – a indústria de lazer”**;
- Elaboração de programas/projetos, em nível de extensão universitária, **visando apenas à formação em nível de graduação, sem caráter de transformação da realidade social.**

Quadro 1 – Características da Abordagem Funcionalista em Trabalhos sobre Lazer

As expressões-chave, selecionadas no quadro anterior, foram as mais freqüentes. Elas evidenciam uma abordagem funcionalista de sociedade, onde o Lazer é visto como um processo cultural que contribui para o processo de socialização, que naturaliza as relações de conflito e favorece a sua inserção no mercado.

Nesta perspectiva, o tema é referendado como um sistema cultural, cuja base é a ação humana que o realiza, a partir de um dado significado, regido pela pluralidade de indivíduos que interagem entre si. Assim, o lazer é apresentado como algo desfrutável, de consumo, capaz de qualificar as condições da existência humana, se bem realizado.

No quadro a seguir, apresentamos trabalhos cujas temáticas enfocam a sociedade a partir de teorias advindas da Lingüística/Semiótica.

ENFOQUES DA ABORDAGEM DA LINGÜÍSTICA E DA SEMIÓTICA

- Lazer associado a idéia de **diversidade cultural**;
- Concepção de lazer distanciada das relações de trabalho e **situado como fator sociocultural**;
- Lazer em **sentido de festa**;
- Ao discutir o lazer, **apresenta a cidade promovendo a conciliação entre sujeitos, natureza e os novos modelos de urbanização**;
- Compreensão do lazer pela dinâmica do espaço/tempo do lazer, **potencializando percepções, emoções, instituindo redes de sociabilidade**;
- A análise do **significado de lazer, a partir da expressão da linguagem oral**;

- Preocupações quanto aos **fatores de motivações e interesses de consumo do lazer**;
- Discussão sobre lazer e corpo na **perspectiva simbólica**;
- Considera a dimensão do **lúdico como elemento de linguagem do lazer**;
- Lazer enquanto **vivência e produção de cultura, mescladas pela fruição subjetiva da ludicidade**;
- Lazer **interpretado a partir de narrativas, de observações e imagens**;
- Lazer analisado a partir do **campo imaginário**;
- Apresenta o brincar como elemento do lazer, como forma de subjetividade, identificando-o como um novo senso de realidade, na qual a **participação social é marcada por novo imaginário**;
- O corpo é discutido no lazer com uma **posição crucial no sistema simbólico da memória ocidental**;
- Proposição do lazer através do estabelecimento de uma **nova ética de relações pessoais e interpessoais**.

Quadro 2 – Características da Abordagem da Lingüística e da Semiótica em Trabalho sobre Lazer

As expressões em negrito correspondem a uma visão relativista sobre o lazer, onde não há perspectiva de apontá-lo a partir da dimensão histórica. O lazer não é visto como uma categoria lógica, que indique uma determinada aproximação com a realidade social que o determina – o trabalho -, mas pela variedade dos modos de ser dessa realidade, percebida pelas sensações e explicada como fenômeno de uma realidade sentida.

Nesta perspectiva, o lazer é entendido como um conjunto de mediações simbólicas da cultura, com força expressiva na linguagem e na narrativa para estruturar-se na instância das representações da sociedade, dos sujeitos; na elaboração das experiências; e no estabelecimento de elos de coletividade.

O lazer é concebido como uma rede de relações, cuja ordem imaginária descaracteriza as determinações históricas da realidade dos sujeitos; a realidade social onde ele se encontra inserido é produzida pelos sujeitos em seus discursos. O sujeito não produz o seu próprio significado sobre o lazer; as estruturas da significação da sociedade é que lhe são trazidas do exterior (movimento de fora para dentro).

No Quadro 3 que segue, apresentamos, em negrito, expressões-chave representativas das abordagens que tratam do conflito social e das contradições da sociedade capitalista.

ENFOQUES DE ABORDAGENS BASEADAS NO CONFLITO SOCIAL / CONTRADIÇÕES

- O lazer é apresentado no contexto da **luta de classes**;
- Por seu intermédio são denunciadas a **opressão e a dominação das classes trabalhadoras**;
- Ao discutir o lazer para a sociedade, **faz-se críticas ao sistema e ao modo de produção capitalista**;
- Ao falar de lazer, **discute-se a sua suposta alienação** e as relações de **contaminação nas esferas do trabalho e do consumo**;
- Na sociedade de classes sociais distintas, **as condições materiais de existência determinam a forma de lazer de cada classe social**;
- Ao falar do direito ao lazer, **critica o processo econômico capitalista**;
- Ao tratar do lazer, permite-se uma **reflexão crítica fundamental sobre o tempo, tempo de trabalho, o auto-controle sobre o tempo de trabalho e o tempo de vida da classe trabalhadora**;
- Discute-se o lazer a **partir da luta pela redução da jornada de trabalho**, o que implica lutar pelo controle (e redução) do tempo opressivo de trabalho, sem redução de salário;
- Elege-se e discute-se as **categorias tempo livre, trabalho e lazer, no foco das contradições**;
- Ao discutir o lazer, **desvela os conflitos sociais de classe, gênero, etnia, idosos, juventude**.

Quadro 3 – Características da Abordagem com enfoque em Conflito Social em Trabalhos sobre Lazer

O quadro anterior evidencia uma variedade de tendências do enfoque do conflito onde o lazer é discutido, mas é possível perceber um traço em comum entre elas que, numa perspectiva simplificada, podem ser sumarizadas em três pontos fundantes: a) os fatores econômicos são determinantes na discussão do lazer; b) a história que o lazer discute não despreza a luta de classes, seus conflitos e contradições; c) as concepções sobre o lazer encontram-se intimamente condicionadas pelo modo de produção; são denunciadas as idéias da classe dominante que buscam, de forma ideológica, não legitimar para a classe trabalhadora uma idéia de lazer alienado

Os autores consultados têm como referência, em seus respectivos trabalhos, as lutas de classes que, de fato, nunca desapareceram da história e constituem a essência do movimento contraditório do real. Estes consideram as relações conflituosas entre trabalho e capital, cruciais para demarcar direitos e conquistas da classe trabalhadora e, nestas conquistas, encontra-se o lazer. Neste foco, o percentual trabalhos pode ser considerado reduzido, uma vez que representa apenas 4,08% do total de 319 artigos analisados.

Ao caracterizar os enfoques dados pelos diferentes autores, apresentamos a seguir fundamentos de análise que possibilitam uma leitura mais definida sobre suas opções.

Analisando o primeiro e o segundo quadros, constatamos que a maioria dos artigos 95,92% considera a classe trabalhadora predestinada à passividade; outros estudos, no entanto (Quadro 3), que representa apenas 4,08%, consideram-na em luta por mudanças, por um projeto histórico que avance para uma sociedade que elimine o trabalho alienado.

As abordagens teóricas em que os artigos se pautam para explicar o lazer não são decididas *a priori*; originam-se da realidade social e dizem respeito à maneira como a sociedade é organizada e de como o lazer se manifesta em seu interior, influenciado pelas relações sociais dos indivíduos. A concepção de sociedade e a abordagem do lazer são assumidas claramente pelos autores e estão refletidas nos seus respectivos artigos, também de maneira explícita. Em vista a referência histórica de vida, suas visões de sociedade e projeto histórico sofrem pressões no sentido de favorecer a uma dada organização, que assegura o modelo de estabilidade social, conquistado no decorrer de suas vidas.

Nesta perspectiva, as determinações para a elaboração teórica nem sempre são consideradas como espaços de intervenção social, pois o estado de alienação da realidade se fortalece nas subjetividades de conquistas dos autores, de pretensas possibilidades de assegurar o espaço social de trabalho, a partir da organização e planejamento do lazer que a sociedade capitalista exige, absorve e consome alienadamente.

Bases teóricas apoiadas no funcionalismo, segundo Coulson e Riddell (1979, p. 61), têm sido muito populares, por duas razões: primeiro, porque o funcionalismo realmente oferece um modo de estabelecer e simplificar a complexidade do todo que é a sociedade, e de atender ao que as pessoas consideram ser a razão de suas ações, estabelecendo uma base de explicação para elas; concluem os autores que o funcionalismo é muito atraente para os grupos que, na estrutura social, estão interessados em manter as “coisas”, as relações como são, já que a ideologia camuflada justifica a necessidade do *status quo*, de forma a estabelecer elementos de convencimento baseados em uma análise simplista e ingênua da realidade.

Diante das considerações levantadas, compreender o lazer a partir de uma sociedade explicada pelo funcionalismo significa depreciar os estudos do lazer a partir da história; em produções teóricas dominadas por abordagens funcionalistas, só podemos esperar que os

estudos ignorem os elementos dinâmicos da realidade que os vêm produzindo, pois neles se encontram suposições idealistas, que não dão conta da realidade concreta.

A fecunda e emergente abordagem da Semiologia nos artigos analisados (19,43%), apresenta o lazer assentado em artefatos culturais de invenção de sujeitos, de linguagens, e em práticas de novas subjetividades. A base da sociedade explicada a partir dessa abordagem encontra-se expropriada; os indivíduos são educados e convencidos pelas meias-verdades que eles próprios criam e propalam, através do universo da comunicação, ficando impedidos de compreender a real condição da existência. Os conceitos de lazer, assim manipulados, perdem as mediações que lhes conferem sentido e significado, promovendo uma identificação de fácil absorção, ao invés de medida real entre a razão e o objeto.

Nesta perspectiva, o condicionamento social advindo do campo imaginário, onde a linguagem e a comunicação conduzem o lazer, determina a manutenção das relações capitalistas. A linguagem forma e organiza o pensamento, sendo fácil manipular, predestinar, induzir as pessoas para uma dada direção. Aqueles que detêm o controle do modo produtivo sabem como explorar esse veio, no sentido de valorizar o consumo do lazer, de forma que este consumo continue se reproduzindo na sociedade. Sendo assim, a linguagem torna-se o principal instrumento de manipulação da cultura (por seu caráter publicitário), onde as palavras atuam como veículos privilegiados para estabelecer a substancialidade do real, através de significados de interesses próprios, destituídos de seus significados reais.

Reconhecemos que essa nova tendência teórica, que respalda os estudos do lazer, demarca e molda novas maneiras de explicar as sociedades e o mundo, e nos instiga às seguintes questões: - Como desnaturalizar esses novos discursos considerados “verdadeiros”, “válidos” e “permanentes”, que vem se acumulando no campo teórico sobre o lazer, onde o indivíduo é urdido nas tramas da linguagem e da cultura? Esses discursos impregnados de significantes e significados dão conta da realidade social a partir do lazer? A serviço de que interesses encontram-se esses discursos ?

Estas questões e reflexões nos permitem apontar pistas que possibilitam uma posição de confronto às formas de teorização sobre as práticas de lazer, impregnadas de

reducionismo econômico, de pragmatismo e de simbolismo ideológico, que caracterizam a lógica dos argumentos neoliberais.

Nesta pesquisa, vimos que a representatividade de 4,08% dos artigos apontam na direção da denúncia do modo de produção capitalista, enquanto propostas científicas, enquanto possibilidade de assumir uma posição crítica, que possa se contrapor à atrofia da consciência que impede o indivíduo de compreender as contradições enraizadas nessa sociedade; também, estes trabalhos indicam que não há alternativas de superação para um grau de racionalidade que venha a ser instituído sem levar em conta determinações históricas.

Os artigos publicados sobre lazer, sob a abordagem do conflito, demonstram que é através dos imperativos da autoconservação da sociedade funcionalista que o sistema capitalista captura todas as possibilidades de intransigência e de denúncias sobre a realidade do lazer, integrando-o às suas normas de sobrevivência.

Segundo nossos estudos, o lazer vem sendo uma presa fácil do sistema capitalista, pois a capacidade de reflexão que poderia estar sendo produzida a partir da discussão estabelecida na relação com o trabalho alienado, acaba sendo negada por seus estudiosos,

Diante de tais considerações, podemos ainda ressaltar que a alienação do trabalho e do lazer, por se constituírem produto histórico, a “solução”, apontada como possível, neste estudo, só poderia ser concretizada, se considerado o contexto do acirramento da luta de classes. O trabalho e o lazer alienados permanecerão, alimentados por formas ideologicamente tendenciosas, enquanto o indivíduo estiver envolvido na externalização de sua subjetividade, que pode ou não ser estranhada, tanto pelo caráter da atividade realizada, quanto pela maneira com que ela é concebida e interpretada pela sociedade.

Identificar os pressupostos ontológicos do lazer possibilitou a nossa compreensão de que, atualmente, todo argumento sobre mudanças numa sociedade – comum nos discursos pedagógicos - está assentado em uma elaboração teórica, a partir de grupos que interagem na estrutura social, em torno da produção do conhecimento.

Constatamos que os estudos do lazer no Brasil carecem de uma análise materialista-histórico-dialética que permita explicar as determinantes da ordem vigente e as suas possíveis conseqüências, e também suas tendências predominantes, a exemplo da tendência contraditória da destruição das forças produtivas. Constatamos, ainda, que os

referidos estudos possibilitaram conhecer posições críticas que podem contribuir para a elaboração de um projeto histórico assentado em outras condições, que não as do modelo capitalista, isto é, um modelo que aponte, no seu horizonte histórico, o projeto socialista.

Um novo projeto histórico implica o enfrentamento das ideologias e dos processos de socialização, que interferem na dinâmica da cultura e no papel da educação, favorecendo o enraizamento do modo de produção capitalista. A pesquisa teórica sobre lazer precisa ser redefinida e reorientada para sair do subjugo do ideal mecanicista, funcionalista, idealista, em busca de novas possibilidades que não se apoiem em condições reformistas da sociedade, mas que avancem na direção do socialismo.

Segundo Fernandes (1995, p. 217), a mobilização em torno de um projeto histórico socialista, segundo a visão original, só é capaz de ocorrer por meio da classe trabalhadora, única classe revolucionária na sociedade capitalista; única, cujos interesses de base são potencialmente respaldados pela luta política; única, capaz de se tornar suficientemente forte para transformar a ordem social vigente e destruir o capitalismo.

Para tanto, é necessário que denunciemos a alienação do trabalhador do lazer, no sentido de propiciar o desbloqueio da consciência social, mediante um processo coletivo. É fundamental que este trabalhador possa contribuir para uma nova tendência de sociedade, possa estabelecer, através da cooperação com os partidos dos trabalhadores, um sentido para as necessárias mudanças que a sociedade clama e, assim, construir uma nova perspectiva histórica de projeto de sociedade.

5 CONCLUSÃO

5.1 POSSIBILIDADES EXPLICATIVAS

A partir dos pressupostos ontológicos do lazer, estabelecemos as possibilidades para explicar as relações das categorias trabalho, lazer e educação. Para tanto, resgatamos as hipóteses formuladas para esta pesquisa, visando a averiguar o cumprimento dos objetivos propostos e a encaminhar as conclusões deste estudo, certamente provisórias, enquanto formulações situadas na dinâmica da história.

Na revisão bibliográfica apresentada no segundo capítulo, levantamos referenciais teóricos que reafirmaram as evidências que, em uma sociedade de classes, estruturada a partir da exploração do trabalho humano – portanto, alienadora do sujeito no processo e no produto de produção – o lazer assume as características de lazer alienado. Ou seja, o sujeito perde sua identidade tanto econômica, como cultural e psicológica, desvinculando-se do real processo e do produto do lazer. Estes indícios confirmam a primeira hipótese deste estudo, qual seja: em uma sociedade de classes, estruturada a partir da exploração do trabalho humano onde as classes se confrontam, o lazer assume as características de lazer alienado

Ainda no segundo capítulo, buscamos evidenciar que, se a força de trabalho da classe trabalhadora na sociedade capitalista é considerada pelo valor de mercadoria e, durante todo o tempo, o que trabalhador exerce como atividade econômica é o trabalho “para outro”, para o seu patrão, - o qual não o relaciona a nenhuma perspectiva de

cooperação ou solidariedade -, em consequência o trabalhador não mais se pertence, sendo, a um só tempo, “reificado”²¹ e “alienado”. Em consequência, não estando o trabalhador associado ao que produz, ele compra e consome utilidades abstratas e alienadamente, fazendo uso de seu tempo de lazer de modo alienado.

Segundo os estudos de Parker (1978, p. 53), o trabalhador que não se reconhece no que produz, não está livre para “usufruir seu lazer”; o consumo de seu tempo de lazer é determinado pela indústria, assim como o são as utilidades que compra e o seu gosto. Seus desejos e necessidades são manipulados, passando ele a ver e ouvir aquilo para o que está condicionado.

Este processo de condicionamento movimenta e alimenta as necessidades de manutenção do sistema capitalista, onde os desejos de consumo se evidenciam por posições e condições sociais produzidas pelo antagonismo das diferentes classes. Isso porque as necessidades humanas surgem para atender a diferentes desejos, associados aos interesses do capitalista, ou seja, daquele que tem domínio sobre a produção de bens e serviços.

Nesse processo de alienação do lazer, segundo Parker (1978, p.59), há um comércio de serviços organizado e comercializado para os trabalhadores que desejam fugir do mundo real, da sua condição de explorado, onde são vendidas experiências que lhes possibilitam esquecer as mazelas de sua vida, mediante a fruição de entretenimentos superficiais e prazeres imediatistas, que substituem seu sofrimento, instantaneamente, por um mundo de sonhos e fantasias.

Nesta perspectiva, os princípios que norteiam a produção se estendem a todas as dimensões do viver, aproveitando o capitalista de toda a força de trabalho vendida pelo trabalhador. O tempo que poderia ser considerado libertado das obrigações cotidianas, para ser considerado o tempo de lazer, passa a ser um tempo que retém o consumo, de forma deliberada, pois que é totalmente controlado, de maneira a sustentar a acumulação de riquezas do capitalista.

²¹ O fenômeno da *reificação*, associado à consciência do proletariado, foi, segundo Lukács (1974, p. 99), uma questão específica que surgiu no século XX, e se insere no denominado *capitalismo moderno*, que Marx chama de *fetichismo*. Está associado à idéia de que, no processo de alienação, o ser é caracterizado como “coisa”, típica da realidade objetiva, ou seja, “no universo da forma mercantil condiciona, pois, tanto no plano subjetivo como no plano objetivo, uma

A formação de professores de Educação Física não está incólume a esta lógica, que se reproduz no trato com o conhecimento e que compromete, negativamente, a possibilidade de produção de uma consistente base teórica voltada para o trabalhador, concebido como sujeito. Fragilizado em suas formulações, o professor de Educação Física pode estar contribuindo e, ao mesmo tempo, atuando como sujeito desse processo, que busca manter a organização do trabalho e do lazer alienados. Isto pode ser identificado na atual produção do conhecimento da área objeto deste estudo, confirmando a segunda hipótese para ele formulada.

No terceiro capítulo, abordamos questões que focalizam os movimentos do governo e dos organismos político-acadêmicos, os quais vem se confrontando para definir as políticas de formação dos professores, no Brasil, considerando os últimos dez anos.

Nos trabalhos levantados, comprova-se o domínio dos organismos multilaterais – Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e Organizacional Mundial do Comércio – através das medidas de controle que se impõem sobre diferentes projetos educativos, principalmente sobre a política de formação de professores. A referida formação, como já foi afirmado anteriormente, constitui-se em elemento fundamental para favorecer a direção dos processos de acumulação capitalista.

Enquanto a sociedade brasileira organizada reivindica a consistente construção de uma base teórica crítica ao *status quo*, como elemento unificador e constituinte de uma base comum nacional, o Governo agiliza a formação dos professores, retirando seu caráter científico. As medidas adotadas, nos dois últimos anos do Governo Fernando Henrique Cardoso apontaram neste sentido.

Tais medidas vêm repercutindo negativamente no processo de trabalho pedagógico e no trato com o conhecimento científico. Analisando a produção do conhecimento sobre lazer, constatamos que estas contribuem para apresentar uma tendência cooperativa, e até ingênua por parte dos educadores, de corroborar para a sustentação do modelo de sociedade capitalista, que vem sendo ditado pelos organismos internacionais. A reificação do lazer, concebida pela afirmação de uma sociedade funcionalista – onde a vida social é explicada por causas que escapam à consciência dos indivíduos, que não asseguram as condições objetivas e históricas da realidade – sustenta teoricamente o modelo capitalista.

abstração do trabalho que se objetiva nas mercadorias. (Por outro lado, a sua possibilidade histórica está, por sua vez,

No quarto capítulo, apresentamos a produção de conhecimento sobre lazer, elaborada por professores de Educação Física e outros profissionais da área, cujos artigos evidenciam pressupostos referentes à concepção de sociedade e projeto histórico. A análise dessa produção evidenciou que seus autores desconsideram a caracterização que o trabalho e, conseqüentemente, o lazer assumem, no modo de produção capitalista.

Alimentando e assegurando, em suas práticas, esta sociedade, os referidos profissionais evitam a denúncia dos conflitos e das contradições sociais, econômicas, políticas, educacionais; não assumem a crítica radical às relações vigentes e não discutem outro projeto histórico; evitam conflitos e contradições, afirmando, com isto, a imagem mítica da sociedade harmônica, justa, pacífica e ordeira, que considera a todos igualmente, incluindo-os nos benefícios sociais, oferecendo espaços de lazer sem discriminação. O trabalho e o lazer, conquistas históricas significativas na vida dos trabalhadores, aparece de modo desfocado dos conflitos, não expressando, por isto, suas contradições, determinando ausência de ações, de organização coletivas, em prol dos direitos individuais e coletivos. Com isto, o lazer passa a se constituir em presa facilmente manipulável pela esfera pública, pela mídia e pela indústria cultural. Estas evidências confirmam a terceira hipótese formulada para esta pesquisa.

O entendimento do lazer como uma manifestação distinta das relações de contradição, que o trabalho evidencia na sociedade capitalista, acarreta algumas conseqüências que merecem destaque:

- perde-se o sentido humano do lazer como conquista do trabalho não alienado;
- o lazer é vinculado a idéia de mercadoria reificada;
- reforçam-se as fronteiras que causam o distanciamento entre tempo de trabalho e tempo de lazer;
- o lazer é tido como fator de compensação para males advindos das relações com o trabalho e como condição de alívio de tensões do trabalho;
- a natureza do lazer reforça mecanismos de alienação do trabalho;
- o sentido do lazer é associado a uma necessidade de qualidade de vida, independente das condições concretas de vida do trabalhador;

- o lazer passa a ser manipulado na perspectiva de constituir-se em setor promissor, potencialmente capaz de solucionar parte dos problemas do desemprego e recessão;
- o lazer é associado a idéia de consumo e considerado como determinado pelos estilos de vida dos trabalhadores, independente das relações de trabalho e das lutas de classe;
- o lazer passa a ser situado em um tempo linear de conquista pelo trabalho realizado, portanto, configura-se como um “prêmio” ofertado pelo capitalista ao trabalhador;
- o lazer é situado no tempo do não-trabalho de forma autônoma, sem considerar a finalidade das pressões exteriores ao trabalhador;
- o lazer, assim como o trabalho, torna-se alienado por não estabelecer rupturas nas relações estabelecidas na sociedade, que possibilitem a construção do projeto histórico socialista.

Com estas considerações, chegamos à base de análise a que nos propusemos desenvolver. Apresentamos fatos e informações que explicam o lugar que o lazer ocupa na sociedade capitalista: dissociado da realidade humano-social do trabalhador por refletir o modo de produção que o explora e o controla, no sentido de assegurar seu papel de elemento de manutenção da lógica e dos interesses do capital.

Sem essa perspectiva de análise, não há lugar para falar de lazer dos trabalhadores na sociedade capitalista e, ao falar, há que ser para denunciar a cruel realidade em que vivem. Dados do Banco Mundial apresentados por Kalili (2002, p. 32) revelam que 54,7% da humanidade vivem em estado de miséria ou pobreza extrema; 2 bilhões e 800 milhões de pessoas sobrevivem com menos de 2 dólares por dia; 310 milhões delas, com menos de 1 dólar. Em estatísticas oficiais, esses indivíduos – mais da metade da população mundial – são excluídos de todas as possibilidades de conquistar o mínimo de atendimento às suas necessidades. Considerados “pobres” e “miseráveis”, para eles não há trabalho, não há lazer.

Inserir o lazer na sociedade, sem considerar este cenário de realidade, significa não reconhecer as reais necessidades que hoje se colocam de forma premente para a legitimidade da vida humana.

5.2 PROPOSIÇÕES SUPERADORAS

O poder de cooptação dos mecanismos de controle sobre o lazer, na sociedade capitalista, estabelece determinações capazes de conquistas sem precedentes na história, segundo a visão que descortinamos no conhecimento produzido nos últimos três anos, no Brasil.

Para vencer os obstáculos epistemológicos encontrados, é necessário que maior número de estudos seja implementado, com base no materialismo histórico dialético, considerando as categorias trabalho, lazer e educação, suas relações, nexos, determinações e possibilidades, no modo de produção capitalista. Assim, será possível explicar a resistência à cooptação a que o lazer está submetido e, assim, criar condições de superação desta cooptação.

Como já afirmamos anteriormente, o lazer, enquanto fenômeno social regido pelas relações de trabalho na sociedade capitalista, só pode ser compreendido dentro do contexto das estruturas sociais que regem a economia e as relações de classes. Suas mudanças sociais, suas explicações, não podem ser dissociadas das relações de poder, de organização e desenvolvimento histórico.

Na perspectiva do modelo capitalista que vive o Brasil, no qual o capital só cresce espoliando o agente de trabalho, cabe ao professor de Educação Física e aos demais profissionais que atuam neste campo, romper com as amarras dos modelos que reafirmam a visão funcionalista de sociedade e propor um projeto histórico, onde o lazer seja apresentado à classe trabalhadora como um direito social, assim como o trabalho e a educação. Para isso é necessário que o trabalhador do lazer se desentranhe da condição de subalternização cultural e ideológica. Há necessidade de que a produção e reprodução da sua força de trabalho não sejam forjadas, fabricadas para a disciplina e a subordinação das relações da produção capitalista.

Para que o trabalhador do lazer possa desenvolver uma consciência social própria, independente, liberta e revolucionária, precisa contar com os meios próprios da cultura, com domínio de técnicas específicas de sua área de trabalho, assim como ter compreensão da realidade. Estes são recursos fundamentais para a construção de uma consistente base teórica, que contribuirá para a implantação das necessárias mudanças. A apropriação destas forças, associada ao conteúdo real da vida, nada mais é do que o desenvolvimento das capacidades individuais do trabalhador de lazer, para romper com as condições de dominação do mercado.

Segundo Frigotto (1999, p. 29), “o ser humano se contrapõe e se afirma como sujeito num movimento e ação teleológica sobre a realidade objetiva. Modificando a realidade que o circunda, modifica-se a si mesmo. Produz objetos e, paralelamente, altera sua própria maneira de estar na realidade objetiva e de percebê-la. E – o que é fundamental – faz a sua própria história”. Portanto, o sujeito humano não é entendido como um sujeito individual, mas resultado de um processo histórico que, segundo (MARX *apud* FRIGOTTO, 1999, p. 29), toda a chamada história mundial – “não é senão a produção do homem pelo trabalho humano”. Isto significa dizer que é nas relações concretas do trabalho que o trabalhador elabora o seu tecido histórico, sob o qual o lazer deve estabelecer suas novas bases, subvertendo os fundamentos das relações de produção e, assim, contribuindo para que seja captada a especificidade do trabalho como um agir objetivo do indivíduo.

No contexto de indagações que neste estudo apresentamos, faz-se presente um apelo para o movimento da vida, onde o trabalho e o lazer sejam dimensões que se completam na realização da existência humana; onde possa ser inaugurada uma nova sociedade que rompa com a exploração e com as formas pré-históricas de relação, que não permitem o convencimento do socialismo como possibilidade de um novo terreno de esperanças para todos os cidadãos e cidadãs do nosso País e do mundo.

5.3 INDICAÇÕES PARA NOVOS ESTUDOS

Este estudo buscou evidenciar pressupostos ontológicos explicitados na concepção de sociedade e projeto histórico, defendidos na produção de conhecimento sobre lazer, no

Brasil. Ao fazê-lo, por mais esforço de análise que tenhamos realizado, a própria natureza da problemática prescinde de maiores aprofundamentos para compreensão das limitações que se efetivam em um estudo dissertativo, cujo tempo (institucionalizado) se torna fator limitante para abranger maiores avanços.

Nas próprias limitações que este trabalho possa expressar, contudo, reconhecemos que há contribuições significativas sobre os estudos a respeito do lazer no Brasil, apontando indicadores para o avanço de reflexões mais radicais, no sentido de ir à base do problema, no que diz respeito à formação dos professores de Educação Física e à realidade institucionalizada do lazer na atual sociedade.

Diante desta reflexão, fazemos a seguinte indagação: - O que vem sendo produzido na pós-graduação sobre lazer e como este conhecimento está sendo absorvido pelos currículos de formação dos professores de Educação Física?

Esta é uma questão ainda sem resposta, cujo estudo e aprofundamento posterior, levará à compreensão da dinâmica geradora da formação dos profissionais que atuam nesta área do conhecimento e que vem contribuindo para a afirmação das hipóteses formuladas nesse estudo.

As diferentes fases e os diversos interesses de determinado conhecimento jamais serão completamente ultrapassados, mas apenas subordinados a novos interesses, que arrastar-se-ão em novos tempos. Em relação aos estudos sobre o lazer, e considerando pontos específicos, a consciência que forja o conhecimento poderá até, por vezes, parecer mais avançada do que as relações empíricas de tempos passados; mas há um certo conservadorismo nas relações de produção do conhecimento que, de certo modo, dificulta a luta dos profissionais para vencer determinadas concepções. Portanto, há necessidade de estudos mais contundentes sobre a formação do profissional que atua no campo social do lazer, para que elementos críticos possam ser discutidos para essa formação e, conseqüentemente, para sua própria atuação.

Portanto, esta problemática instigante foi o elemento mobilizador deste estudo, que reconhece ser a identidade profissional que lida com o lazer determinada historicamente por isto, e portanto, determinada e determinante para o processo socializador do trabalhador nas condições de produção capitalista, cujo controle se torna bem definido em nossos achados.

Isto supõe, descobrir na constituição do processo e na história do trabalhador, o que é peculiar dentro de uma estrutura social, institucional e política, que fatos o condicionam, mais do que o constroem. Para tanto, essa tarefa deve partir do campo da produção de conhecimento, que tem como ponto estratégico os cursos de pós-graduação.

Na perspectiva de contribuir para o avanço deste estudo, ainda cabe a indagação: - No atual modelo de sociedade capitalista, é possível a existência do lazer como uma manifestação de liberdade e criatividade do viver, para a classe trabalhadora? - Em que bases está instituída a clandestinidade da consciência crítica do lazer? - É possível ao professor de Educação Física localizá-la, fomentá-la e desmascará-la? - Em que bases pode ser assentada a educação para o lazer, de modo a não se subordinar às leis do mercado e à sua adaptabilidade e funcionalidade? - Em que tempos, espaços, locais, com que implementos e equipamentos, e em que condições o lazer deixará de ser privilégio de poucos e passará a constituir-se, efetivamente, em direito conquistado por todos?

Estas e tantas outras questões, implícitas neste estudo, certamente poderão ser trabalhadas, no sentido de contribuir para elevar os estudos sobre o Lazer a um patamar de superação do estado de estagnação e para forjar um caráter que possa romper com a subordinação ao capitalismo.

Respostas a essas perguntas não são simples, nem podem ser sintéticas, efêmeras. E mais, elas não serão construídas coletivamente, fora do marco referencial de um projeto histórico superador, já em construção no seio da velha e contraditória sociedade capitalista.

Portanto, é de fundamental importância verificarmos em que terreno teórico poderá fecundar a ampliação de conhecimento sobre lazer, de modo a estabelecer as condições de superação do modelo de racionalidade econômica ao qual ele se encontra a serviço.

Voltando a pergunta norteadora deste estudo, parte da complexidade destas questões acima apresentadas como indicações de novos estudos, os pressupostos ontológicos explicitados na produção do conhecimento lazer, não respondem à teoria crítica que muitos de seus estudiosos propõem. Pois o modelo de sociedade que vem sendo apontado está atrelado a um processo de alienação que foge ao controle daqueles que o criam. Reconhecer possibilidades de superação de sociedade pelo lazer, significa reprimir a razão capitalista que é alimentada pela exploração dos trabalhadores.

Segundo Frigotto (1999, p. 27), em abordagens teóricas com as quais operamos, em última análise, em concepções epistemológicas da realidade, estas operam em determinadas visões de mundo que não são alheias ao plano das relações sociais concretas. O ser humano produz conhecimento a partir da sua relação com o trabalho, de forma consciente, prevendo, organizando e alterando as formas de produção. Sob essas relações o conhecimento lazer está subscrito e é determinado na sociedade de classes.

Não podemos perder de vista que o conhecimento enquanto elaboração e transmissão de valores, idéias e crenças, nasce do fazer e para ele se volta. O conhecimento torna-se mediação entre duas ações, pois uma ação (fazer) supõe a posse de um conhecimento anterior que conduz a ação. Sendo assim, todo conhecimento sobre lazer, irá variar de acordo com o estatuto ontológico da sociedade instituída por quem produz o conhecimento, pois este irá mobilizá-lo a serviço deste estatuto.

Perseguir uma visão de totalidade a respeito do lazer a partir da produção do conhecimento, implica num contínuo processo de dialetização entre o que está sendo produzido e as relações sociais de produção e reprodução de velhas relações estabelecidas. É na contradição desses elementos determinantes e determinados, firmados na história, que o lazer se faz e se cria; a tensão entre o que vem sendo elaborado sobre lazer e o que é possível ser construído é que possibilita novas investidas.

Fica evidente que no movimento que o lazer estabelece em consequência das contradições apontadas, está alicerçada a necessidade de estudos que apontem as contradições das relações de produção da sociedade capitalistas e das lutas de classes.

Considerando nossas reflexões conclusivas neste estudo, podemos ainda apontar, que a destruição da pseudoconcreticidade do lazer na sociedade capitalista pode ser efetivada a partir dos seguintes indicadores, dentre outros:

- crítica revolucionária da práxis do lazer que tem haver com o devenir de um projeto histórico de sociedade, onde o trabalho e o lazer não sejam alienados;
- elaboração do conhecimento sobre lazer, a partir do materialista-histórico-dialético, para que se dissolva o mundo fetichizado da aparência para atingir a realidade das contradições da sociedade capitalista;
- formação do professor de Educação Física para atuar no campo do lazer, não subordinada as leis do mercado e as demandas do processo de acumulação de

capital que se expressa por diferentes formas históricas de sociabilidade do capitalismo;

- criação da realidade humana concreta do lazer em um processo ontogenético e de criticidade ontológica para descobrir por trás das criações reificadas da cultura dominante, seu autêntico objeto histórico que encontra-se sob as estratificações das convenções fixadas pela sociedade capitalista.

Portanto, é significativo que outros estudos sejam realizados, onde possam ser trabalhados os limites e possibilidades de atuação dos atuais profissionais e principalmente dos professores de Educação Física. É a partir da formação destes profissionais nas universidades, reconhecendo de que forma são colocados os pressupostos ontológicos na articulação com o campo teórico produzido na pós-graduação que poderemos reconhecer como esse conhecimento vem sendo elaborado e como se articula com os currículos de formação.

É através da formação consistente dos professores de Educação Física, pautada em um projeto histórico socialista que poderemos agir para conferir um novo significado ao lazer. A liberdade para criarmos essa realidade é uma atividade histórica que se desdobra e se realiza graças à atividade desse corpo histórico que se cria no agir de sua formação, através de formas instituídas pelas relações humanas e científicas, nos espaços sociais em que a realidade se projeta na sociedade e que se faz necessário discutir nas universidades.

REFERÊNCIAS

ABBAGNAMO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. 2. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ANDRÉ, Marli. A pesquisa sobre a formação dos professores no Brasil: 1990 –1998. In: LINHARES, Célia F. et al. *Ensinar e aprender: sujeitos, saberes e pesquisa*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. p. 83-114.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 7. Ed. São Paulo: Cortez, 2000.

ANTUNES, Ricardo. Aonde vai o mundo do trabalho. In: Coggiola, Osvaldo (Org.). *Globalização e socialismo*. São Paulo: Xamã, 1997, p. 61-72.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho*. 4. Ed. São Paulo: Boitempo, 2001.

ARANHA, Lúcia. *Educação e trabalho no contexto da terceira revolução industrial*. São Cristóvão, SE: Editora UFS, 1999.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES. *Construindo uma política nacional global de formação dos profissionais da educação*. [S.l.: s.n.], 1997. Disponível em: <<http://www.anfope.br>>. Acesso em: 22 mar.2001.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES. *Formação dos profissionais da educação e base comum nacional: construindo um projeto coletivo*. DOCUMENTO FINAL DO XI ENCONTRO NACIONAL. Recife: Centro de Educação UFPE, 2002. 37 p.

BICUDO, Maria Aparecida V; SILVA JÚNIOR, Celestino Alves (Org.). *Formação do educador e avaliação educacional: formação inicial e contínua*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1999.

BONALUME, Cláudia Regina. Diretrizes norteadoras de um programa de descentralização e democratização do lazer. In: MARCELINO, Nelson (Org.). *Lazer e esporte*. Campinas, SP: Autores Associados, 2001. p. 151-154.

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

_____. *Introdução à sociologia*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1971.

_____. *Críticos da sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

BRAMANTE, Antonio Carlos. Lazer: concepções e significados. *Licere*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 9-17, set. 1998.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. SEC. Educação. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 25 de jul. 1998. Caderno 4, p. 8.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Ensino Fundamental. *Documento introdutório do PCN*. Brasília, 1996. p. 8 – 90.

CAMARGO, Luiz ° L. *Educação para o lazer*. São Paulo: Moderna, 1998.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Epistemologia pós-moderna: a visão de um historiador. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (Org.). *Teoria e educação no labirinto do capital*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p. 75-90

CHAUÍ, Marilena de S. Introdução. In: LAFARGUE, Paul. *O direito à preguiça*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1999. p. 9-56.

CHEPTULIN, Alexandre. *A dialética materialista: teorias e leis da dialética*. São Paulo: Alfa Omega, 1982.

COELHO, Teixeira. *O que é indústria cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

COGGIOLA, Osvaldo (Org.). *Globalização e socialismo*. São Paulo: Xamã, 1997.

COGGIOLA, Osvaldo; KATZ, Claudio. *Neoliberalismo ou crise do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

CORIAT, Benjamin. *Pensar al revés: trabajo y organización en la empresa japonesa*. México: Siglo XXI, 1992.

COULSON, Margaret; RIDDEL, David S. *Introdução crítica à sociologia*. 5. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1979.

DUMAZEDIER, Joffre. A revolução cultural do lazer nos centros urbanos. *Cadernos de Lazer*, São Paulo: SESC; Brasiliense, n. 1, p. 43-52, 1977.

DUMAZEDIER, Joffre. *Sociologia empírica do lazer*. 2. Ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.

DUMAZEDIER, Joffre. *A revolução cultural do tempo livre*. São Paulo: Studio Nobel, 1994.

DUMAZEDIER, Joffre. *Valores e conteúdos culturais do lazer*. São Paulo: SESC, 1980.

ENCONTRO DE PESQUISA EDUCACIONAL DO NORTE E NORDESTE, 15., 2001, São Luís. *Educação desenvolvimento humano e cidadania. Programas e resumos*. São Luís: UFMA, 2001.

FERNANDES, Florestan. *Em busca do socialismo: últimos escritos e outros textos*. São Paulo: Xamã, 1995.

FERNANDES, Florestan (Org.). *Marx [e] Engels: História*. São Paulo: Ática, 1989.

FREITAS, Helena. A reforma do ensino superior no campo da formação dos profissionais da educação básica: as políticas educacionais e o movimento dos educadores. *Educação e Sociedade*, São Paulo, v. 20, n. 69, p. 103- 127, 2000.

FRIEDMANN, Georges. *O trabalho em migalhas*. 2.^a ed. São Paulo: Perspectiva, 1971.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a crise do capitalismo real*. 4.^a ed. São Paulo: Cortez, 2000.

FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. 3. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (Org.). *Teoria e educação no labirinto do capital*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

GAELZER, Lenea. *Lazer: bênção ou maldição?* Porto Alegre: Sulina, 1979.

GOMES, Alberto Cândido. *A educação em perspectiva sociológica*. 3.^a ed. rev. e ampl. São Paulo: EPU, 1994.

GOMES, Carlos Minayo et al. *Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

GUTIERREZ, Gustavo Luiz. *Lazer e prazer: questões metodológicas e alternativas políticas*. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

HARNECKER, Marta. *Os conceitos elementares do materialismo histórico*. 2. Ed. São Paulo: Global, 1983.

KALILI, Sérgio. *O levante da juventude*. Caros Amigos. São Paulo: Editora Casa Amarela, v. 6, n. 64, jul. 2002, 46p.

KOFLER, Leo. *Conversando com Lukács*: Leo Kofler, Wolfgang Abendroth, Hans Heinz Holz. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

LAFARGUE, Paul. *O direito à preguiça*. São Paulo: Hucitec, 1999.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia científica*. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LUKÁCS, Gyorgy. *História e consciência de classe: estudos de dialética marxista*. Porto: Escorpião, 1974.

LUKÁCS, Gyorgy. *Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MARCELINO, Nelson Carvalho. *Educação para o lazer*. 4. Ed. São Paulo: Moderna, 1987.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. 4.^a Ed. *Lazer e educação*. Campinas, SP: Papirus, 1987.

_____. *Lazer e humanização*. 2. Ed. Campinas, SP: Papirus, 1995a

_____. (Org.). *Lazer: atuação e formação profissional*. Campinas, SP: Papirus, 1995b.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. 20. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. V.1. Livro primeiro: o processo de produção do capital.

MARX, Karl; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. 11. Ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MENDONÇA, Ana Waleska P. C. A formação no ensino superior de professores para o ensino fundamental e médio: pensando a partir da história. In: BICUDO, Maria Aparecida;

SILVA JÚNIOR, Celestino A. (Org.). *Formação do educador e avaliação educacional*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1999. p. 56-70

MÉSZAROS, István. Ir além do capital. In: COGGIOLA, Osvaldo (Org.). *Globalização e socialismo*. São Paulo: Xamã, 1997.

MÉSZAROS, István. *Para além do capital*. Campinas: Boitempo, 2002.

OLIVEIRA, Paulo de Salles (Org.). *O lúdico na cultura solidária*. São Paulo: Hucitec, 2001.

ORTEGA ESCOBAR, Micheli. *Transformação da didática: construção da teoria pedagógica como categoria da prática pedagógica: experiência na disciplina escolar educação física*. 1997. 180 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de Campinas, SP.

PADILHA, Valquíria. *Tempo livre e capitalismo: um par imperfeito*. Campinas, SP: Alínea, 2000.

PALANGANA, Isilda Campaner. *Individualidade: afirmação e negação na sociedade capitalista*. São Paulo: Plexus, 1998.

PARKER, Stanley. *A sociologia do lazer*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

PEREIRA, Júlio Emílio Diniz. *Formação de professores: pesquisas, representações e poder*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PIMENTEL, Giuliano Gomes de Assis. Grupos de estudo na perspectiva da formação profissional: uma estratégia de educação pela pesquisa. In: *ENCONTRO NACIONAL DE RECREAÇÃO E LAZER*, 12, 2000, Balneário Camboriú. *Coletânea*. Balneário Camboriú: Roca, 2000. p. 176-183.

PINTO, Leila Mirtes S. de M. Lazer e mercado. *Licere: Revista do Centro de Estudos de Lazer e Recreação*, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 182-188, 2000.

PINTO, Leila Mirtes S. de M. Formação de educadores para o lazer: saberes e competências. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*. v. 22, n. 3, p. 53-71, 2001.

PIRES, Roberto Gondim. Lazer e formação profissional na Bahia: pensando seus limites e suas possibilidades. In: *ENCONTRO NACIONAL DE RECREAÇÃO E LAZER*, 12, 2000, Balneário Camboriú. *Coletânea*. Balneário Camboriú: Roca, 2000. p. 120-144.

REQUIXA, Renato. *Sugestões de diretrizes para uma política nacional de lazer*. São Paulo: SESC, 1980.

RUMMERT, Sonia Maria. *Educação e identidade dos trabalhadores: as concepções do capital e do trabalho*. São Paulo: Xamã, 2000.

SANTOS, Adalberto Souza dos; PINTO, Leila; CASTRO, N. Teotônio de. (Org.). As relações entre lazer e trabalho sob uma visão ontológica. In: *ENCONTRO NACIONAL DE LAZER*, 12., 2000, Balneário Camboriú. *Coletânea*. Balneário Camboriú: Roca, 2000.

SANTOS, Gislene A. (Org.). *Universidade, formação, cidadania*. São Paulo: Cortez, 2001.

SANTOS FILHO, José Camilo dos; GAMBOA, Silvio Sánchez. *Pesquisa educacional: quantidade-qualidade*. 4. Ed. – São Paulo: Cortez, 2001.

SAVIANI, Dermeval. *A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas*. 6. Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

SAVIANI, Dermeval. *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. São Paulo: Cortez, 1986.

SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA, 1994, Belo Horizonte. *Anais*. Belo Horizonte: Fundação Amae Para Educação e Cultura, 1994. 224 p.

SILVA, W.C. (Org.) *Formação dos profissionais de educação: o novo contexto legal e os labirintos do real*. Niterói, RJ: EDURF, 1998.

SINGER, Paul. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

SINGER, Paul. *O que é socialismo, hoje*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1980.

SPELLER, Paulo. A formação de professores no Brasil: notas para a formulação de novos caminhos. In: BICUDO, Maria Aparecida; SILVA JÚNIOR, Celestino^a da (Org.). *Formação do educador e avaliação educacional*. São Paulo: Editora da UNESP, 1999. p. 77-93.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A farsa do neoliberalismo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

TAFFAREL, Celi Nelza Zulke. *A prática pedagógica na produção do conhecimento e formação acadêmica na área de Educação Física & Esporte: a possibilidade estratégica da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão*. 1999. 252f. Tese (Pós-doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco.

TAFFAREL, Celi Nelza Zulke; LACKS, Solange. *Política de formação profissional e educação física: conflitos e confrontos entre MEC/CNE, ANFOPE e CONFEF*. Salvador: UFBA/FACED/ LEPEL, 2001.

TIRIBA, Lia. *Economia popular e cultural do trabalho: pedagogia(s) da produção associada*. Ijuí, RS: Ed. UNIJUÍ, 2001.

TOMASI, L.; WARDE, M.; HADDAD, S. (Org.). *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. São Paulo: Cortez, 2000.

TOMASI, Livia De. Financiamentos do Banco Mundial no setor educacional brasileiro: os projetos em fase de implementação. In: TOMASI, Livia De; WARDE, Miriam Jorge; HADDAD, Sérgio (Org.). *Banco Mundial e as Políticas Educacionais*. 3.^a Ed. São Paulo: Cortez, 2000.

THOMPSON, E. P. *Tiempo, disciplina de trabajo y capitalismo industrial, in Tradicion, revuelta y consciencia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedade preindustrial*. Barcelona: Grijalbo, 1979.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

VALENTE, Márcia Chaves. *Lazer e recreação no currículo de educação física*. Maceió: EDUFAL, 1997.

WERNECK, Christianne. *Lazer e formação profissional na sociedade atual: Repensando os limites, os horizontes e os desafios para a área*. Licere - Revista do Centro de Estudos de Lazer e Recreação, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 127-133, 1998.

_____. *Lazer, trabalho e educação: questões históricas, questões contemporâneas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

_____. Trajetória do primeiro Centro de Estudos de Lazer no Brasil (1973-1978): conversando de lazer no Brasil com Andréa Bonow. *Licere: Revista do Centro de Estudos de Lazer e Recreação*, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 127-133, 2002.

YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. *Marx e o método*. São Paulo: Moraes, 1994.

APÊNDICE A – Esquema Paradigmático de Organização da Pesquisa

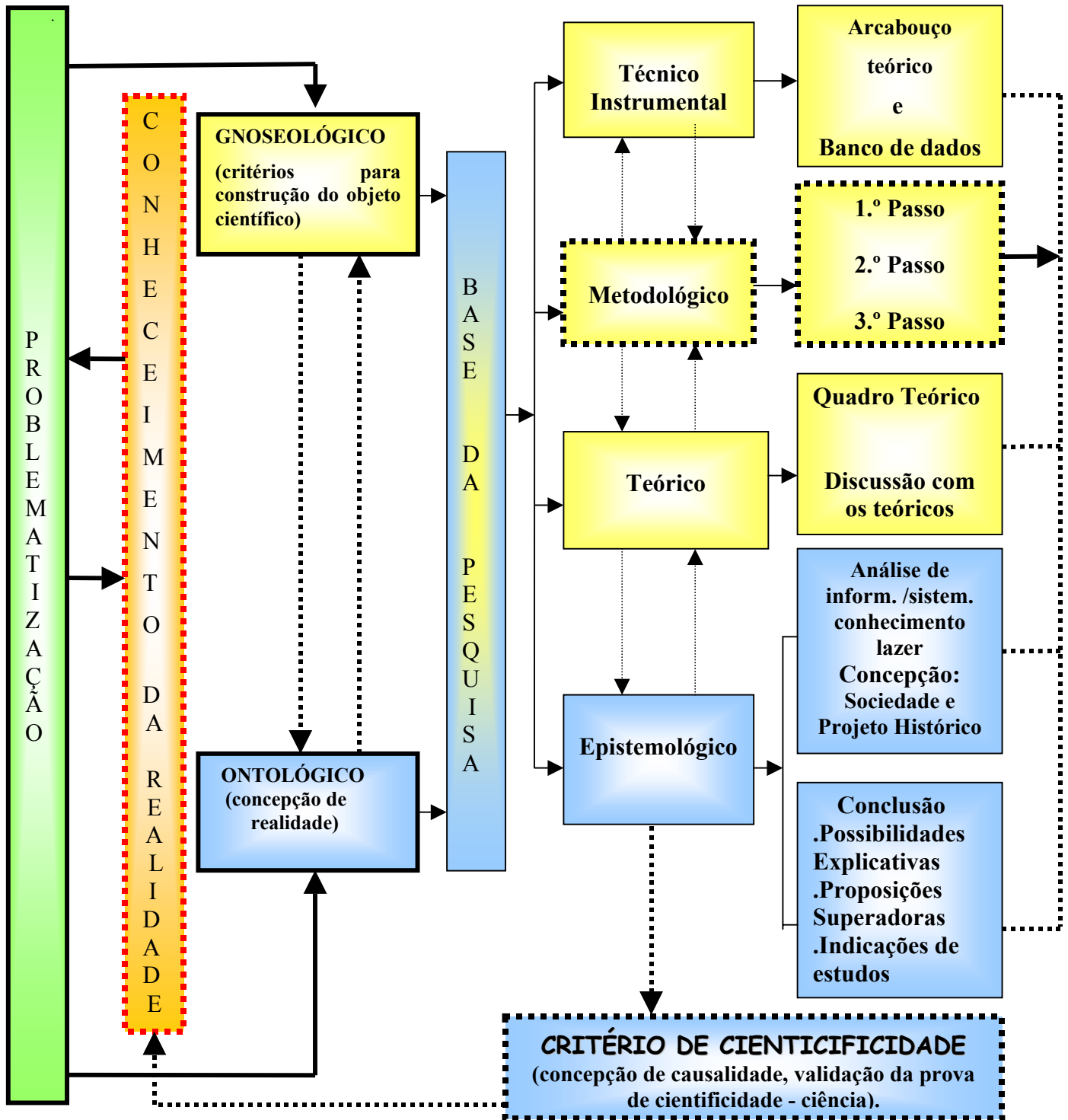


Figura nº 1 – Princípios Organizativos da Pesquisa

FONTE: Kosik (1995, p. 41-61).

APÊNDICE B – Produção de Conhecimento sobre Lazer por Campo Investigativo

Quadro 4 – Distribuição de Trabalhos e Artigos sobre Lazer por Campo Investigativo (1999-2002)

TRABALHOS PUBLICADOS	ANO	QUANTIDADE
• I Ciclo de Debates Lazer e Motricidade	1999	7
• II Ciclo de Debates Lazer e Motricidade	2000	10
• III Ciclo de Debates Lazer e Motricidade	2001	7
TOTAL		24
• I Seminário O Lazer em Debate	2000	8
• II Seminário O Lazer em Debate	2001	28
• III Seminário O Lazer em Debate	2002	48
TOTAL		84
• 12.º ENAREL	2000	170
• 13.º ENAREL	2001	199
• 14.º ENAREL	2002	317
• TOTAL		686
• Revista LICERE - ano 2000	2000	7
• Revista LICERE - ano 2001	2001	8
• Revista LICERE - ano 2002	2002	10
• TOTAL GERAL		819

FONTE: Banco de dados da pesquisa (APÊNDICE D).

Quadro 5 – Trabalhos e Artigos sobre Lazer com enfoque em Diferentes Concepções de Sociedade (1999-2002).

CONCEPÇÕES	QUANTIDADE
• ENFOQUE FUNCIONALISTA	
TOTAL	244
• ENFOQUE DA LINGÜÍSTICA / SEMIÓTICA	
TOTAL	62
• ENFOQUE DO CONFLITO SOCIAL	
TOTAL	13
TOTAL GERAL	319

NOTA: Trabalhos selecionados do total de 819.

TRABALHOS E ARTIGOS POR CAMPO INVESTIGATIVO / FONTE DE ANÁLISE

Ciclos de Debates Lazer e Motricidade

I Ciclo – 2000

- O cassino americano, ou reflexão sobre o lazer em tempos pós-modernos;
-
-
- As origens da Escola de Frankfurt;
- Pierre Bourdieu e a formulação de uma teoria social que procura revelar os fundamentos ocultos da dominação;
- Lazer e prazer: questões preliminares.

II Ciclo – 2001

- Lazer e consumo: espaços públicos e semipúblicos no cotidiano urbano;
- Acrobacias e acrobatas: anotações para um estudo do corpo;
- Raízes Solidárias: a economia, a cultura e as pessoas;
- Lazer, trabalho e tecnologia: refletindo sobre a necessidade de novos conceitos;
- A crise dos paradigmas: sai de cena o trabalho e entra o lazer.

III Ciclo – 2002

- O lazer e o novo rural;
- A mercantilização das paisagens naturais;
- Lazer e consumo elementos para reflexão;
- A preguiça, a culpa e a vida eterna vão ao mercado do lazer.

Seminário o Lazer em Debate

I Seminário – 2000

- O lazer na atividade brasileira: perspectivas na formação / atuação profissional;
- Lazer e participação popular;
- Lazer e mercado de trabalho;
- Lazer e mercado;
- Lazer e mercado na universidade

II Seminário – 2001

- Reflexões sobre a relação entre lazer e consumo;
- Lazer e esporte na natureza;
- Lazer e turismo nas praias: analisando a evolução dos banhos de mar no contexto ocidental;
- Produção cultural no meio rural – contribuições do campo de estudos do lazer ao estudo do lazer do campo;
- Lazer e trabalho na produção acadêmica sobre lazer;
- Lazer e trabalho: liberdade ainda que tardia;

III Seminário – 2002

- O lazer na sociedade contemporânea: via de diferenciação entre classes e grupos sociais ou estratégia de mobilização e engajamento político?
- Lazer, educação e grupos sociais: pressupostos teórico-metodológicos;
- O lúdico como instrumento na formação de uma consciência ecológica para o público infantil;
- Lazer, história e memória: a experiência do Centro de Memória do Esporte;
- O lazer na região de Manguinhos / cidade do Rio de Janeiro: um panorama;
- Política municipal de lazer em Pompeu (MG) – concepções e valores do poder público municipal – considerações preliminares;
- Lazer em hotéis: o que temos e o que queremos;
- Disciplinas esportivas na formação profissional em Educação Física: questões para o lazer;
- O espaço urbano;
- Percorrendo os espaços culturais do centro da cidade do Rio de Janeiro: um caminho para a acessibilidade;
- Lazer e sua representação social na terceira idade.

12.º ENAREL – 2000

- Conferência de pérolas e de brilhantes;
- Lazer, ócio, tempo livre e recreação: em busca de um entendimento;
- Gestão do lazer e do entretenimento: uma proposta de currículo para a formação profissional;
- Currículo e formação profissional do lazer: investigando reajustamentos das instituições de ensino superior aos enfoques de turismo, entretenimento e políticas públicas;
- As relações com a cultura no olhar profissional;
- Enfoques culturais na formação e atuação do profissional do lazer;
- Enfoques culturais na formação e atuação do profissional do lazer;
- Enfoques culturais na formação do profissional de lazer;
- Enfoques culturais na formação e atuação do profissional do lazer;
- Programa Esporte direito de todos – projeto lazer e qualidade de vida;
- A constituição do lazer como campo de estudos científicos no Brasil: implicações do discurso sobre a cientificidade e autonomia deste campo;
- A importância dos eventos nas organizações do terceiro setor;
- Aprofundamento em lazer nos currículos dos cursos de graduação em Educação Física: alguns apontamentos;
- Lazer e formação profissional na UNICSUL;
- Notas para a recreação e lazer no âmbito dos cursos de graduação em Educação Física da Universidade Estadual de Londrina;
- Lazer e formação profissional na Bahia: pensando seus limites e suas possibilidades;
- 12 anos de projeto de extensão (1989-2000) – recreação e lazer – UEM;
- Curso Técnico em Lazer e Recreação;
- Formação profissional: um desafio à prática;
- Centro Jovem Cidadão;
- Grupos de estudo na perspectiva da formação profissional: uma estratégia de educação pela pesquisa;
- A aproximação universidade – sociedade: o papel dos grupos de estudos no campo do lazer;
- Grupos de estudo na perspectiva da formação profissional: um estratégia de educação pela pesquisa;
- Do sonho à realidade: 11.º ENAREL no Paraná;

- Análise do papel da monitoria em lazer e recreação na formação do profissional de lazer;
- O jogar do jogo: reflexões para a formação do profissional de lazer;
- De esporte convencional a jogo lúdico: uma experiência abrangente com a Educação Física no Terceiro grau;
- A dança como meio de formação para o profissional do lazer;
- Entretenimento, lazer e segurança;
- Alguns apontamentos para pesquisa em política públicas de lazer;
- Planejamento de lazer nos Estados Unidos para atividades ao ar livre: o caso do Estado de Virgínia;
- Os contratos do ambiente urbano: espaço vazio e espaço de lazer – conclusões e perspectivas;
- Lazer na cidade: um debate sobre o acesso;
- Geografia do esporte caxiense: os espaços esportivos cobertos;
- A construção da cidadania através da democratização e descentralização do lazer;
- Diretrizes norteadoras de um programa de descentralização e democratização do lazer;
- Lazer: da teoria à prática numa cidade interiorana;
- Políticas públicas do esporte e lazer: o caso de Mato Grosso do SUL;
- Estágio supervisionado: uma experiência em políticas públicas para o esporte e o lazer em Campo Grande/MS;
- Políticas de extensão universitária: a relação cultura e lazer;
- Políticas públicas de lazer, turismo e trabalho através de uma festa tradicional;
- Festerando no bairro;
- Ação comunitária: pressuposto básico a democratização e descentralização do lazer;
- Grupos de convivência: para além da terceira idade;
- Projeto Escola Aberta Formando Agentes Comunitários de Lazer;
- Políticas públicas do lazer: uma proposição higienista na tese de Armonde;
- Cluber Bayer – um clube de funcionários adequando-se ao futuro;
- Parâmetros Curriculares do campo de lazer – SESI Bahia;
- O lazer como produto hoteleiro: da satisfação com o cliente, do tratamento, à familiaridade;
- A brinquedoteca como parte de uma política de lazer em Alphaville Campinas Clube;
- Recreação e lazer no Brasil: desafios para novas concretizações educativas lúdicas;
- Jogar para recriar o lazer: a recreação na perspectiva da desconstrução e reconstrução dos jogos;
- Educação, meio ambiente e esportes de aventura na natureza;
- Ludicidade: uma intervenção metodológica na construção do conhecimento numa Escola Ribeirinha;
- Escola aberta / portas fechadas para a violência;
- O lazer no lar escola da criança de Maringá / PR: prática controladora ou libertadora;
- Recreação e tempo livre: preferência dos alunos do ensino médio do colégio Marista de Maringá – Paraná;
- Projeto: escola, cultura e saber;
- Século XXI rumo ao lazer?!...
- A rede de lazer em São Martinho – um estudo de caso;
- Tempo livre, trabalho e relações interpessoais;
- Lazer / amadorismo e trabalho / profissionalismo: o esporte sob uma dupla dicotomia a partir do atletismo belo-horizontino;
- Trabalho no lazer ou lazer no trabalho: relações entre vivência de lazer e atuação profissional;

- Trabalho e lazer: um estudo sobre os torcedores de futebol;
- Lazer... uma resposta aos desafios sociais?
- Jogo possível e jogo permitido;
- Vasco da Gama, tua fama assim se fez...
- Indústria, cultura e lazer;
- O lazer e os interesses manuais praticados pela comunidade Maringaense;
- As classes sociais e a prática dos jogos tradicionais infantil no ano de 2000;
- Ludoteca (UEM)/PR): um espaço para profissionalização no lazer e na recreação;
- Uma proposta de lazer através do circo;
- Campanha Brasilis e o folclore do Paraná: o resgate de um lazer esquecido;
- Resgatando o judo enquanto uma atividade de lazer;
- Profissionais em clubes: valores atribuídos ao lazer na infância;
- Open Bar: o lazer do adolescente;
- Atuação do profissional de lazer e recreação na recuperação de indivíduos adolescentes com dependência química;
- A prática de atividades de lazer em família – necessidade ou passa tempo?
- Lazer e presidiários: algumas reflexões;
- Barreiras socioculturais e o lazer das pessoas portadoras de deficiência física;
- A recreação hospitalar como auxílio na recuperação da criança;
- Hospital Sanatório Partenon: 20 anos de ludicidade;
- Atividades de sensibilização corporal e lúdicas com portadores de sofrimento psíquico da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre – RS.

13.º ENAREL – 2001

- Dinâmicas lúdicas e o processo de capacitação de estudantes universitários no Programa Universidade Solidária Nacional.;
- Formando educadores na universidade para brincar;
- A construção de vivências lúdicas com crianças que passam por tratamentos hospitalares: limites e possibilidade;
- Motricidade em “posição sentada”: repercussões n aprazer lúdico e na transdisciplinaridade;
- O lúdico e a transdisciplinaridade na educação psicomotora: uma experiência pedagógica no ensino fundamental;
- Contar histórias: uma ciranda de leitura, jogos, música, dança, fantasias ...”
- Sob a lona do picadeiro: ludicidade nas técnicas corporais circenses;
- Lazer: lazer de gênero e lazer como forma de filantropia;
- A sociedade do trabalho em perspectiva: rumo a uma sociedade de consumo do lazer;
- Tempo livre e ócio criativo: implicações para o entendimento de lazer na sociedade atual;
- Lazer e trabalho: reflexões contemporâneas;
- História do lazer nas empresas brasileiras;
- Lazer na empresa: um fenômeno de múltiplas possibilidades;
- Formação do agente de lazer;
- O ensino da dança popular: interfaces entre arte, cultura popular e Educação Física;
- Proposições metodológicas para diagnóstico dos profissionais do lazer no Estado do Paraná-Brasil;
- A educação para a corporeidade e sua importância na formação do profissional de Educação Física – o emergente profissional do lazer;
- Curso técnico de lazer e qualidade de vida: uma realidade no CEFET/PR;
- Projeto água Viva – á água como espaço de lazer na UFRJ;

- Perfil do animador cultural em hotéis de lazer;
- Universidade e localidade cultural na formação docente;
- Estágios na universidade de Tuiuti/PR: aprofundamento de lazer e recreação;
- A recreação, os interesses culturais do lazer e a graduação em turismo;
- As academias de ginástica, como espaços de lazer, e a academia;
- Lazeres na praia do cassino, RS em 1980: as atividades em sociedade da burguesia regional;
- A rua na escola: aproximações do valor dos jogos populares;
- Teatro: seu significado social e a relação com outras formas de lazer urbano;
- O lazer de estudantes universitários;
- Incursões históricas sobre a organização do tempo livre na cidade de São Paulo;
- O cinema como forma de lazer na cidade do Rio de Janeiro;
- Lazer no tratamento da dependência química;
- Inclusão de pessoas portadoras de deficiência nas atividades de esporte e lazer;
- Esporte para deficientes, e lazer no Ginásio Ararigóia;
- Lazer na terceira idade;
- Jogos integrados do CAPAE: uma experiência lúdica;
- A prática esportiva no lazer: a busca de um momento lúdico;
- Lazer na Escola: publicizando o espaço escolar;
- O lazer na escola pública: condições e contradições;
- “SESI cooperação e Ação – brincando para ser feliz”;
- Dimensões ecossistêmicas do lazer: perspectivas transdisciplinares de desenvolvimento de processos educativos escolares;
- A implementação de infra-estrutura no espaço do lazer e do turismo no litoral brasileiro: uma proposta de turismo rural no Rio Grande do Norte;
- Fugindo do óbvio dos pacotes turísticos para o nordeste brasileiro: uma proposta de turismo rural no Rio Grande do Norte;
- O lazer na cidade moderna: a Belo Horizonte no início do século XX;
- Lazer: Perspectiva e desafios para a sociedade contemporânea;
- O lazer e a corporeidade no SESC: tempo/ espaço de desenvolvimento integral.;
- Lazer e prostituição no município de Jequié – BA;
- Lazer, atividade física e prostitutas: um estudo na Vila Mimoso/Rio de Janeiro;
- Mídia, esporte e lazer: a mediação tecnológica como substituição da experiência formativa;
- Políticas públicas setoriais para a área do lazer nos municípios do Vale do Rio Pardo – RS;
- Políticas públicas de esporte/lazer em São Gonçalo/RJ: uma análise crítica da atuação da SEMEL;
- Lazer como ação socioeducativa para a cidadania: um estudo em Belo Horizonte;
- Lazer no conjunto penal de Jequié – BA.

14.º ENAREL – 2002

- A construção do saber na formação de educador que atua no lazer : um desafio possível.;
- Afan’s e o profissional de educação física: a busca pelo espaço de atuação;
- Atividade de aventura e formação profissional.;
- Atuação dos profissionais de lazer em Hotéis: o que se pensa, o que se faz;
- Núcleo de cultura da UNIVALI: opção de lazer para a comunidade universitária;
- O papel do animador sociocultural em hotéis de lazer;
- O processo de seleção de monitores para o Projeto Verão Paranaense 2002, entre os estudantes de Educação Física do Estado do Paraná;
- O trabalho docente no CEFET/RN e a influência do lazer para sua atuação profissional;

- Os animadores culturais nas atividades de lazer do Rio Grande do Sul;
- Tecnologia de informação como apoio na interdisciplinaridade e na investigação: um relato da experiência no curso de Gestão de lazer e Eventos;
- Dança e estilo de vida: o corpo lúdico no contexto.
- A dança como lazer na vida de crianças e adolescentes socialmente desfavorecidas;
- Movimentando-se, jogando e dançando com música: atividade rítmica na prática pedagógica da Educação Física e do lazer;
- A importância do brincar e da educação para o lazer em escolas de Educação Infantil;
- Análise dos significados de lazer contidos nos Parâmetros Curriculares Nacionais referentes à Educação Física;
- As brincadeiras das crianças de um acampamento do Movimento-sem-Terra;
- Contextualização e tipificação dos grupos de capoeira da cidade de Viçosa: aspectos sociais e lúdicos de uma prática;
- Os sentidos e significados do lazer na formação escolar da região de Xingó;
- “Tarde do pequeno criador”: a criatividade na construção de brinquedos com sucatas;
- Vivências lúdicas a partir de lendas Amazônicas;
- A Educação Física no Colégio de Viçosa (1944 – 1980): prática pedagógica, lazer ou “nada”?
- Atividade física como opção de lazer: uma estudo em mulheres que freqüentam uma sala de ginástica;
- Projeto comunitário: esporte solidário no bairro Floresta;
- Lazer e esporte: o caso do espetáculo futebolístico;
- Lazer e Hip-Hop: a participação nos movimentos sociais;
- Lazer e recreação: opinião dos formandos dos anos de 2001 da Universidade de Tuiuti do Paraná;
- O esporte e lazer de São José dos Pinhais – PR;
- Quando as tribos esportivas se aventuram nas escaladas do lazer;
- A inserção social das crianças cegas a partir do lazer na cidade de Chapecó – SC;
- Atividades físicas e de lazer na busca da qualidade de vida na longevidade;
- Atividades recreativas em meio natural: uma proposta de vida ativa para crianças e adolescentes com síndrome de Down;
- Capoeira: Uma intervenção social e de lazer na campo da saúde mental;
- Centro de lazer e recreação do idoso: animação sócio-cultural em instituições asilares;
- Idéia experimental e terceira idade: aceitação e possibilidades de aprendizado para o lazer;
- Educação Física na recreação especial e suas adaptações;
- Experiência de recreação com crianças portadoras de sofrimento psíquico;
- O brincar com criança com câncer: a transcendência da dor para o prazer;
- Recreação com fins terapêuticos;
- Espaços e equipamentos de recreação e as políticas públicas;
- Evento religioso e lazer: Vivência acadêmica na peregrinação de Madre Paulina;
- Lazer e educação nos parques públicos de Salvador: encontro de sujeitos em espaços de cidadania;
- O lazer e seus conteúdos culturais em uma política municipal: um estudo de caso;
- Parceiros do futuro: analisando as expectativas e as barreiras sociais do lazer dos participantes da E. E. Nicéia Albarello Ferrari em Diademas/SP;
- Política pública e esporte e lazer: a prática de uma construção;
- A atuação das dinâmicas de grupo e da recreação no processo de capacitação do Programa esporte Solidário – 2002 no município de Japuri/AM;

- Análise da visão hospitalar a respeito da recreação;
- Domingo no parque: o ecolazer no desenvolvimento de uma cultura ecológica;
- Espaço público de lazer esportivo por cidadão de Porto Alegre – constituição de um critério de investimento para o poder público municipal;
- Lazer e colônias de Férias: apontamentos históricos;
- Lazer/recreação enquanto ferramenta de marketing: uma relação corporativa de benefícios mútuos;
- Matrizes da disciplina “recreação” nos currículos de Educação Física antes da LDB de 1961;
- Motivações que levam os turistas adultos a escolher o parque Beto Carrero World como alternativa de entretenimento;
- O Lazer no shopping center: observações iniciais;
- O lazer público em Balneário Camboriú: estratégias ao uso da praia central;
- Práticas de Lazer dos moradores urbanos de Itati –RS;
- Projeto para aproveitamento do heliporto do SESC Pompéia – SP, como idéia e espaço de cultura;
- Reflexões sobre os significados de recreação e de lazer a partir da análise de experiências institucionais no Brasil (1926-1964);
- Um olhar para o tempo do recreio na escola.;
- Breve introdução ao estudo da relação entre lazer e trabalho na vida cotidiana dos pescadores artesanais;
- Em busca da descoberta do fluxo em práticas de lazer;
- Lazer, a vida além do trabalho para a equipe de futebol entre trabalhadores de hospital.;
- Lazer, trabalho e tempo livre: os significados da prática do cidadão e do consumidor;
- Conceitos de lazer no turismo e suas interpretações;
- Corporeidade e lazer: compreendendo a solidariedade nos esportes de aventura na natureza;
- “De onde se avista o mar”... um modelo de turismo sustentável;
- Ecolodges na Amazônia brasileira: turismo, lazer e desenvolvimento regional;
- Lazer e turismo no meio rural: suas origens e suas contribuições ao desenvolvimento;
- O lazer ativo como fator de atração turística para a cidade de Florianópolis;
- Os hotéis de lazer do Estado de São Paulo: um diagnóstico;
- Os parques temáticos no contexto do lazer na sociedade contemporânea: a criança do parque Vale do Farol Santa Catarina – Brasil;
- Peteca e petequeros: momentos de lazer na Zona da Mata Mineira;
- Primeira experiência acadêmica: uma viagem com o turismo pedagógico na UFRN;
- Um estudo das motivações e comportamentos para atividades de lazer dos acadêmicos do curso de turismo;
- O lazer: princípio e finalidade na qualidade de vida;
- Apresentação da política municipal de turismo de Porto Alegre;
- Lazer, indústria cultural e desenvolvimento regional;
- O lazer como indicador e fator desenvolvimento regional;
- Uma economia política do direito ao lazer: uma primeira aproximação teórica dos fundamentos econômicos do direito ao tempo livre;
- A indústria cultural e a indústria do lazer: uma abordagem crítica da cultura e do lazer;
- O lazer no contexto das múltiplas dimensões do desenvolvimento regional;
- Lazer como fator de desenvolvimento regional: reflexões sobre a atual realidade brasileira;
- O esporte participação como fator de desenvolvimento regional no Mato Grosso do Sul.

LICERE [periódico]

v. 3, n. 1, 2000

- Turismo e lazer: tendências para o terceiro milênio;
- O turismo brasileiro no início do século 21;
- O clown visitador de crianças hospitalizadas: medicamento lúdico;
- Produzindo espaços apropriando-se de lugares: o brincar da rua e da escola a partir das contribuições de Michel de Certeau;
- Yes, nós temos lazer, uai!: impactos do lazer no mundo rural;
- Terreirão do samba: resistência e contra-resistência no carnaval do Rio de Janeiro;

v. 4, n. 1, 2001

- O direito à cultura do lúdico;
- O direito à cultura do lúdico;
- Políticas públicas de esporte/lazer em São Gonçalo/RJ: uma análise crítica da atuação as Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (SEMEL);
- Lazer e educação: reflexões sobre a formação do hábito de ler de crianças que freqüentam uma biblioteca Pública escolar;
- O grupo de Fisioalegreterapia e a preocupação com a motivação nos atendimentos terapêuticos.

v. 5, n. 1, 2002

- “Apesar de você...”: o brincar no cotidiano da escola;
- O brincar e a qualidade em uma instituição infantil;
- Um encontro diferente de ludicidade, criatividade e heroísmo na cidade;
- Atividades de aventura: análise da produção acadêmica do ENAREL;
- Ocio y tiempo libre: consideraciones desde uma perspectiva psicossocial;
- A emergência da juventude e do lazer como categorias socioculturais da modernidade;
- O lazer físico-desportivo e o risco: reflexões a partir das idéias de Norbert Elias e Sigmund Freud;
- A atuação do profissional de lazer nos hotéis: proporcionando o prazer ou a obrigação;
- Educação estética e animação cultural: reflexões;
- Entre a Praça Universitária e o *Campus* da UFG: observações sobre uma proposta de lazer com crianças e adolescentes em situação de risco na cidade de Goiânia;

FONTE: Banco de dados da pesquisa (APÊNDICE D)

Nota: Seleção do total de 819 trabalhos e artigos.

Quadro 6 – Trabalhos e Artigos sobre Lazer com enfoque em Sociedade Funcionalista (1999-2002).

TRABALHOS E ARTIGOS SOBRE LAZER POR CAMPO INVESTIGATIVO / FONTE DE ANÁLISE

Ciclo de Debates Lazer e Motricidade

I Ciclo – 2000

- Não foi encontrado trabalho.

II Ciclo – 2001

- Tempo de trabalho e tempo livre: algumas teses para discussão.

III Ciclo – 2002

- Não foi encontrado trabalho.

Seminário Lazer em Debate

I Seminário – 2000

- Lazer e juventude: o lazer como cultura e a cultura como forma de mobilização;

II Seminário – 2001

- Não foi encontrado trabalho.

III Seminário – 2002

- O lazer e a máquina: um debate entre Marx e Lafargue;

Encontro Nacional de Lazer (ENAREL)

12.º ENAREL - 2000

- Lazer, uma utopia no capitalismo;
- As relações entre lazer e trabalho sob uma visão ontológica;
- Tempo livre ou prisão capitalista?
- Tempo livre e capitalismo: uma questão de administração ou rompimento;
- Trabalho e lazer na sociedade contemporânea: quais os direitos dos idosos?
- A privação do lazer e a alienação ao trabalho desde a infância pobre;

13.º ENAREL – 2001

- Não foi encontrado trabalho.

LICERE [periódico]

v. 3, n. 1, 2000

- Tempo de trabalho e tempo livre: algumas reflexões a partir do marxismo contemporâneo;
- A exploração do trabalho infantil e suas relações com o tempo de lazer/lúdico: quando se descansa se carrega pedra!
- Simone Weil: trabalho lúdico e entrelaços;
- O lazer e o príncipe eletrônico;

v. 4, n. 2001

- Não foi encontrado trabalho.

v. 5, n. 1, 2002

- Não foi encontrado trabalho.

NOTA: Dados selecionados do total de 819 trabalhos.

Quadro 7 – Trabalhos e Artigos sobre Lazer com enfoque em Conflito Social
(1999 – 2002)

TRABALHOS E ARTIGOS SOBRE LAZER COM ENFOQUE EM LINGÜÍSTICA E SEMIÓTICA

Ciclos de Debates Lazer e Motricidade

I Ciclo –2000

- Lazer, um campo interdisciplinar de pesquisa;
- Foucault: corpo, poder e subjetividade;
- Corpo, ética e cultura;
- O corpo contemporâneo

II Ciclo – 2001

- Integração social: espaços públicos e semipúblicos no cotidiano urbano;
- Cerimônia do corpo e da luz nas Olimpíadas de 1936;
- O lúdico nas pequenas histórias;
- Corpo, lazer e natureza: elementos para uma discussão ética;
- Espaço urbano: do controle à liberdade

III Ciclo – 2002

- A apologia do prazer e a interrupção da produção desejanete;
- A ordem e o mercado dos prazeres;
- Corpo e nomadismo;

Seminários O Lazer em Debate.

I Seminário – 2000

- Lazer e juventude: festa e turismo em Ouro Preto;
- Que tal um programa de índio”?

II Seminário – 2001

- Era uma vez ... o mundo encant(o)ado das histórias;
- Uma abordagem cultural do tempo livre;

III Seminário – 2002

- O lazer na sociedade contemporânea: o exemplo de um cenário de comunicação e consumo na Barra das Tijuca – Rio de Janeiro;
- A análise da produção cinematográfica, o lazer e a animação cultural;
- O balão junino como forma de lazer: reflexões a partir das falas dos membros de um grupo de baloeiros na cidade do Rio de Janeiro;
- O futebol nas atividades de lazer para diferentes “grupos de futebol” em Viçosa;
- Lazer em uma comunidade de carentes de Viçosa: entendimentos e apropriações.

ENAREL

12.º ENAREL – 2000

- Espaço/tempo de lazer das cidades: cenários de encontros com possibilidades para configurações de novas redes de sociabilidade;
- Internet: uma perspectiva para o profissional na educação para o lazer;
- O corpo lúdico e a dança;
- A TV nossa de cada dia;

13.º ENAREL – 2001

- Um olhar sobre o lúdico e o mundo da boneca;
- Vida e morte do brincar;
- Corpo lúdico – versões e relações na educação e sociedade;
- Possibilidades de aflorar o impulso lúdico no adulto;
- O corpo e a ludicidade pedagogia Freinet;
- Jogaprend: educando para re-conhecer a ambivalência;
- Os deuses da animação cultural.
- A antropolítica de cultura e lazer para Teixeira de Freitas/BA: uma proposta para o debate;

- Contos do arco da véia: registro e valorização da cultura oral pirenopolina;
- Identidade cultural, lazer e turismo: relações, interesses e significados da *Oktoberfest* de Marechal Cândido Rondon, PR;
- Jogos teatrais, corporeidade e o lúdico na educação: uma abordagem da corporeidade ativa na sala de aula;
- Lazer, educação e ludicidade: a dança no contexto;
- Cultura dos corpos em Minas Gerais no século XVIII e XIX: a rua como cenário;

14.º ENAREL – 2002

- O fenômeno lúdico nas práticas esportivas: o papel do profissional de Educação Física que atua como educador no campo do lazer;
- Corpo e lazer: contribuições sobre o carnaval baiano;
- “... e o corpo-samba”: imagem do corpo em festa;
- Contemplando o jardim dos delírios de Bosch: uma diálogo com Huizinga e Callois;
- Extensão universitária e o lúdico: as interfaces possíveis na construção de sentidos e significados;
- O jardim das delícias como manifestação do lúdico: um diálogo entre Huizinga e Duviznaud;
- O jogo do ser e do conviver no lazer: vidas em sintonia com a ludicidade;
- “A incrível viagem de um exército de brincalhões”: o significado do futebol para crianças e adolescentes de vilas populares de Porto Alegre, Rio grande do Sul;
- Do corpo na obra de Camille Claudel: as exposições como espaço de lazer;
- Hedonismo como conteúdo filosófico do lazer;
- Vivências no âmbito do lazer na cidade de Antonina-PN: corpo, cultura e arte no 12.º Festival de Inverno da UFPR;
- Lazer de surdos na perspectiva multicultural;
- Recreação e velhice: análise das expectativas de idosos participantes de grupos de convivência da cidade de Maringá/PR;
- A política pública estadual de esporte e lazer: um estudo de casos;
- Corpo veiculado nos outdoors;
- Projeto recreio no CEFET/AL: relato de experiência;
- Recreação e lazer como motivação para o desenvolvimento da aprendizagem;
- Recreio escolar: alguns minutos, mas muitos acontecimentos;
- A corrida de aventura: jogando com as experiências e estilos de vida em harmonia com a natureza;
- Lazer e turismo em ambientes naturais: práticas sociais e subjetividade;
- Visitando as cavernas do Petar: a experiência do corpo na natureza;
- Aspectos socioculturais do lazer na vida cotidiana;
- Emoção, aventura e risco: a dinâmica metafórica dos novos estilos;
- Lazer e estilos de vida;

LICERE [periódico]

v. 3, n. 1, 2000

- Não foi encontrado trabalho.

v. 4, n.1, 2001

- Festa e dança: vivências lúdicas de lazer;

v. 5, n. 1, 2002

- Não foi encontrado trabalho.

Nota: Seleccionados do total de 819 trabalhos.

Quadro 8 – Trabalhos e Artigos sobre Lazer com Enfoque em Lingüística e da Semiótica (1999-2002)

**APÊNDICE C – Tabelas Quantitativas sobre Distribuição de Trabalhos e Artigos
Analisados**

Tabela 3 – Trabalhos sobre Lazer publicados no Brasil por Campo de Investigação (1999-2001)

CAMPOS INVESTIGADOS	QUANTIDADE	%
CICLOS DE DEBATES LAZER E MOTRICIDADE	24	7,52
SEMINÁRIOS LAZER EM DEBATE	33	0,32
ENAREL	247	77,46
PERIÓDICO LICERE	15	4,70
TOTAL	319	100

FONTE: Banco de dados da pesquisa (APÊNDICE D)

Tabela 4 – Trabalhos e Artigos sobre Lazer por Regiões e Estados do Brasil (1999-2002)

REGIÕES DO BRASIL	TRABALHOS POR REGIÃO	%	ESTADOS DO BRASIL	TRABALHOS POR ESTADOS	%
NORTE	26	3,55	PARÁ MARANHÃO	25 01	3,41 0,13
NORDESTE	78	10,67	BAHIA PERNAMBUCO R.G. NORTE ALAGOAS	18 10 50 01	2,46 1,36 6,83 0,13
SUDESTE	376	51,43	SÃO PAULO R. DE JANEIRO MINAS GERAIS ESP. SANTO	180 65 130 01	24,62 8,89 17,78 0,13
CENTRO-OESTE	24	3,23	GOIÁS M.GROSSO SUL	13 11	1,77 1,50
SUL	227	31,12	PARANÁ S. CATARINA R. G. DO SUL	117 42 68	16 5,74 9,30
TOTAL	731	100	TOTAL	731	100

FONTE: Banco de dados da pesquisa (APÊNDICE D)

Nota: Os trabalhos correspondem aos artigos cujos autores indicaram a localização geográfica.

Tabela 5 – Trabalhos e Artigos sobre Lazer por Área Profissional (1999-2002)

CAMPOS PROFISSIONAIS	TRABALHOS	%
ANTROPOLOGIA SOCIAL	01	0,12
ARQUITETURA / TURISMO	01	0,12
ARTES	01	0,12
ARTES / EDUCAÇÃO FÍSICA	01	0,12
CIÊNCIAS SOCIAIS /HUMANAS	03	0,36
CIÊNCIAS POLÍTICAS	01	0,12
DANÇA	04	0,48
ECONOMIA	01	0,12
ECONOMIA AGRÍCOLA	02	0,24
EDUCAÇÃO (licenciaturas)	20	2,44
EDUCAÇÃO FÍSICA	572	69,84
EDUCAÇÃO FÍSICA E PEDAGOGIA	04	0,48
ENFERMAGEM	02	0,24
ENGENHARIA	01	0,12
FISIOTERAPIA	01	0,12
FILOSOFIA	04	0,48
GESTÃO DE LAZER E EVENTOS	23	2,80
GEOGRAFIA	04	0,48
HISTÓRIA	04	0,48
HOTELARIA	01	0,12
LAZER E IND.DE ENTRETENIMENTO	07	0,85
LINGÜÍSTICA	01	0,12
MEDICINA	01	0,12
PEDAGOGIA	02	0,24
PSICOLOGIA (Clín., Soc., Aplic.Trab.)	07	0,85
SAÚDE COLETIVA / PÚBLICA	02	0,24
SOCIOLOGIA	23	2,80
TERAPIA OCUPACIONAL	01	0,12
TURISMO	25	3,05
TURISMO / HOTELARIA	01	0,12
SEM DEFINIÇÃO DE ÁREA PROF.	68	8,30
TOTAL	819	100%

FONTE: Banco de dados desta pesquisa (APÊNDICE D)

Nota Trabalhos cujos autores indicaram sua formação profissional.

Tabela 6 – Trabalhos e Artigos sobre Formação Profissional em Lazer por Campo Investigativo (1999-2002)

CAMPOS INVESTIGATIVOS	ARTIGOS	%
CICLOS DE DEBATES LAZER E MOTRICIDADE	-	-
SEMINÁRIOS “LAZER EM DEBATE”	-	-
ENAREL	33	10,34
PERIÓDICO LICERE	-	-
TOTAL	33	10,34%

FONTE: Banco de dados desta pesquisa (APÊNDICE D)

Nota: Seleção com base no total de 319 trabalhos.

Tabela 7 – Trabalhos e Artigos sobre Trabalho e Lazer por Campo Investigativo (1999-2002)

CAMPOS INVESTIGATIVOS	TRABALHOS	%
CICLOS DE DEBATES LAZER E MOTRICIDADE	03	0,94
SEMINÁRIOS “LAZER EM DEBATE”	04	1,25
ENAREL	15	4,70
LICERE [periódico]	02	0,62
TOTAL	24	7,52%

FONTE: Banco de dados da pesquisa (APÊNDICE D)

Nota: Seleção com base no total de 319 trabalhos.

Tabela 8 – Trabalhos e Artigos sobre Lazer e Educação por Campos Investigativos (1999-2002)

CAMPOS INVESTIGATIVOS	TRABALHOS	%
CICLOS DE DEBATES LAZER E MOTRICIDADE	-	-
SEMINÁRIOS LAZER EM DEBATE	02	0,62
ENAREL	30	9,40
PERIÓDICO LICERE	01	0,31
TOTAL	33	10,34%

FONTE: Banco de dados da pesquisa (APÊNDICE D)

Nota: Seleção com base no total de 319 trabalhos.

APÊNDICE D – Banco de Dados da Pesquisa

(Neste espaço em coloquei 01 CD com a compilação de 819 trabalhos sobre Lazer)

**ANEXO – Programa do IV Seminário com Qualidade e VI Jornada Pedagógica do
CBCE**

(Neste espaço coloquei o folder do evento de Lazer)